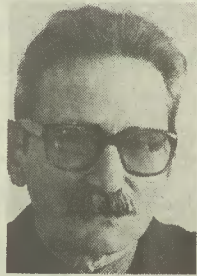


EM FOCO

25 anos depois de Abril

A Europa e o mundo

O envolvimento de Portugal na guerra é afinal a expressão de uma política cada vez mais oposta aos interesses de Portugal e dos portugueses, cada vez mais afastada dos valores e ideais da Revolução de Abril.



■ **Albano Nunes**

Pág. 26

A Justiça e as prisões

■ **António Filipe**

Pág. 27

Mobilizados para o recenseamento

■ **Ana Serrano**

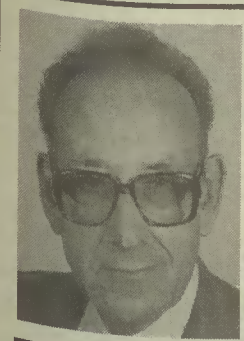
Pág. 29

Delegados estrangeiros ao Congresso da JCP

Jovem comunista americano fala ao «Avante!»

«O nosso país é completamente não democrático»

Págs. 30 e 31



Faleceu o camarada António Santo

Destacado comunista e resistente antifascista, o camarada António Santo faleceu no passado domingo, com 71 anos de idade. Membro do PCP desde 1950, o camarada, que foi quadro clandestino do Partido desde 1959 até ao 25 de Abril e foi funcionário do PCP até à sua morte, sofreu 12 anos e meio de prisão nas cadeias do fascismo. Foi membro do Comité Central de 1974 a 1988. Uma vida inteira dedicada à causa da liberdade, da democracia e do socialismo.

Pág. 6

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 22 de Abril de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1325 • Director: José Casanova

25 anos depois VIVA ABRIL!



Todos às comemorações populares!

Págs. 5 a 8 e 17 a 24

Jugoslávia

Págs. 16 e 25

Um país na encruzilhada do mundo

Anabela Fino, enviada especial em Belgrado

Editorial **Abril vale a pena**



Os 25 anos da Revolução são comemorados no Porto com um megajantar

RESUMO

14 Quarta-feira

Um comunicado do Centro de Informação Pró-Integração de Timor-Leste difundido em Jacarta anuncia que as milícias pró-integracionistas vão invadir Díli no próximo sábado, enquanto que Xanana Gusmão reitera o seu apelo à autodefesa dos timorenses ■ Falece Nuno Krus Abecasis ■ O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Jugoslávia informa que pelo menos 75 pessoas morreram e 25 ficaram feridas na sequência de ataques da NATO a duas colunas de refugiados no Oeste do Kosovo ■ O Presidente da Bielorrússia, Alexander Lukashenko, afirma que a Jugoslávia não permitirá a presença de tropas estrangeiras no Kosovo e só aceitará observadores civis de países que não pertençam à NATO.

15 Quinta-feira

Na cerimónia de apresentação da lista dos PSD às europeias, Pacheco Pereira critica a candidatura de Mário Soares ■ A organização timorense de defesa dos direitos humanos Yayasan HAK confirma que o massacre de Liquiçá provocou 62 mortos e 14 desaparecidos ■ A NATO lamenta a morte de inocentes no bombardeamento de ontem mas não altera a sua estratégia ■ O ministro do Interior britânico, Jack Straw, autoriza o processo de extradição do general Pinochet para Espanha.

16 Sexta-feira

Jaime Gama anuncia a assinatura de um novo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e o Brasil ■ A Amnistia Internacional acusa as ABRI de promoverem um clima de violência em Timor-Leste ■ A crise no Kosovo agrava a situação económica na Macedónia ■ Philippe Séguin, líder do RPR, partido gaullista fundado por Jacques Chirac, demite-se.

17 Sábado

O PCP comemora os 25 anos do 25 de Abril em Matosinhos e Carlos Carvalhas critica a hipocrisia internacional perante os conflitos em Timor-Leste ■ Mendes Bota abandona a liderança do PSD/Algarve ■ Milícias pró-indonésias assaltam casas e matam vários timorenses, entre os quais o filho mais novo de Manuel Carrascalão ■ Koffi Annan condena os actos de violência em Díli, enquanto António Guterres e Fernando Henrique Cardoso subscrevem uma exortação ao secretário-geral da ONU para obter do governo indonésio

uma presença permanente da ONU em Timor-Leste ■ Milhares de refugiados do Kosovo continuam a chegar à fronteira albanesa ■ A Macedónia recusa-se a construir mais campos de refugiados ■ O general Wesley Clark, comandante supremo da NATO, ameaça intensificar os ataques aéreos se Milosevic não mudar de política.

18 Domingo

O PCP comemora o 25 de Abril em Almada com a presença de Carlos Carvalhas ■ No 26.º aniversário do PS, em Braga, António Guterres reafirma a sua candidatura às eleições legislativas ■ Milícias pró-integracionistas distribuem em Díli panfletos com 300 nomes a abater, entre os quais está Xanana Gusmão e Manuel Carrascalão, e atacam população de Becora ■ A NATO bombardeia pontes e refinarias na Jugoslávia, enquanto que Javier Solana admite a hipótese de uma operação terrestre no Kosovo ■ A Jugoslávia corta relações diplomáticas com a Albânia por este país estar a servir de base para as forças da NATO ■ O Partido de Esquerda Democrática de Bulent Ecevit ganha as eleições na Turquia.

19 Segunda-feira

O Conselho de Estado reúne-se para a analisar a situação em Timor-Leste e decidir posições para a reunião em Nova Iorque entre Jaime Gama e Ali Alatas ■ Pelo terceiro dia consecutivo, as milícias pró-integracionistas dispararam tiros de intimidação em Díli ■ O ministro da Justiça da Indonésia garante que Xanana Gusmão não vai ser transferido para uma prisão indonésia ■ Conversa telefónica entre Boris Ieltsin e Bill Clinton evidencia as suas divergências em relação aos bombardeamentos da NATO na Jugoslávia ■ O primeiro-ministro da Guiné-Bissau, Francisco Fadul, pede na Assembleia da República a disponibilidade portuguesa para enviar forças militares para o seu país.

20 Terça-feira

As milícias pró-integracionistas atacam Hera, localidade perto de Díli, provocando 30 mortos segundo a UDT ■ O relatório da Amnistia Internacional relativo à situação em Portugal revela maus tratos nas prisões portuguesas ■ Na reunião dos diretores políticos da União Europeia, a Itália e a Grécia opõem-se ao bloqueio petrolífero à Jugoslávia ■ Relatório do Fundo Monetário Internacional revela que a economia dos países do Sudoeste Europeu, à excepção dos mais industrializados, será afectada pela guerra no Kosovo.

EDITORIAL

Abril vale a pena

Comemoramos, desta vez, o 25.º aniversário do 25 de Abril. Fazemo-lo com a certeza fortalecida de comemarmos uma data maior da nossa História, um momento em que, aí sim!, recuperámos a nossa auto-estima e o nosso orgulho nacional. Porque se tratou de um tempo novo, do triunfo da liberdade sobre a tirania e a opressão, da vitória do futuro sobre o passado, enfim de um momento histórico que colocou o nosso país e o nosso Povo na primeira linha da modernidade na Europa - não da «modernidade» de que falam, hoje, os que tudo têm feito para liquidar o que Abril trouxe de novo, de inovador, de revolucionário mas da modernidade enquanto acto transformador, virado para o futuro.

Comemorar Abril é relembrar muito da nossa História e da nossa luta deste século: é não esquecer o tempo de antes de Abril, o fascismo e a luta antifascista, a opressão e a resistência, a repressão e a resistência, a tirania e, sempre, a resistência; é recordar a festa, a alegria, a felicidade que foi Abril, «Grândola vila morena, terra da fraternidade», «Aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas», o povo nas ruas, ocupando-as, libertando-as e libertando-se, fazendo História, o fascismo derrubado, a liberdade conquistada, os primeiros passos na marcha colectiva pelos caminhos dos ideais de Abril, a conquista de conquistas que correspondiam aos mais profundos anseios, sonhos e ideais da maioria do povo português.

Comemorar Abril hoje, 25 anos depois do Dia da Liberdade, é também analisar as derrotas, re-observar o papel da contra-revolução, da sua complexa e multinacional rede conspiratória, dos seus inspiradores, executantes e apoiantes; dos métodos e práticas a que recorreram, dos êxitos que, inegavelmente, obtiveram. E é, por isso, de sublinhar o papel do PS no processo contra-revolucionário: do PS de, entre outros, Mário Soares e António Guterres; da sua intervenção empenhada na liquidação de conquistas históricas dos trabalhadores e do povo; da sua não hesitação em aliar-se, mais ou menos às claras, com toda a direita (inclusive àquela que tinha as suas raízes no regime que Abril derrubara) para impedir que Abril se cumprisse; que pediu e, naturalmente, obteve das grandes potências capitalistas (nomeadamente dos Estados Unidos da América) os apoios necessários à concretização da sua tarefa contra-revolucionária; que, por tudo isso, está ligado à destruição de algumas das mais belas realizações de toda a História de Portugal e dos portugueses. Dir-se-á, e é certo, que outros assumiriam esse papel se o PS o não fizesse: mas é certo, também, que sem a participação do PS a contra-revolução não teria logrado a maior parte dos seus objectivos. A política de direita, de então para cá praticada e apoiada pelo PS, pelo PSD e pelo CDS/PP - nunca sozinhos mesmo quando apenas um deles está no governo - é a consequência natural do êxito da contra-revolução. Combatê-la, derrotá-la e substituí-la por uma política de esquerda constitui, por isso, um objectivo essencial dos trabalhadores, dos homens e

mulheres de esquerda, dos que vêem em Abril as sementes de um Portugal livre e democrático, com tudo o que isso implica do ponto de vista social, económico e cultural.

Num momento em que, por efeito da aplicação da política de direita, se avolumam os ataques a importantes direitos sociais, económicos e políticos, se acentuam as desigualdades através de uma prática de favorecimento dos interesses dos grandes grupos económicos e sociais, se assiste ao aumento do domínio económico e político do grande capital nacional e internacional, se perfilam ameaças crescentes à independência e à soberania nacionais - e, paralelamente a isso, se procede a uma monumental operação de branqueamento do fascismo que, nomeadamente, conclui pela sua inexistência e chega ao ponto de fazer o provocatório elogio ao «antifascista Salazar» - as comemorações do 25 de Abril assumem particular e acrescida importância e devem constituir um impulso para a continuação e intensificação da luta social, eleitoral e política contra a política de direita, o que, neste contexto, significa prosseguir a luta por Abril, pelos seus valores, pelos seus ideais.

Comemorar Abril é lembrar que Abril foi um acto de paz e é, por isso mesmo, combater o acto de guerra que constitui a participação de Portugal, por decisão do governo de António Guterres, nos criminosos bombardeamentos sobre a Jugoslávia

Comemorar Abril é lembrar que Abril foi um acto de paz: um acto que pôs termo à guerra colonial e fez

regressar à sua Pátria muitos milhares de jovens até aí obrigados a participar numa guerra injusta e que servia os exclusivos interesses do fascismo e do colonialismo; e é, por isso mesmo, combater o acto de guerra que constitui a participação de Portugal, por decisão do governo de António Guterres, nos criminosos bombardeamentos sobre a Jugoslávia - desta vez cumprindo servilmente as ordens do imperialismo norte-americano e servindo interesses que se situam nos antípodas dos interesses de Portugal e dos portugueses.

Na realidade, a posição do governo do PS, a decisão irresponsável que tomou de envolver Portugal nesta guerra e a disposição que manifesta de acompanhar o governo dos Estados Unidos da América até onde este entender ir, constituem uma afronta ao 25 de Abril e uma ofensa às comemorações do seu 25.º aniversário.

Comemorar Abril é, enfim, concluir que, apesar de tudo isto, valeu a pena sofrer na carne as consequências de resistir ao fascismo, valeu a pena conquistar a liberdade e enriquecê-la com a indispensável dimensão económica e com o necessário conteúdo social, valeu a pena avançar ousadamente para o Futuro, valeu a pena lutar com todas as forças disponíveis pela defesa das conquistas da Revolução, valeu a pena prosseguir, nestes vinte e cinco anos que nos separam do histórico 25 de Abril de 1974, a luta por Abril e pelos seus ideais de liberdade, de justiça social, de solidariedade, de fraternidade.

Porque Abril vale a pena.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
- 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cupa Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lz. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA 50 números: 30 600\$00
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU 50 números: 23 000\$00
EUROPA 50 números: 21 850\$00	* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A ponte da dignidade

Para que fique gravado na acta das nossas memórias e por imperativo dever de consciência, utilizemos as palavras necessárias com a necessária clareza e frontalidade: chamemos agressores aos agressores, criminosos aos criminosos, hipócritas aos hipócritas, vítimas às vítimas.

Chamemos Povo às vítimas e tratemos os agressores, os criminosos e os hipócritas pelos seus nomes próprios: Clinton, Solana, Annan, Blair, Schroeder, Jospin, Aznar, Guterres... E optemos sem hesitações: pelas vítimas e contra os agressores, os criminosos, os hipócritas - seja Milosevic o que for. (Milosevic que, já agora recorde-se, foi eleito por muito mais elevadas percentagens e taxas de participação de eleitores do que qualquer dos governantes responsáveis pelos bombardeamentos...) Porque é o Povo - os homens, as mulheres, os jovens, as crianças - a grande vítima das toneladas de bombas que, às ordens de Clinton e com o apoio servil de todos os governos da União Europeia, a Nato despeja sobre a Jugoslávia.

Atentemos no conteúdo brutal, selvagem, desumano destes bombardeamentos: na hipocrisia despidorada e abjecta com que os seus autores fingem justificá-los, na prepotência imperial e na arrogância fascisante subjacente a toda esta operação. Assinalemos o facto de, tal como em trágicas situações anteriores, a barbárie nos ser apresentada como modelo de humanismo e em nome da democracia, da liberdade, dos direitos humanos. Observemos que, da multiplicidade de alvos «militares» atingidos pelas bombas da Nato, constam colunas de refugiados, fábricas, comboios, estádios de futebol, hospitais, pontes.

É de uma ponte que, hoje, falo. De uma ponte cujo nome desconheço e que as televisões nos mostraram, um dia destes, em impressivas imagens, coberta de pessoas de todas as idades. Tendo como únicas armas a sua coragem e a sua dignidade, estavam ali para defender a sua ponte das bombas da Nato. As imagens mostravam-nos centenas de rostos serenos e determinados: sabendo que a vida humana é coisa que não conta para os que ordenam os

bombardeamentos - e, apesar disso, serenos e determinados; sabendo que uma bomba lançada sobre seres humanos pode ser, depois, hipocritamente justificada como um «erro» - e, apesar disso, serenos e determinados; sabendo que as suas vidas estavam nas mãos de um bando de criminosos impunes - e, apesar disso e por isso mesmo, serenos e determinados.

Olhando para aqueles rostos serenos e determinados, é inevitável a comparação com os rostos cobardes, balofos, flácidos, hipócritas dos agressores: dos clinton's e das albright's, dos solana's e dos Annan's, dos blair's e dos guterres..., é inevitável confrontar a arrogância e a brutalidade cobardes dos todo-poderosos agressores com a coragem e a dignidade dos agredidos que, serena e corajosamente, expõem as suas vidas para defender a sua ponte. Ponte cujo nome desconheço mas que guardarei para sempre na memória como a Ponte da Dignidade.

■ José Casanova

O negócio da guerra

Numa altura em que a NATO entra na sua 5.ª semana de ferozes bombardeamentos contra a Jugoslávia, em que o Kosovo já foi "limpo etnicamente" de um terço dos seus habitantes albaneses e em que os países vizinhos estão crescentemente desestabilizados pelo afluxo de refugiados e pela presença de dezenas de milhar de soldados estrangeiros, a assembleia anual do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) que terminou há dois dias em Londres, foi o palco escolhido pelo ministro das Finanças Sousa Franco para tecer expressivas considerações sobre o conflito que alastra nos Balcãs.

De acordo com o relato do Público, Sua Excelência terá afirmado ser cedo para a União Europeia ter um plano de reconstrução semelhante ao plano Marshall após a II Guerra Mundial pois "é importante acompanhar o alcance financeiro" desse plano. A União Europeia deve estar preparada, "mas para reconstruir é necessário conhecer a destruição feita e isso só se conhece quando as operações acabarem, mesmo que temporariamente" (sic).

Ficará certamente nos anais desta derradeira guerra do século XX esta capacidade de um ministro português se preocupar com a reconstrução de uma região exactamente ao mesmo tempo que, também por sua vontade, ela está a ser destruída. O incedível espírito de rigor que o anima ao sublinhar que para "reconstruir é necessário conhecer a destruição feita". E a ímpar visão estratégica que revela ao reconhecer que só é possível conhecer essa destruição "quando as operações acabarem"...

O léxico guerreiro não pára assim de se requintar.

Aos "bombardeamentos humanitários", que na prática estão a aumentar em flecha o número de vítimas e a alimentar todos os demónios da intolerância étnica e do nacionalismo que pretensamente afirmavam combater, soma-se agora este binómio "destruição-construção" que nas últimas semanas já fez disparar as cotações em bolsas como as de Nova Iorque e Londres.

É a guerra, o mais sujo dos negócios, que volta a empapar de sangue campos da Europa.

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Caria

A sombra - da liberdade

EUA

As "boas causas"

Afrieza com que Clinton reconheceu, passados dois dias, o "erro inevitável" que foi o bombardeamento da coluna de refugiados kosovares e avisou da "inevitabilidade" de "futuros erros" testemunha bem o carácter cruel e desumano desta guerra. Com tais declarações, o belicismo e a agressividade vieram ao de cima, como elementos intrínsecos e indispensáveis à estratégia hegemónica dos EUA. Hoje, como no passado. Centrando apenas a nossa atenção na América Latina, lembremos o que foi e para que foram as invasões de Granada e do Panamá, a intervenção no Haiti, a ingerência na Nicarágua, entre muitas outras.

O pretexto ("humanitário") para a invasão de Granada (1983) foi pôr fim à "desordem" interna. Longa e cuidadosamente preparada, a intervenção militar norte-americana tinha como objectivo liquidar o processo revolucionário iniciado em 1979. Os EUA jogaram previamente no estrangulamento económico da pequena ilha e na divisão do partido dirigente da revolução. Criaram as condições e o clima que levaram ao assassinato de Maurice Bishop, para de seguida "salvar" os granadinos do "caos". Cinco mil militares americanos, entre "marines" e "boinas verdes", apoderaram-se da ilha de 90 mil habitantes. O seu interesse geoestratégico assim o justificava. Derrotada a revolução, como em todas as outras situações semelhantes, são preparadas eleições para "legitimar" a nova situação. E, naturalmente, o candidato apoiado pelos EUA ganhou...

A invasão do Panamá (1989) teve como objectivo prender Noriega (aliás, velho colaborador da CIA), a pretexto do combate ao tráfico de drogas. Desrespeitando a soberania do país, ocupou-se a capital, fizeram-se mais de 2000 mortos. Na verdade, esta operação, para além do próprio Noriega, insere-se na permanente hostilidade dos EUA ao cumprimento do Tratado Torrijos-Carter (relativo ao Canal do Panamá). E foi uma ameaça a ter presente aquando da passagem total do Canal para administração panamense, no início do ano 2000.

No Haiti, a intervenção militar norte-americana (1994) foi invocada pela necessidade do "regresso à democracia", colocando como objectivo que o padre Aristide, eleito presidente em 1990, voltasse ao país. Esta súbita "preocupação" dos EUA pela democracia, quando tinha apoiado durante 28 anos a ditadura dos Duvalier, que fomentou o golpe que tinha deposto o próprio Aristide para impedir que se ampliasse o movimento popular de apoio ao seu programa, foi a fachada mediática para contornar um período de enormes dificuldades internas para Clinton, acrescidas pela derrota sofrida na Somália. Também nesta ocasião o drama dos refugiados foi utilizado à exaustão para justificar a intervenção. Mas, sob o domínio dos EUA, a miséria e o despotismo continuam.

Na Nicarágua, onde a revolução sandinista de 1979 pôs fim à ditadura de Somoza, a contra-revolução foi estimulada e apoiada desde o início pelo imperialismo norte-americano. Os "contra" foram financiados e treinados pelos EUA. Terrorismo, sabotagem e bloqueio económico, minagem de portos, a tudo recorreram. Impuseram negociações que significaram mais sacrifícios para os nicaraguenses. Aos 70 mil desmobilizados não foi garantido, como prometido, a posse e uso da terra. O desemprego e a miséria explodiram. Mas os "interesses" dos EUA foram salvaguardados pela direita que voltou ao poder. Nunca será de mais lembrar acontecimentos desta natureza, para ajudar à compreensão do que se passa hoje na Jugoslávia. São os interesses estratégicos dos EUA e o seu objectivo de domínio mundial que tudo justifica. Os argumentos é que podem variar - "pôr fim à desordem", "defender a democracia", "combater o narcotráfico", "impedir a "limpeza étnica" ". Tudo por "boas causas". Sustentadas por uma poderosa máquina de desinformação que, contando com o esquecimento generalizado de acções precedentes, vai cumprindo o seu papel. É necessário desmascarar a hipocrisia, o militarismo e o belicismo do imperialismo, utilizando os meios de que dispomos - o da indignação e do protesto das massas. Para exigir o fim dos bombardeamentos e a via de negociações sérias.

■ Manuela Bernardino

SEMANA



Presidente moçambicano em visita de Estado

O Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, realiza esta semana uma visita de Estado de seis dias a Portugal. Recebido na passada terça-feira com honras militares em Lisboa, a que se seguiu um banquete no Palácio da Ajuda, o Presidente moçambicano tem uma agenda bastante preenchida: na quarta-feira recebeu todos os partidos com assento parlamentar, almoçou com o Primeiro-Ministro António Guterres, visitou a Assembleia da República e teve uma recepção promovida pela comunidade moçambicana em Portugal. Hoje, quinta-feira, presidirá, no Porto, à abertura

de um seminário empresarial sobre oportunidades de investimento no Corredor de Maputo, visitará o Aeroparque e duas empresas com projectos em Moçambique. Amanhã será homenageado pela Universidade de Coimbra, que o investirá com doutoramento *Honoris Causa*, voltando a Lisboa no sábado para almoçar com empresários e visitar a Fundação Aga Khan. A visita oficial terminará no sábado, tendo Joaquim Chissano sido convidado pelo Presidente Jorge Sampaio para assistir, no domingo, às cerimónias comemorativas do 25.º aniversário do 25 de Abril.

Portugal com pavilhão próprio na Bienal do Livro de Rio de Janeiro

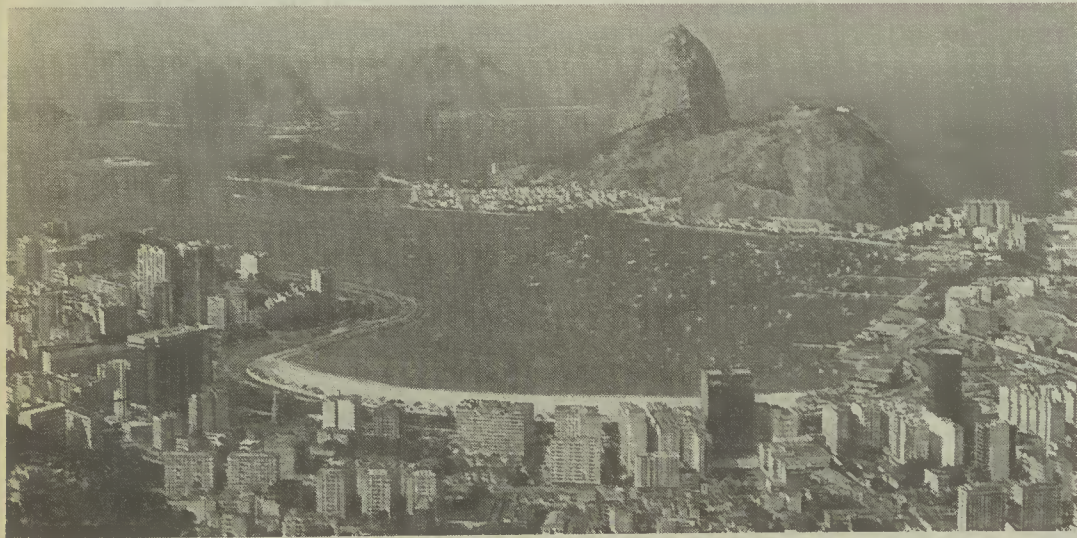
Portugal será o único de 12 países a possuir um pavilhão próprio na sua qualidade de país-tema da Bienal do Livro do Rio de Janeiro, certame que foi inaugurado na passada terça-feira com a presença de José Saramago. O Nobel da Literatura 98 foi

homenageado na sessão oficial de abertura da IX Bienal, onde também se deslocaram os ministros da Cultura de Portugal, Manuel Maria Carrilho, e do Brasil, Francisco Weffort, editoras e escritores, entre outras entidades ligadas ao mercado

do livro em ambos os países. Além do autor laureado, deslocam-se ao Rio de Janeiro, a convite da organização, os escritores portugueses Carlos Reis, Mário Cláudio, Augusto Abelaira, Clara Pinto Correia, José Gameiro, Fernando Pinto do

Amaral, Manuel Gusmão e Maria do Rosário Pedreira, entre outros. Da mesma forma, mais de uma dezena de editoras portuguesas, entre 390 representadas na Bienal, participam no evento. Portugal ocupa um pavilhão com 500 metros quadra-

dos no complexo Centro-Rio, entre editoras e entidades culturais do Brasil, Espanha, Inglaterra, França, Itália, EUA, Argentina, México, Uruguai, Paraguai e Chile. Debates, conferências e colóquios decorrerão até 2 de Maio, último dia da Bienal.



Gestores dos Baldios reúnem em Vila Real

Os gestores dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, organização da CNA, reunidos em Vila Real no seu VII Encontro, consideram que as recentes medidas do Governo «vêm atenuar alguns dos maiores problemas desta comunidade,

embora não os resolvam». Os cerca de 120 gestores de baldios discutiram o despacho do Governo que instituiu o mercado social de emprego e o diploma de criação do corpo de Sapadores Florestais, tendo concluído que estes instru-

mentos podem ser utilizados no sentido da criação postos de trabalho. O presidente do Secretariado dos Baldios, Armando Carvalho, afirmou à Lusa que «estas medidas podem servir para manter uma certa vida nas aldeias e para dimi-

nuir o potencial combustível que existe nas matas» e que «as equipas que vão constituir os Sapadores Florestais serão essencialmente compostas de elementos da confiança das comunidades baldias e terão não só um papel importante

na prevenção e no combate a incêndios como também na fiscalização». A assembleia aprovou também uma proposta de «estreitamento de relações, entre os conselhos de baldios e os actuais serviços oficiais, no sentido de uma maior conjuga-

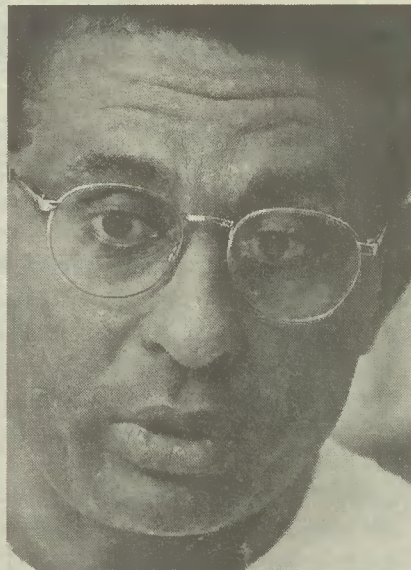
ção de esforços para ultrapassar os problemas de relacionamento que tem existido na região». Os gestores dos Baldios presentes no encontro aprovaram, por unanimidade, uma Moção sobre as comemorações dos 25 anos do 25 de

Abril, porque «foi com a Liberdade da Revolução de 25 de Abril que os agricultores deitaram os seus gados a serra e se organizaram em comissões de aldeia forçando a aprovação daquela que viria a ser conhecida como a Lei dos Baldios».

Miscigenação pré-histórica em criança de Vale do Lapedo

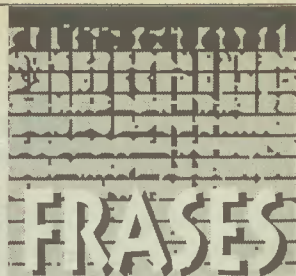
As ossadas da criança com 25 mil anos encontradas no Vale do Lapedo, em Leiria, confirmam a teoria da hibridação, ou seja, a tese que defende ter havido miscigenação entre o Homem de Neandertal (que se extinguiu entre 25 e 30 mil anos atrás, nos mistérios da evolução) e o precursor do homem moderno, o famoso *Homo Sapiens Sapiens*. Esta tese é defendida pelo presidente do Instituto Português de Arqueologia (IPA), João Zilhão, ao concluir que o esqueleto de criança achado no Vale do Lapedo apresenta características do homem moderno, como a dentição e a bacia, mas também aspectos do Homem de Neandertal, como o osso temporal. A questão é polémica, tem defensores e adversários, pelo que o esqueleto da

criança no Vale do Lapedo «é um achado muito importante nos estudos da evolução humana», segundo João Zilhão, que informou também que o IPA e o Ministério da Cultura vão, a partir do ano 2000, instalar um estaleiro permanente no local, não apenas para explorar o sítio onde foi encontrado o esqueleto da criança (um raríssimo exemplar quase completo), como toda a área do Vale do Lapedo. Trata-se de preparar um investigação minuciosa e completa, que poderá levar décadas a realizar. Em cima da mesa está também a classificação do sítio do achado como património nacional, bem como de todo o Vale de Lapedo, que já concorreu a património natural, por iniciativa da Câmara Municipal de Leiria.



Francisco Fadul visita Portugal

O Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Francisco Fadul, visitou oficialmente durante dois dias o nosso país, tendo sido transportado num avião «Falcon» da Força Aérea Portuguesa, disponibilizado pelo Governo português devido ao facto de o aeroporto de Bissau ainda se encontrar encerrado aos voos comerciais. Esta é a primeira deslocação oficial ao estrangeiro de Francisco Fadul, desde que foi indicado pela Junta Militar, e aceite pelo Presidente Bernardo «Nino» Vieira, como chefe de um novo Governo na Guiné-Bissau, na sequência da grave crise que levou a guerra ao país durante vários meses, opondo a generalidade das Forças Armadas guineenses, comandadas pelo brigadeiro Ansumane Mané, ao presidente «Nino» Vieira, apoiado por tropas senegalesas que ele próprio solicitou. Francisco Fadul começou por visitar o centro de refugiados guineenses instalados num quartel da Pontinha, onde foi recebido apoteoticamente, seguindo-se um encontro com elementos da ELO, associação de empresários portugueses, tendo sido igualmente recebido pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, o Presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, e o Primeiro-Ministro, António Guterres. O governante guineense deixou expresso que deseja e conta com o apoio de Portugal para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, expressando igualmente a vontade de estabelecer um acordo de cooperação militar com o nosso país, como salvaguarda contra novas tentativas de ingerência estrangeira na Guiné-Bissau.



“Pela minha parte, já ficava satisfeito se as [universidades] privadas fossem sujeitas às mesmas avaliações que a universidade pública e se o Estado tomasse medidas para impedir que o sector privado continuasse a parasitar o sector público como tem feito até aqui. Então se veria quais as privadas capazes de sobreviver”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 16.4.99)

“Mesmo sem discutir o meio, a forma e o resultado, se fossem valores humanitários a ditar a ofensiva da NATO há já muito que esta teria actuado para impedir a limpeza étnica organizada pelo regime profascista turco no Curdistão”

(Adolfo Luxúria Canibal, «Suplemento 3» do Independente, 16.4.99)

“Qual é então o verdadeiro motivo desta guerra? (...) não andaremos longe da verdade se concluímos pelo interesse estratégico dos EUA em meter a bota na Europa numa altura em que o euro se apresta para fazer concorrência ao dólar (...), desígnio que encontrou parceiros tácticos no tradicional aliado britânico, eterno desconfiado da moeda única, e na eufórica Alemanha, ofuscada pela possibilidade de utilizar o seu exército pela primeira vez desde a II Guerra”

(idem ibidem)

“Os serviços secretos americanos acharam que para atingir a virilidade da Europa bastava bombardear os Balcãs. Julgam que o Kosovo é o sexo do Velho Continente”

(Carlos Magno, Diário de Notícias, 17.4.99)

“O Portugal de hoje faz o triste papel de uma fiel criada dos EUA, NATO e União Europeia. Envia aviões, tropas e muita ajuda humanitária para o Kosovo e bonitas palavras de indignação para Timor-Leste”

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 18.4.99)

“Em duas gerações, em 35 anos, a Sonae passou de uma empresa de vão de escada a maior empresa portuguesa e à maior do mundo no sector do aglomerado. Isso dá-me gozo”

(Belmiro de Azevedo, «Pública» suplemento dominical do Público, 18.4.99)

“Eu nunca fui dependente de dinheiro, muito menos agora. Mas se queremos falar de algarismos, o dr. Balsemão levou seis anos a ganhar seis milhões e a Sonae demorou três ou quatro meses a ganhar dois milhões e meio [a diferença entre a compra e a venda da TVI]”

(idem ibidem)

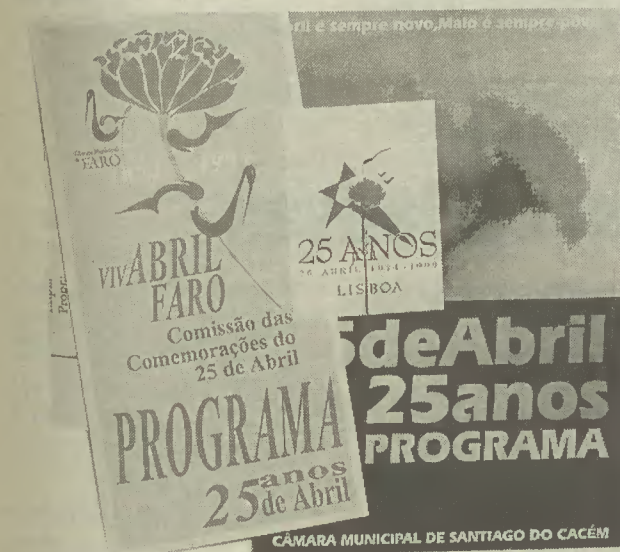
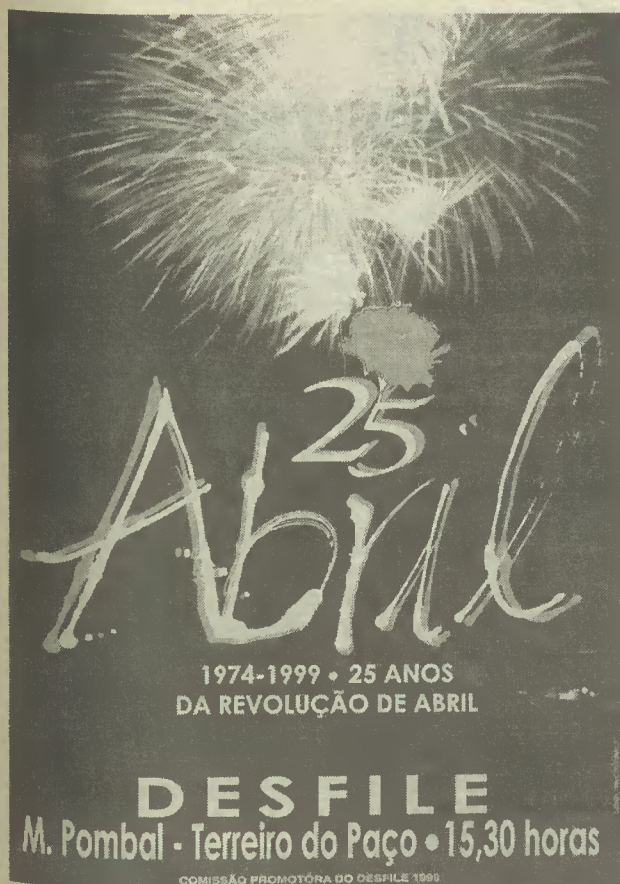
“Eu nunca tive o *Público* para ser uma pena no chapéu, embora já tenha ouvido falar que era por pres-tígio... Sabem melhor que ninguém que eu nunca usei, nem usei usar, o *Público* para nada”

(idem ibidem)

NACIONAL

25 anos de Abril

Festejos populares por todo o País



Poder local, movimento associativo, colectividades culturais, recreativas e desportivas são, por todo o País, os promotores das comemorações populares dos 25 anos do 25 de Abril. Comemorações que não se circunscrevem às datas centrais da revolução, antes se prolongam no tempo, articulando iniciativas, interesses e momentos diversos, num todo em que ressalta a importância da festa.

A diversidade e envergadura das comemorações em curso, já neste momento, e nalguns casos prolongando-se mesmo até ao fim do ano (caso do Seixal, para referir um exemplo), inviabilizam, à partida, qualquer veleidade de esboçar um quadro geral, e muito menos, veicular informação concreta sobre todas e cada uma das iniciativas.

Resta-nos assim tentar dar testemunho da variedade das iniciativas e algumas das direcções por que se desdobram.

Um primeiro destaque possível - as comemorações são uma realidade por todo o país, mesmo em pontos particular-

mente difíceis, como é o caso da Madeira, onde a «Festa dos 25 Anos de Abril» teve o seu início dia 17.

Em França, as associações «Nova Terra», «Association des Portugais de Mulhouse» e a «Fédération des Associations Portugaises d'Alsace», organizaram festejos que se prolongam até 2 de Maio. A Associação Cultural Portuguesa de Estrasburgo promove uma quinzena cultural. Na Holanda, algumas associações de Amsterdão e arredores decidiram juntar-se numa homenagem «aos que transformaram o nosso país num país democrático e mais social».

Em diversos pontos do país ressalta a preocupação de apresentar também obra feita. É nomeadamente o caso de Lisboa, onde a Câmara decidiu assinalar o aniversário da revolução com um conjunto de obras que representam as mais variadas áreas de intervenção: erradicação de barracas, habitação digna, equipamentos desportivos e culturais, qualificação dos espaços verdes e do ambiente urbano.

A variedade das iniciativas constitui, talvez, a sua maior riqueza e o cunho dominante. Exposições, teatro, música, desporto, colóquios, animação de rua, as iniciativas abarcam as mais diversas áreas, reflectindo, quer a própria riqueza do movimento associativo e popular, quer a dominância de alguns sectores da cultura, a nível local ou regional. Como pano de fundo, e por toda a parte, a festa.

No cruzar de todas estas actividades, englobam-se

outros momentos e datas a assinalar, como é o caso do Dia Mundial do Livro, que assim se viu - e justamente - integrado nos festejos de Abril, do Barreiro a Beja.

A vertente política das comemorações - que na verdade atravessa todas as iniciativas e festejos - assume também por vezes a forma de apelos e manifestos, como é o caso da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira ou do Apelo dos ex-presos políticos de Beja. Nem sempre assumindo forma consensual. Na Assembleia de Freguesia de Pedrógão do Alentejo, foram aprovadas moções pelo 25 de Abril e pelo 1.º de Maio, que tiveram a oposição de uma maioria de eleitos do PS. Em Gandra, a Junta de Freguesia, presidida por um eleito do PSD, recusou concretizar a recomendação da Assembleia de Freguesia de assinalar os 25 anos da revolução.

Apelo

«Sublinhando o profundo significado cívico de que as comemorações agora se revestem, vêm os signatários apelar a que nelas participem todos os democratas, destacando, para o efeito, o desfile que, no dia 25, com partida às 15,30 horas, se realizará, desde o Marquês de Pombal até à Praça do Comércio, em Lisboa.» Esta a conclusão/síntese do Apelo à participação nas comemorações do 25 de Abril da Comissão Promotora das Comemorações Populares. Um documento subscrito por várias organizações políticas e sociais e por personalidades da vida nacional, que aqui reproduzimos na íntegra.

Um quarto de século depois da revolução do 25 de Abril os princípios da democracia constituem um património que o país assumiu inteiramente. O regime instituído fez sair Portugal da estagnação e do isolamento a que havia sido relegado por uma visão passadista da sociedade e uma prática totalitária do poder.

A consolidação da liberdade permitiu a eclosão de forças sociais de transformação que se achavam oprimidas e o progresso entretanto verificado distancia hoje o nosso país física e humanamente da imagem que apresentava em 1974. Com o 25 de Abril, os portugueses adquiriram a maioridade e a cidadania de que haviam sido espoliados por quarenta anos de ditadura salazarista e caetanista. A subjugação a que o povo português esteve sujeito acabou graças à iniciativa desassomburada do Movimento das Forças Armadas que, ao derrubar o poder instalado, veio rematar uma longa sequência de lutas e acções intentadas, ao longo dos anos contra a governação totalitária, pelos sectores democráticos.

A assunção da dignidade individual e colectiva a que a revolução de Abril deu lugar, tornou, a partir daí, todos os portugueses responsáveis pelo seu destino colectivo. Numerosos e diversos foram os caminhos propostos por diversas áreas políticas e sociais, que eles precisaram de dirimir. Para muitos as soluções tomadas pecaram por falta de ambição, enquanto para outros nem sempre terão considerado devidamente a realidade. A democracia pressupõe, contudo, o embate de opiniões e a eleição maioritária de caminhos a seguir. A escolha não atribui necessariamente mais justiça ou qualidade às soluções vencedoras, mas tão-só lhes confere a legitimidade suficiente para serem adoptadas. A esta luz os últimos vinte e cinco anos de liberdade e democracia compreenderam diferentes fases merecedoras porventura de maior ou menor agrado por parte dos diversos sectores económicos e sociais, consoante as expectativas que acalentaram e a avaliação dos resultados a que procedam.

Aquém, ou não, dos horizontes de esperança que alguma vez se tenham perfilado, o inventário global, que na actualidade é possível traçar, apresenta-se como amplamente positivo, quer no que toca à generalidade das conquistas e dos benefícios já consolidados, quer no que concerne às aquisições futuras ainda em curso. O regime constitucional vigente estabeleceu uma matriz que comporta a incorporação de constantes aperfeiçoamentos. Estes resultarão da conjugação das vontades de todos os que se não conformam com a estrutura da sociedade, tal como presentemente se configura, e que não

tiva da riqueza produzida em comum. O combate para criar mecanismos de controlo internacional tendentes a impedir que a globalização se transforme numa arma para benefício unilateral dos mais fortes e, ao mesmo tempo, evitar os efeitos negativos dos fluxos financeiros erráticos, unicamente determinados por razões especulativas, bem como o propósito de reforçar os mecanismos democráticos das instituições comunitárias, fazendo da Europa um espaço comum de todos os cidadãos e não apenas uma arena aberta aos interesses do capital, constituem uma matéria de fundo acerca da

qual os portugueses se deverão conciliar e se reconhecer cabalmente representados nos foruns a que o país tenha acesso.

Configurar e erguer uma nova sociedade, respeitadora da dignidade humana, da cultura e do património em que a nossa identidade se estriba, apta a defender a qualidade dos ambientes, a conviver com o meio natural sem o agredir, empenhada em assegurar a renovação dos recursos ecológicos do território, pronta a advogar a causa dos menos favorecidos contra os mais fortes e possidentes, perfazem o quadro restante dos desígnios colectivos que, graças à democracia conquistada pela revolução do 25 de Abril, deixou de ser uma utopia vaga para se tornar numa meta a atingir.

Celebrar esta data, e em particular o quarto de século de liberdade que já proporcionou, adquire por isso uma carga

simbolicamente significativa. Ao longo do tempo foi festejada por milhares de democratas provenientes de várias sensibilidades do espectro político que se reclamavam de valores a que a revolução deu consistência. O desfile cívico que costuma descer a Avenida da Liberdade em Lisboa e a adesão que sempre recolheu são a prova bastante do enraizamento que a efeméride já assumiu no coração dos portugueses. Uma vez mais isso tornará a ser demonstrado quando se retomar este ano o desfile e, em alegria e espírito fraterno, se voltar de novo a exprimir o reconhecimento sempre devido aos militares de Abril, e se reafirmar o compromisso por todos assumido de defender a democracia em Portugal.



Manifestação pela paz, em Lisboa. Uma exigência intrínseca ao 25 de Abril

descreem de a ver emancipada das actuais imperfeições, mediante o aprofundamento da democracia, a efectiva nivelção das oportunidades e o estabelecimento de uma justiça económica e social mais adequada.

Fazer face às mazelas subsistentes, algumas das quais são consequência da onda neoliberal prevalecente nos últimos anos e dos fenómenos especulativos que acompanham a mundialização do capitalismo selvagem, pressupões, necessariamente, sob a égide dos valores humanistas da solidariedade, a requalificação e fortalecimento do desenvolvimento e dos sistemas de protecção social, inerentes a um Estado de Bem-Estar e a redistribuição mais equita-

Todos por Abril

Desde o princípio do mês que em todo o país se começou a comemorar os 25 anos do 25 de Abril. Democratas de todos os sectores profissionais e de todas as idades festejam das formas mais variadas esta data memorável para os portugueses.



Exposição no Vitória

Com a presença de Carlos Carvalhas, foi inaugurada, na passada quinta-feira, no Espaço Cultural Vitória, uma grande exposição colectiva de Artes Plásticas, na qual estão representados 111 artistas com mais de 270 obras. A exposição, que ocupa parte do rés-do-chão, dos 1.º e 2.º andares e do terraço, encheu o edifício no dia da inauguração com muitas centenas de visitantes.

Esta iniciativa, organizada pelo Sector Intelectual da ORL, integra-se nas comemorações do 25º aniversário do 25 de Abril e estará patente ao público até ao próximo dia 13 de Maio.

Na mesma ocasião foi também inaugurada uma exposição de 55 originais das ilustrações que Rogério Ribeiro realizou a partir de «Até amanhã, camaradas», de Manuel Tiago. Este magnífico conjunto de pinturas e desenhos foi oferecido pelo autor ao PCP.

A exposição colectiva, que é a maior em número de participantes e de obras já realizada no Espaço Cultural Vitória, é também aquela em que é maior a percentagem de artistas mais jovens, lado a lado com alguns dos nomes mais consagrados da arte portuguesa actual.

No decurso da exposição, realizar-se-ão três debates. Um, a 27 de Abril, com o tema «Lisboa, Arte e Liberdade», com a participação de João Abel Manta, José Peixoto, Maria Helena Dionísio, Rui Mário Gonçalves e Filipe Dinis; outro a 10 de Maio, com a presença do pensador marxista grego Nicos Hadjinicolaou, em torno do seu livro «História de Arte e Luta de Classes», em que também participam Dagoberto Markl, Manuel Gusmão e Vítor Serrão; e, finalmente, a 13 de Maio, um encontro com Álvaro Cunhal e Rogério Ribeiro.



Reformados

Na sexta-feira passada, foi a vez dos reformados promoverem, em Lisboa, na Casa do Alentejo, com a participação do secretário-geral do PCP, um animado convívio que meteu «comes» e danças, ao som da música do Grupo 3 de Abril.



Célula da Caminho

Por sua vez, subordinado ao tema «A Caminho de Abril», a célula do PCP na Editorial Caminho promoveu, no sábado passado, no Palácio Pancas Palha, um encontro-convívio de trabalhadores, autores e outras individualidades e entidades, que constou de uma exposição documental, sessão comemorativa e beberete.

Convenção Cultural Autárquica Governo faz descoberta tardia

A convocação pelo ministro da Cultura de todas as Câmaras Municipais para a Convenção Cultural Autárquica, juntamente com um documento de seis páginas - «Para uma Política de Descentralização Cultural - Quadro de Intervenção» - cheio de «generalidades», mereceu o comentário crítico do Gabinete de Imprensa do PCP.

A Convenção, realizada no sábado passado, em Aveiro, surge num momento em que «o investimento em cultura promovido pelo poder local democrático é, no seu conjunto, superior ao que é feito pelo Governo», visando os seus programas culturais «a expansão e o desenvolvimento das actividades culturais junto das populações e a criação de novos intervenientes e de novos públicos», enquanto o Governo promove «uma política sobretudo mediática, sem programação consequente e continuada, de apoios financeiros

sem critérios bem definidos e de base eleitoralista».

Por outro lado, o poder local democrático «procura que o debate de novas atribuições e competências ultrapasse o círculo vicioso em que tem decorrido» - com os diversos ministérios a procurarem passar para cima das autarquias novos encargos sem garantia de financiamentos - e permita «uma nova lei que regule em novos termos a descentralização responsável de que o país tanto necessita».

«É significativo», diz o PCP, que seja «apenas na parte do man-

dato do ministro da Cultura e numa altura em que procura renovar o seu protagonismo», que surge a realização de uma iniciativa com grande cobertura mediática, projectando envolver todos os municípios portugueses aos quais não deixará de ser proposto «mais responsabilidades e encargos sem meios financeiros para lhes fazer face».

Ao mesmo tempo que denuncia esta situação, o PCP solidariza-se com os eleitos locais que, «ao longo do tempo e sem desfalecimentos, têm pugnado pelo desenvolvimento cultural do país» e reclama que o Governo debata «em sítio próprio e com os principais interessados todas as questões relativas à necessária descentralização de intervenções em diferentes áreas».

Defendendo o abandono dos princípios neoliberais «de promo-

ver parcerias e de obrigar os municípios a participarem financeiramente em responsabilidades que são do Governo», os comunistas propõem que se avance, de facto, «para um novo quadro em que ao poder local democrático sejam garantidos os meios suficientes para fazer mais e melhor as muitas tarefas que ele já demonstrou saber fazer bem».

Assim, «mais do que discussões que permitam ideias apressadas para programas eleitorais futuros e barulho de luzes a disfarçar o pouco que o Ministério da Cultura tem feito», a Convenção Cultural Autárquica deve servir para «colocar em novos moldes o debate entre o Governo e o poder local democrático». Esse foi, aliás, o objectivo dos eleitos comunistas que participaram na Convenção.

Campanha de Fundos Proseguem iniciativas

Em todo o Partido prosseguem com entusiasmo iniciativas várias para a Campanha Nacional de Fundos.

Na sexta-feira passada, por exemplo, foi a vez de alguns camaradas do Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes promoverem uma noite de «fado vadio» que se prolongou até às duas da manhã.

A assistência - mais de uma centena de pessoas - começou cedo a afluír ao Centro de Trabalho, sendo de imediato recebida por um grupo

de camaradas que, com invulgar celeridade e organização, atendia os pedidos que iam sendo feitos na base de uma ementa, cujos pratos foram confeccionados só com produtos oferecidos. E foi assim que, enquanto comiam apetitosos rojões ou petiscavam «pipis» e «moelas», os convivas, ouviram em silêncio os inúmeros e grandes intérpretes de bairros de Lisboa, particularmente do bairro de Alfama, cantar fado castiço que, a seguir, aplaudiam entusiasticamente.

Aos fadistas, que desde a primeira hora se disponibilizaram para participar gratuitamente nesta iniciativa, depois de cantarem, a comissão organizadora da sessão juntava aos agradecimentos uma oferta simbólica: um emblema do PCP, um cartão com a reprodução do painel de azulejos que ilustra a fachada do Centro de Trabalho e um exemplar do último «Avante!» clandestino.

A meio da noite foi leiloada uma garrafa de whisky e dois

copos de cristal oferecidos para fundos e que, tendo partido de uma base de licitação de 5000\$00 foram arrematados por 15000\$00 por uma camarada que os voltou a oferecer para novo leilão, dessa vez, rendendo 9000\$00.

No fim, visivelmente contentes, os participantes felicitavam os organizadores pela iniciativa que, ultrapassando as expectativas em todo os aspectos, havia rendido mais de 150 contos para a Campanha.

Faleceu António Santo

Após prolongada doença, faleceu no dia 18 de Abril, com 71 anos de idade, o camarada António Santo, destacado militante comunista e resistente antifascista, com uma vida inteira dedicada à causa da liberdade e da democracia e do socialismo.

Natural de Torres Novas e de profissão serralheiro mecânico, António Santo era membro do PCP desde 1950, passou à clandestinidade e foi funcionário do Partido desde 1959 até à morte, tendo sofrido um total de 12 anos e meio de prisão nas cadeias fascistas.

Depois do 25 de Abril, desenvolveu a sua actividade partidária em várias organizações do PCP, foi membro das Direcções Regionais de Setúbal e da Beira Litoral e pertenceu ao Comité Central do PCP de 1974 a 1988. Era actualmente membro da Direcção da Organização do PCP para a Emigração e do colectivo responsável pela edição de «O Militante».

Quando foi conhecido o seu falecimento, numerosos militantes e dirigentes do PCP passaram pela Casa Mortuária do Instituto Português de Oncologia, onde o seu corpo esteve em câmara ardente.

O seu funeral, que constituiu uma sentida manifestação de pesar, teve a participação muito significativa de camaradas, amigos, companheiros de luta e de trabalho e quadros e dirigentes das várias organizações a que António Santo esteve ligado ao longo da vida. A prestar a última homenagem a este destacado militante comunista,

encontrava-se também o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado de um conjunto numeroso de membros da Comissão Política, do Secretariado e da Comissão Central de Controlo.

Antes do caixão baixar à terra, ao som uníssono da palavra de ordem «A luta continua!», Blanqui Teixeira, membro da C.C.C., que com António Santo trabalhou muitos anos, tendo tido a oportunidade de lhe

conhecer as qualidades e capacidades, proferiu algumas palavras. Visivelmente emocionado, Blanqui Teixeira sublinhou o percurso valoroso de homem e comunista que foi António Santo, e a extrema dedicação que sempre colocou no trabalho ao serviço do Partido.



CAMARADAS FALECIDOS

Ezequiel Francisco Marreiros

Com 64 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Ezequiel Francisco Marreiros que trabalhou na C.T.M. Era membro do Partido desde 1975 e estava organizado na Comissão de Freguesia de Almada.

José Domingues Pedroso

Com 78 anos de idade, faleceu, no passado dia

21 de Março, o camarada José Domingues Pedroso. Era militante do Partido desde 1974.

Zulmira de Jesus

Faleceu no dia 9 de Abril, com 90 anos de idade, a camarada Zulmira de Jesus (Torneira), membro do Partido desde 1960. A sua casa na Marinha Grande serviu de apoio à luta clandestina do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

25 anos de Abril no Porto A Revolução é jovem!

Foi um autêntico megajantar – o maior de sempre – aquele que se realizou no Porto, no sábado passado, com a presença de Carlos Carvalhas. Sobretudo, foi uma prova de vitalidade deste Partido Comunista, dos seus princípios e valores que outros furiosamente procuram esconder da realidade deste nosso tempo.

Um grande e emotivo abraço de camaradas e amigos (alguns dos que viveram com particular intensidade lutas inesquecíveis antes e depois da Revolução e que entretanto se encontram noutros pontos do País) esta foi, naturalmente, uma festa de unidade em torno dos ideais de Abril.

Mais de uma centena de jovens comunistas tiveram um papel preponderante na realização da iniciativa, nos preparativos e no serviço do jantar. Com sentido de responsabilidade, com grande dedicação, com alegria e boa disposição contribuíram decisivamente para o seu êxito! Isso mesmo sublinhou Emídio Ribeiro, responsável da DORP, que, num breve e sentido improvisado, saudou também todos «aqueles que não sendo militantes do PCP há longos anos nos habituámos a ver a nosso lado nas primeiras linhas dos combates», «as gerações de comunistas que dedicaram as suas vidas para que o 25 de Abril acontecesse, deram e dão ainda uma contribuição decisiva para a construção do regime democrático no nosso país», «os que no 25 de Abril acabavam de sair de longos anos passados nas duras condições de clandestinidade e de prisões, como Jorge Araújo e Carlos Costa, na altura do 25 de Abril o responsável da Direcção da Organização Regional do Norte». Pelo significado que adquirem para os comunistas do Porto evocou Lino Lima, Virgínia Moura e Ângelo Veloso, «lutadores que são referência, não só desta cidade, do Norte, mas de todo o Portugal de Abril» que o pavilhão, emocionadamente, homenageou de pé e com aplausos.

PCP faz a diferença

Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu, começando por lembrar que o 25 de Abril «está vivo

no coração de todos nós e nos objectivos da nossa luta», centrou o seu discurso na actualidade política e nas tarefas que os comunistas vão enfrentar nos próximos tempos.

Afirmado que os portugueses sabem que tanto na Assembleia da República como no Parlamento Europeu os comunistas continuam a «defender o projecto libertador de Abril», Ilda Figueiredo lembrou a luta do PCP por outra política, «assente nos valores da esquerda, que faz a diferença, que respeite e valorize quem trabalha».

Carlos Carvalhas, ouvido atentamente, encerrou o momento político com uma intervenção que abordou particularmente a guerra na Jugoslávia (ver pág. 8).

O espectáculo a seguir, com Vitorino e a sua banda, foi altura de ouvir e cantar as canções de Abril, várias inesquecíveis, de José Afonso e Adriano, que de novo fizeram vibrar todos quantos ali se encontravam.

Mas faltava ainda a grande surpresa da noite. Como foi dito, para que Abril acontecesse, foi necessário que muitos comunistas e outros democratas lutassem durante longos e difíceis anos. Mas houve também um factor determinante: o levantamento militar do heróico Movimento dos Capitães. Um desses capitães de Abril estava ali na festa: Dinis de Almeida, que, no meio de aplausos e saudações ao 25 de Abril, ao som da marcha do MFA, subiu ao palco.

Em breves palavras, Dinis de Almeida demonstrou que, ao contrário de muitos outros golpes na história realizados pelos militares que depuseram uns para recolocar no poder os mesmos, a Revolução do 25 de Abril não decorreu assim porque teve desde sempre apoiantes incondicionais dos valores e princípios que, de facto, nortearam o seu

desencadeamento: o povo. Criticou os que neste 25.º aniversário se mostram mais interessados em reescrever a história do que a relatar o que de facto se passou. Saudou os presentes como aqueles que se mantêm «incondicionais apoiantes dos valores da Revolução de Abril de 74».

A *Grândola, Vila Morena*, cantada em uníssono e de cravo na mão, precedeu o corte do bolo de aniversário, com oito metros de altura.



No jantar do Porto, os jovens comunistas tiveram um papel preponderante

Carlos Carvalhas «Tarefa humanitária» é mistificação

Também no Porto, Carlos Carvalhas se debruçou particularmente sobre a questão da Jugoslávia. «É inaceitável», disse, «que no ano do 25.º aniversário do 25 de Abril, que nos trouxe paz, Portugal seja envolvido numa guerra, à margem do direito internacional e pela mão de um governo socialista.»

(...)

Como na guerra do Golfo, os comunicados oficiais da Nato, são diariamente difundidos pela grande imprensa, por todas as cadeias de televisão procurando diabolizar uma parte para tornar aceitável a continuação dos bombardeamentos.

É a guerra como nos filmes de Hollywood. De um lado os bons do outros os maus.

De um lado o bem, os Direitos do Homem, a democracia do outro, o mal, a limpeza étnica, a tirania. Assim neste esquematismo maniqueísta quem estiver contra os bombardeamentos está automaticamente com a tirania...

O sofisma já foi utilizado na guerra do Golfo: colocar os cidadãos a terem que escolher entre os maus, o tirano ou a guerra. Simultaneamente utilizam até à exaustão os dramas da população albanesa do Kosovo, para justificar a guerra e uma invasão terrestre. Não olham a meios, nem a processos para que a opinião pública se incline a favor da acção militar da Nato, no generoso élan de compaixão pelo povo crucificado e martirizado do Kosovo.

E o que se chama utilizar a sacrificada população albanesa como carne para canhão.

E é esclarecedor e significativo que, quando os sérvios mostraram aos jornalistas as destruições do centro de Kosovo feitas pelos bombardeamentos, a NATO tenha ameaçado destruir a televisão sérvia.

Mas não é verdade, que os intensos bombardeamentos que têm destruído os alicerces económicos da Jugoslávia, só têm agravado os problemas, mesmo aqueles que proclamavam resolver nomeadamente o êxodo da população albanesa do Kosovo.

Ao mesmo tempo, o que vemos são os EUA a enviarem cada vez mais aparelhos para que, 24 horas sobre 24 horas, a NATO prossiga sem desfalecimentos a sua «tarefa humanitária» de bombardear a Sérvia atingindo cada vez mais alvos civis sérvios e refugiados albaneses.

Aliás, bombardear uma parte da população em nome dos direitos da outra parte só servirá para acirrar antagonismos e deixar feridas que demorarão muito tempo a cicatrizar. Os problemas agravam-se.

Não é verdade que o êxodo da população albanesa se multiplicou depois dos bombardeamentos?

Não é verdade que todas as tensões étnicas e religiosas se acentuaram?

E não é verdade que o UCK, que tem sabotado soluções equilibradas, está ligado às mafias, ao tráfico de droga, tem sido financiado treinado e armado pelos americanos? O UCK era a força que estava destinada a dominar o Kosovo conjuntamente com os bombardeamentos americanos. Como foram derrotados, os planos da NATO complicaram-se.

Urge cessar bombardeamentos

Dizem-nos que a NATO já não pode recuar, que não pode perder a face, que tem de ganhar procurando pretextos para passar a uma nova espiral da guerra.

Os seres humanos, as tragédias, as destruições ficam noutro plano, nesta guerra que mitologicamente se quer apresentar como virtual, «limpa» substituindo os mortos, os feridos e os estropeados pelas formulações do tipo: «efeitos colaterais», «operações cirúrgicas», «alvos», «erros humanos» ...

E há até quem já pense no negócio da reconstrução, sempre rendoso.

Mas do que se trata é de fazer da NATO o braço armado do Império americano, de na prática alterar o seu conceito estratégico, de mostrar à

Europa e ao Mundo a sua hegemonia, de estabelecer de uma forma permanente uma presença militar dos EUA – um protectorado no Kosovo, de modo a também melhor controlar a região e as rotas do petróleo.

Os Direitos do Homem e as preocupações humanitárias são apenas um pretexto, uma espécie de «via única» ou de «lei do funil».

(...)

Há em tudo isto grande hipocrisia e uma clara postura de dois pesos e duas medidas em relação às tragédias humanitárias como se viu ontem com o genocídio dos Tutsis no Ruanda, ou como se vê hoje em Angola, com mais de milhão e meio de refugiados e onde o Conselho de Segurança condenou mais uma vez Savimbi, ou como se vê ainda em relação a Timor e aos recentes massacres de Liquiçá e de Dili que vive horas dramáticas.

Sempre afirmámos, como muitos outros que depois da Bósnia viria o Kosovo e hoje, também como muitos outros, afirmamos que com as «soluções» da NATO amanhã teremos o Montenegro, a Macedónia e o envolvimento dos Estados vizinhos, Grécia, Hungria.

Mas como se sabe a convivência entre diversas etnias, a coexistência multiétnica e os casamentos mistos não foram nem são uma abstracção irrealista. Existiram durante a vida da Jugoslávia e foi o seu desmantelamento que mergulhou os Balcãs neste drama.

Não nos podemos esquecer que foi a Alemanha que reconheceu unilateralmente a Croácia e a Eslovénia, e na altura o ministro dos Negócios Estrangeiros do sr. Khol afirmou publicamente que a Alemanha haveria de pôr os Sérvios de joelhos.

Nós reafirmamos que é necessário cessar os bombardeamentos e passar a uma solução política negociada que assegure o regresso pacífico dos Albaneses ao Kosovo com a sua autonomia, com respeito pelas minorias nacionais e pela soberania e integridade territorial da Jugoslávia.

A diplomacia dos B52 e dos F16 é a diplomacia da canhoneira, da imposição pela força de uma «solução» unilateral do *diktat* e que mesmo a consumir-se explodiria mais à frente. E quanto custa toda esta aventura em termos humanos e em meios materiais, aviões, mísseis, bombas, armamento... Quantos milhões de dólares que seriam bem empregues no desenvolvimento daqueles povos...

O que se está a passar é uma vergonha e um desprestígio para a Europa. Esta vai a reboque dos ditames dos EUA e dos apetites dos alemães.

Ainda esta semana quem foi negociar com os Russos foi a «patroa» Madeleine Albright e não o Presidente da Comissão Europeia ou qualquer expoente da terceira via, de Blair a Schroder. A situação é perigosa. Pretende-se neutralizar a Rússia para aumentar a escalada de guerra, utilizando mesmo os meios mais grosseiros de intoxicação e de manipulação. O que se procura é ganhar as consciências, é ganhar a opinião pública para se continuar com os bombardeamentos e passar à fuga para a frente, que é sem dúvida a invasão terrestre do Kosovo. Mas há dificuldades.

Perante o fracasso das operações militares começam agora a multiplicar-se as propostas políticas, umas para consumo interno, outras mais sinceras e realistas, outras no sentido de forçar a ONU adoptar as soluções da NATO.

Para uma solução séria há uma condição prévia: o fim dos bombardeamentos. Como sempre dissemos, Portugal só se prestigiaria se tivesse tomado uma posição autónoma e não uma posição seguidista em relação aos EUA.

Ainda é tempo de se retirar as forças armadas portuguesas desta agressão à margem da Assembleia da República, da ONU e do direito internacional e de se defender o fim dos bombardeamentos e uma solução política negociada. Esta é que era a posição que favorecia a paz, ajudava a causa de Timor e dignificava Portugal e o 25 de Abril e não o crescente envolvimento, agora com o envio de mais 41 militares de engenharia a pretexto de ajuda humanitária.

(...)



Jantar da antiga UEC

No passado dia 9 de Abril, um grupo de antiga União de Estudantes Comunistas/União da Juventude Comunista (UEC/UJC), não querendo deixar passar em branco o aniversário do 25 de Abril, data marcante para as suas vidas, realizou, na Voz do Operário, um jantar comemorativo.

Almada

Um concelho que sempre resistiu

Realizou-se, no passado domingo, em Almada, o almoço comemorativo dos 25 anos de Abril. Organizado pela Comissão Concelhia do PCP, o almoço, que teve a presença de cerca de 600 pessoas, contou com a participação do secretário-geral, Carlos Carvalhas.

Logo após a refeição, as imagens, a música e a poesia falaram mais alto. Imagens de Abril, da revolução, da reforma agrária, da luta, ao som de «Grândola, Vila Morena» de José Afonso - que toda a sala cantou em uníssono - e das palavras das «Portas que Abril abriu», com a força que só José Carlos Ary dos Santos lhes sabia dar, provocaram uma enorme ovação em toda a sala, fazendo brilhar algumas lágrimas de emoção.

Antes das intervenções políticas, foi ainda tempo de ouvir as cantigas de Nuno e Filipe Gomes dos Santos, músicos que muitos dos presentes se habituaram a ouvir já desde os tempos em que se afirmava ser a cantiga uma arma.

Manuela Pinto Ângelo, do Comité Central do PCP e responsável pelo concelho de Almada, recordou na sua inter-

venção a resistência que o povo do concelho sempre fez ao fascismo, bem como nomes como Alfredo Dinis (Alex), operário da Parry & Son, morto pela PIDE enquanto distribuía o «Avante!», ou de Bento Gonçalves, operário do Arsenal do Alfeite, primeiro secretário-geral do PCP, morto no campo de concentração do Tarrafal. Lembrou ainda a ofensiva contra o sector produtivo que os vários governos realizaram contra o concelho e apelou a uma grande participação de todos os almadenses nas comemorações do 25 de Abril e 1.º de Maio, fazendo destas datas grandes momentos de luta contra a política de direita do Governo do Partido Socialista.

Carlos Carvalhas, depois de aprofundar na sua intervenção as questões da guerra da Nato contra a Jugoslávia (extractos

em separado), prestou homenagem aos corajosos capitães de Abril e criticou o branqueamento que alguns hoje pretendem fazer da história, no sentido de apagar os crimes cometidos pelo fascismo.

Falando sobre as batalhas eleitorais que se aproximam, o secretário-geral do PCP destacou o papel dos comunistas e dos seus aliados da CDU no combate à política de direita e realçou o trabalho desenvolvido pelos três deputados do PCP no Parlamento Europeu, para concluir pela necessidade de uma viragem na política do Governo, só possível com uma grande votação na CDU.



Canções de Abril comoveram os convivas presentes

Intervenção de Carlos Carvalhas Governo deve exigir capacetes azuis em Timor

No almoço comemorativo do 25 de Abril, em Almada, o secretário-geral do PCP centrou a sua intervenção na tragédia humana provocada pela agressão da NATO à Jugoslávia e, lembrando a situação de Timor, denunciou a hipocrisia do Governo português que em relação às tragédias humanitárias tem uma «clara postura de dois pesos e duas medidas».

(...)

Fala-se agora e expressamente em relação às eleições europeias que também os cabeças de lista do PS e do PSD são contra a guerra desencadeada pelos EUA e pela NATO contra a Jugoslávia, quando o PS e o PSD mais uma vez estão unidos como os dedos da mão no apoio sem reservas a esta agressão que está causando uma terrível tragédia humana.

Nós achamos que são bem vindas todas as vozes, seja de que quadrante forem, que sinceramente lutem pela paz e contra uma política agressiva que só traz destruição, morte e sofrimento.

Mas há uma coisa que os portugueses não devem esquecer: é que nem o nome nem a fotografia do Dr. Mário Soares ou do Dr. Pacheco Pereira figuram no boletim do voto das eleições para o Parlamento Europeu.

No boletim de voto das eleições de 13 de Junho o que figura são as designações, as siglas e os símbolos do PS e do PSD, ou seja as designações, as siglas e os símbolos de dois partidos que, tal como o PP, são firmemente pela guerra e pela sua continuação.

E, assim sendo, digam o Dr. Mário Soares ou o Dr. Pacheco Pereira o que quiserem contra a guerra, a verdade é que os votos que o PS e o PSD receberem servirão é para permitir que estes partidos depois os usem para dizer que, afinal, o povo português esteve de acordo com os bombardeamentos e com a participação de forças militares portuguesas, que esteve de acordo com o envolvimento de Portugal nesta vergonhosa agressão, que está a causar tanta destruição e sofrimento humano.

Os fautores da guerra e da agressão contra a Jugoslávia desde o primeiro dia dos bombardeamentos que fazem descaradamente o mal e a caramunha.

E entre as muitas mistificações e manipulações com que todos os dias, sem vergonha nem escrúpulos, procuram intoxicar e envenenar a opinião pública está a ideia que martelam incessantemente de que a guerra foi para responder à «limpeza étnica» e para impedir a catástrofe humanitária dos refugiados.

É verdade que a catástrofe humanitária e o trágico êxodo de refugiados estão aí. Mas é intolerável que as consequências da guerra e dos bombardeamentos sejam agora apresentadas como a sua causa.

Logo na primeira semana da guerra, muitas vezes lançamos uma simples pergunta: quantos refugiados havia antes do início dos bombardeamentos e quantos passaram a haver depois dos bombardeamentos começarem?

A esta pergunta o Governo do PS e outros propagandistas da guerra ou não respondiam ou respondiam empolando e falsificando o número de refugiados existentes antes do início da agressão.

Pois agora é bom que saiba que foi o jornal «Público» que, no passado dia 10, citando dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, veio divulgar dados que só por si arrasam toda a campanha de que o êxodo de refugiados já tinha um enorme dimensão antes da guerra começar.

É que, segundo esses dados, por exemplo, na Albânia os refugiados, em 24 de Março, «eram 18.500» e em 9 de Abril «foram contabilizados cerca de 304 mil»; na Macedónia, em 24 de Março (dia do início dos bombardeamentos) «eram 16 mil» mas em 9 de Abril, já eram 118.200. Ao todo, o que os números do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados revelam é que a guerra e os bombardeamentos multiplicaram por dez o número de refugiados que poderiam ser 60 mil antes da guerra e seriam agora 620 mil.

Desinformação é grande

E àqueles que, apesar destas evidências, contestam que em grande medida sejam também os bombardeamentos uma das principais causas que estão na origem do êxodo dramático de refugiados, só apetece perguntar: se fossem eles a viver num território selvaticamente bombardeado, será que se deixariam estar muito sossegadinhos nas suas casas ou nos campos que cultivam completamente seguros e absolutamente descansados que os pilotos da NATO não errariam a pontaria? E, se fossem eles a estar no lugar dos Kosovares, depois da matança de 75 refugiados de anteontem, continuariam a confiar na pontaria dos pilotos da NATO?

A campanha de desinformação para dar cobertura «humanitária» à guerra não brinca em serviço e é por isso que poucos portugueses puderam saber, por exemplo, que dois neurocirurgiões do ramo grego dos Médicos sem Fronteira que trabalharam 10 dias em Pristina (capital do Kosovo) e que atenderam feridos em que a maior parte eram civis e de origem albanesa, declararam há dias que quando interrogavam os feridos sobre a origem dos seus ferimentos eles respondiam que eles eram devidos principalmente às bombas da NATO. E estes dois médicos gregos falavam de «bebés terrivelmente queimados e carbonizados» que comparavam a «crianças de Hiroshima» e faziam um apelo: «por favor, parem a guerra, o que nós vimos é um apocalipse».

Os Direitos do Homem e as preocupações humanitárias são apenas um pretexto, uma espécie de «via única» ou de «lei do funil».

(...)

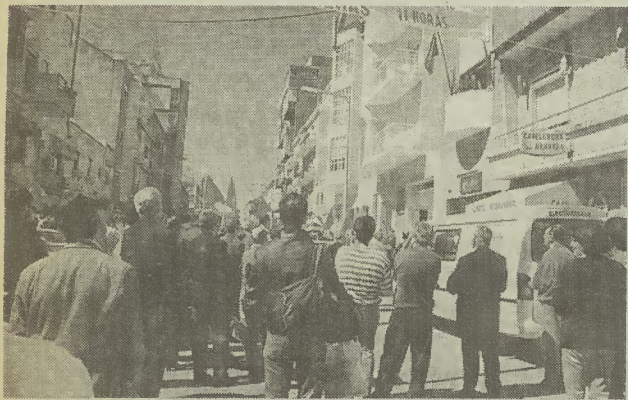
Há em tudo isto grande hipocrisia e uma clara postura de dois pesos e duas medidas em relação às tragédias humanitárias como se viu ontem com o genocídio dos Tutsis no Ruanda, ou como se vê hoje em Angola, com mais de milhão e meio de refugiados e onde o Conselho de Segurança condenou mais uma vez Savimbi, ou como se vê ainda em relação a Timor e aos recentes massacres de Liquiçá e de Díli. Nós queremos daqui expressar a nossa solidariedade ao povo de Timor e à resistência timorense.

O governo da Indonésia é o principal responsável dos massacres que se estão a verificar em Timor. Mas o que se vê é que quer os EUA quer a União Europeia se ficam apenas por condenações morais e por votos pios!

O Governo português deve exigir a presença dos capacetes azuis em Timor, porque é um território ocupado pela Indonésia.

A hipocrisia internacional não pode continuar. Mas aqueles que, objectivamente, marginalizam a ONU e o direito internacional, apoiando os ditames dos EUA na Jugoslávia, enfraquecem a causa de Timor.

(...)



Cova da Piedade tem novo CT

Com a presença de algumas centenas de pessoas e a participação de Carlos Carvalhas, foi inaugurado, no domingo passado, um novo Centro de Trabalho do PCP na Avenida da Fundação, na Cova da Piedade.

Na ocasião, Odete Garcia, membro da Comissão de Freguesia, considerou ser aquele um dia muito especial para os comunistas da Cova da Piedade que, «com grande emoção e orgulho» inauguravam aquela «casa do Partido». Um «espaço de convívio, de cultura, de política», «aberto aos trabalhadores e à população» local.

Odete Garcia, lembrando a inauguração, há oito anos, naquele mesmo local, de um centro de trabalho conseguido com as contribuições e trabalho de muitos camaradas - hoje substituído por um «mais moderno e com melhores condições de trabalho» -, sublinhou que a inauguração agora do novo Centro de Trabalho era «uma boa forma do PCP comemorar os 25 anos do 25 de Abril».

Madeira Exploração aumenta

O PCP/Madeira considera «vergonhoso» que, 25 anos depois do 25 de Abril, se acumulem na Região as «práticas de exploração laboral e injustiça social» e que o Governo Regional nada faça para defender os trabalhadores com salários em atraso e os direitos de quem trabalha.

Tal é o caso da empresa Perez & Queiroz, na Zona Franca, que, perante a passividade do Governo Regional, sistematicamente não paga o salário às suas trabalhadoras.

Por seu lado, o PCP promete lutar contra este atentado aos direitos das trabalhadoras da Zona Franca e apela aos trabalhadores em geral para que apoiem a greve por elas levada a cabo.

TRABALHADORES

Comemorações por todo o País 1.º de Maio em Lisboa novamente na Alameda

As estruturas do movimento sindical unitário preparam em dezenas de localidades a comemoração do Dia do Trabalhador, assumindo esta jornada como a continuação, em crescendo, do combate contra as graves alterações legislativas que o Governo tem em marcha.

Em Lisboa, a concentração dos trabalhadores está marcada para o Largo do Martim Moniz, às 15 horas, seguindo-se um desfile até à Alameda Afonso Henriques – percurso tradicional que fora interrompido em 1996, devido às obras realizadas naquele espaço.

No Porto, também com início marcado para as 15 horas, as comemorações decorrem na baixa. A CGTP-IN prepara iniciativas em praticamente todas as capitais de distrito e outros importantes centros populacionais.

«Por Abril, reclamemos direitos, salários e emprego, hoje e no futuro», apela a Intersindical Nacional, no manifesto em distribuição. A central vê este 1.º de Maio como «mais um forte e determinado protesto, que dará continuação à luta que os trabalhadores têm vindo a desenvolver pelos seus direitos e por melhores condições de vida e de trabalho», pelo que «a ofensiva legislativa em curso vai ter a resposta que merece».

Recordando que a acção nacional de luta, de 25 de Março, contra o pacote laboral, «demonstrou que o muito grande a indignação dos trabalhadores» face às cedências do Governo ao patronato «em toda a linha», a CGTP aponta a ofensiva legislativa como «uma afronta a Abril e aos trabalhadores», que «visa pôr em causa princípios do

Direito do Trabalho que são condição fundamental de progresso, de justiça social e do funcionamento democrático das sociedades».

A luta, lembra a central, já «forçou a que fosse desagravado pontualmente o conteúdo de alguns projectos do Governo», como sucedeu com a Lei do trabalho nocturno. Da versão recentemente publicada foi excluído o princípio da imperatividade da diminuição do período que conta como nocturno, o que só poderá agora suceder em sede de negociação colectiva. Mas ainda estão na Assembleia da República algumas propostas de lei «altamente gravosas para o trabalhador», designadamente sobre trabalho a tempo parcial, regime de férias e conceito de retribuição, com conteúdos que deixariam «seriamente comprometido o futuro dos jovens trabalhadores».

Data internacionalista por natureza, o 1.º de Maio deste ano «constituirá também uma grande acção de solidariedade para com os trabalhadores do mundo inteiro, em especial aqueles que sofrem os horrores da guerra», e «será um grande clamor contra a política belicista dos EUA e da NATO e contra a participação de Portugal em guerras de agressão a outros povos».



Os trabalhadores da Grande Lisboa voltam a subir a Avenida Almirante Reis, desde o Martim Moniz até à Alameda Afonso Henriques (foto de 1995)

Pessoal da GDP quer ouvir Guterres

«É incompreensível e inaceitável que o Governo não tenha dito uma única palavra sobre o conflito» nas empresas do grupo Gás de Portugal, protesta a Fequimetal/CGTP, numa nota de imprensa sobre a greve em curso desde dia 9 e que na semana passada causou perturbações no abastecimento em Lisboa.

A federação intersindical da Metalurgia e Química salienta que naqueles dias não estiveram em greve os sectores de abastecimento de gás à cidade e que «durante todo o período de greve, os trabalhadores cumpriram rigorosamente os serviços mínimos legalmente exigíveis». A responsabilidade pelas perturbações é imputada exclusivamente à administração, que, «em vez de procurar traba-

lhar em cooperação com o piquete de greve, decidiu pura e simplesmente virar-lhe as costas e procurar impor pela força as suas posições, com o objectivo de manter a produção a funcionar como se não houvesse greve».

A federação defende que «os consumidores e os trabalhadores têm o direito de saber se o Governo reprova a atitude da administração ou é cúmplice com ela, e também têm o direito de saber que medidas é que pensa tomar para desbloquear o conflito». Em plenário realizado no dia 13, o pessoal do grupo GDP aprovou por unanimidade e aclamação uma moção insistindo em que seus representantes sejam recebidos pelo primeiro-ministro.

Telecom

«Uns comem quase tudo, outros comem as migalhas e ainda há os que nem conseguem cheirar», comenta a comissão de trabalhadores da Portugal Telecom, a propósito da decisão tomada segunda-feira, na assembleia geral de accionistas, sobre a distribuição de lucros. Por proposta do accionista Estado, os sete administradores executivos da PT vão receber um prémio de 5 vencimentos, o que significa cerca de 14 mil contos, para o presidente, e dez mil contos para cada um dos restantes. Aos trabalhadores, e após insistentes propostas da CT, vão ser distribuídos 110 contos, com critérios ainda por definir e que a comissão pretende discutir, procurando que haja «justiça e equidade».

Noutro comunicado aos trabalhadores, a CT denunciou o agravamento dos problemas devidos à redução verificada na limpeza e em materiais diversos, particularmente na Grande Lisboa, devido à suspensão do contrato de limpeza nos edifícios da PT em Almada, Setúbal e Barreiro. «Podem encontrar soluções de contenção de custos no vosso seio, sem que tenham de penalizar quem trabalha», diz a CT aos administradores.

IPSS

Na próxima terça-feira deverá realizar-se mais uma reunião de negociação entre os sindicatos (Fenprof, FNSFP e outros) e a União das Misericórdias, que propôs uma grelha salarial, para 1999, com um aumento médio de 4,7 por cento, em relação a 1998, e a transformação das diuturnidades em escalões. Entretanto, a comissão negociadora sindical revelou que a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social ainda não entregou qualquer proposta de revisão do contrato para o ano corrente e tem-se recusado a negociar a proposta sindical, apresentada em Novembro. Os sindicatos decidiram apresentar-se ontem na sede da UIPSS, esperando receber o esperado documento para negociação, uma vez que o Governo já acordou com a União das IPSS a actualização das participações do Estado e da Segurança Social (média global de 6,7 por cento ao ano, até 2003, para todas as valências, excepto a Educação Pré-Escolar, que aumenta 70 por cento até 1 de Setembro próximo).

SODIA

As promessas de emprego alternativo não estão a ser concretizadas e há ainda centena e meia de trabalhadores da ex-Renault de Setúbal que não encontraram colocação, para além de quase uma centena de pessoas que, apesar da aparente credibilidade do projecto da **Desenvolvipura**, esbarram agora com dificuldades que podem inviabilizar a instalação desta empresa. Os trabalhadores decidiram concentrar-se na semana passada frente ao Governo Civil, para protestar e exigir uma intervenção.



Os membros das CTs entregaram uma mensagem clara ao Governo

6.º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores

Reuniu mais de 350 participantes, em representação de 127 estruturas e mais de 500 mil trabalhadores, o 6.º Encontro Nacional das CTs, que teve lugar na passada sexta-feira, em Lisboa, e que terminou com um desfile, desde o auditório do Montepio Geral até ao Ministério de Ferro Rodrigues, para exigir do Governo o abandono do pacote laboral.

O encontro foi organizado pelas coordenadoras

regionais de comissões de trabalhadores das áreas de Lisboa, Porto, Setúbal e Braga e por coordenadoras sectoriais. A par da discussão dos problemas económicos, sociais e laborais – que concluiu na aprovação, por unanimidade e aclamação, de uma resolução político-sindical e da «Plataforma 2000» –, os membros das CTs e subCTs abordaram a situação internacional e aprovaram uma moção condenando a intervenção da NATO na Jugoslávia.

Pescadores em greve

Para alertar o Governo e a opinião pública para a sua situação e exigir que sejam satisfeitas as suas reivindicações, trabalhadores da pesca do arrasto costeiro – em greve desde dia 4, Domingo de Páscoa – decidiram vir sexta-feira a Lisboa, desfilando desde o Marquês de Pombal até à residência do primeiro-ministro, passando pelo ministério do Trabalho.

Os pescadores e outros profissionais do sector exigem que a associação dos armadores (ADAPI) aceite negociar a revisão do contrato colectivo, ao contrário do que fez em 1998 e do que quer fazer este ano. Mesmo para o ano 2000, a associação patronal não se quer comprometer claramente a qualquer negociação, denunciou a Federação dos Sindicatos da Pesca. Num comunicado emitido após várias horas de reuniões (separadas) de conciliação, no Ministério do Trabalho, a estrutura sectorial da CGTP acusou a ADAPI de manter uma postura «arrogante e irredutível», alegando que já chegou a acordo com duas organizações da UGT.

A federação reafirma a abertura para iniciar negociações e aponta as questões essenciais que estão em causa: uma adequada revisão da soldada fixa (remuneração-base mensal), o aumento da percentagem do pescado que cabe aos trabalhadores (não é revista há mais de 30 anos, apesar da continuada redução das tripulações), a definição de um valor justo para os subsídios de férias e de Natal e, por fim, a regulação e a justa compensação do trabalho ao fins-de-semana, da pesca intensiva e da pesca em Espanha e Marrocos.

Os pescadores das embarcações que capturam moluscos bivalves com ganchorra no litoral oceânico devem ter direito a uma compensação remuneratória, com contrapartida da perda total de rendimentos durante uma paragem biológica, como a que vai ter lugar de 30 de Abril a 15 de Junho – defende o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, lembrando que há um ano o ex-secretário de Estado das Pescas prometeu uma solução dentro de dois meses.



VII Legislatura

Deputados comunistas prestam contas

Leis da República
com origem em projectos de lei do PCP

Lei n.º 38/98 Conselhos Municipais de Segurança

Os Conselhos Municipais de Segurança têm âmbito municipal, funções de natureza consultiva e visam promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre todas as entidades que, na área de cada município, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção da marginalidade e na garantia da segurança e tranquilidade das populações.

São objectivos destes Conselhos contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área de cada município, formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança, promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social e aprovar pareceres e solicitações relacionados com as questões de segurança e inserção social.

Os Conselhos integram o presidente da Câmara Municipal (que preside), o vereador com o pelouro da Segurança, o presidente da Assembleia municipal, presidentes de Juntas de Freguesia, um representante do Ministério Público, os responsáveis das forças de segurança, dos serviços de protecção civil e dos bombeiros, representantes do Projecto Vida, de organismos de assistência social, das associações económicas, dos sindicatos, das associações patronais, e outros cidadãos a designar pela Assembleia Municipal. Sem interferir nas competências próprias e no funcionamento das entidades que os compõem, os Conselhos Municipais de Segurança podem ser locais privilegiados de debate sobre os problemas da segurança dos cidadãos e assumir grande importância e utilidade na sua resolução.

Lei n.º 7/97 Tratamento de toxicodependentes

Esta Lei alarga a rede de serviços públicos para o tratamento e a reinserção de toxicodependentes, por forma a garantir o acesso a cuidados de prevenção, tratamento e reinserção social e profissional de todos os cidadãos afectados por toxicod dependência.

Esta rede integra pelo menos uma unidade de atendimento de toxicodependentes (CAT) por distrito, unidades de desabilitação a funcionar preferencialmente junto de unidades de atendimento, na base de uma cama por cada 100 000 habitantes, e comunidades terapêuticas distribuídas por forma a cobrir adequadamente todo o território nacional e dimensionadas na base de uma cama para cada 10 000 habitantes.

Esta Lei prevê ainda o apoio do Estado a programas de desabilitação em meio familiar, quanto tal seja clinicamente aconselhado, bem como a criação de condições para a reinserção social e profissional de toxicodependentes, através de protocolos a celebrar entre o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência (SPTT) e o IEFP, empresas ou autarquias locais que para isso se disponibilizem.

A lei admite que a rede de unidades de desabilitação e de comunidades terapêuticas possa ser assegurada por unidades privadas em regime de concessão, embora o PCP tenha defendido a cobertura integral da rede directamente através de serviços públicos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



Impõe-se reconhecer o inquestionável serviço prestado pelos militares de Abril ao País, à liberdade e à democracia

Nos 25 anos do 25 de Abril

Reparar as injustiças que atingiram os militares

No 25.º aniversário do 25 de Abril constitui um acto da mais elementar justiça reparar as injustiças de que foram alvo muitos militares no processo ulterior à Revolução que abriu as portas da liberdade ao povo português. Foi isso que fizeram os Grupos Parlamentares do PCP e do PS ao subscreverem um projecto de lei conjunto, ontem discutido no Parlamento, e que deverá hoje ser votado, tudo leva a crer, favoravelmente. Para além do reconhecimento devido a esses militares de Abril pelos serviços prestados, o diploma preconiza medidas tendentes a reparar, ainda que tardiamente, as injustiças contra eles cometidas.

Trata-se, em suma, de outorgar a faculdade a cada um de pedir a revisão ou ver revista a sua situação militar, com eventual alteração da mesma, à luz da «reconstituição possível e presumível da carreira militar de cada um, dentro de certos juízos e limites realistas».

O universo abrangido pelo presente diploma reporta-se a

todos os militares intervenientes no processo de transição para a democracia iniciado com o 25 de Abril e que viram as suas carreiras prejudicadas em resultado de posições por si assumidas que acabaram por dar origem ao seu afastamento do activo ou à interrupção da carreira militar.

Em caso de morte ou incapacidade do titular do direito, de

acordo com o articulado do diploma, pode o mesmo ser exercido pelo respectivo cônjuge ou herdeiro legal de grau de parentesco mais próximo, que terá direito, quando a tal houver lugar, à respectiva pensão, e, sempre, «o interesse moral na reabilitação da memória pessoal e colectiva do próprio com benefício para a sua família».

O sistema previsto, no entender de comunistas e socialistas, afigura-se equilibrado, distinguindo-se a situação dos que se encontram no activo e a dos militares já na reserva. Nesse sentido, são instituídos procedimentos de molde a «fazer intervir de forma apropriada todos os órgãos que no Estado de direito democrático devem ser chamados a exercer as suas competências, nos termos constitucionais».

Os subscritores do diploma acreditam que agora, passados

que são 25 anos sobre o 25 de Abril, é possível «fazer um juízo distanciado e sereno do processo de transição» da ditadura fascista para a democracia, havendo, por conseguinte, condições para proceder a uma reparação e reconhecimento que, «por justos e devidos, contribuam para o reforço e pacificação da sociedade portuguesa, pondo termo a ressentimentos alimentados por situações injustas».

Salientados na nota preambular do diploma são ainda os «inquestionáveis» serviços prestados ao país, à liberdade e à democracia pelos militares que com a sua acção, dedicação e espírito de sacrifício conseguiram, não obstante as dificuldades de percurso, efectuar uma transição pacífica do poder para os representantes do povo legitimados por eleições livres».

Trabalho irregular e precário na Petrogal PCP denuncia e pede explicações

A Petrogal está a recorrer ao serviço de largas dezenas de trabalhadores em condições de grande precariedade, em violação das normas de direito do trabalho. A denúncia foi feita pelo Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte que alerta para o facto de esses trabalhadores estarem a ser utilizados através de empresas fornecedoras de serviços e de mão-de-obra, não autorizadas pelo Ministério do Emprego e da Segurança Social, operando em condições de marginalidade da relação de trabalho.

Preocupados com a situação estão também os deputados comunistas João Amaral e Pimenta Dias que diligenciaram já no sentido de saber, através de requerimento dirigido ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade,

quais as medidas que o Governo pensa adoptar para pôr cobro a esta utilização de mão-de-obra ilegal.

Os parlamentares comunistas referem no texto que a situação é tanto mais preocupante quanto é certo que nas instalações do Parque da Perafita, como na fábrica de lubrificantes da refinaria do Porto, permanecem trabalhadores há mais de oito anos a ocupar postos de trabalho enquadrados por trabalhadores da Petrogal, desconhecendo-se qual a regulamentação de trabalho aplicável.

Os deputados do PCP, citando o quadro descrito pelo Sindicato, referem ainda que esta situação, que reputam de particularmente grave, decorre «em condições de trabalho irregular e precárias, não conformes com o quadro legal», evidenciando

«situações violadoras das normas de direito de trabalho, directamente ou pelo recurso de maneira ilegal a formas de trabalho».

Sublinhado no texto do requerimento é ainda o facto de a Petrogal estar a segmentar alguns dos seus serviços, mesmo tratando-se de actividade permanente da empresa, fazendo nascer pequenas empresas «com o objectivo de dissimular a precarização de novos contratos de trabalho, uma vez que a nova empresa tem a primeira como única cliente».

Depois de inquirirem o Ministério do Trabalho sobre se tem conhecimento da situação relatada, os deputados comunistas concluem solicitando informação sobre as condições contratuais e o número de trabalhadores envolvidos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação do PCP comprova Justiça abalada por crise profunda

A situação da Justiça esteve em debate no Parlamento. Sob a forma de interpelação, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, foi, muito provavelmente, o mais rigoroso e exaustivo diagnóstico feito nos últimos anos ao funcionamento deste alicerce do Estado de Direito Democrático. Dessa leitura resultou uma conclusão que quase não carece de demonstração, tal a evidência com que é sentida e apreendida pela generalidade dos cidadãos: existe uma crise profunda na área da Justiça.

Uma crise de contornos cada vez mais graves, em que as principais vítimas são os cidadãos, principalmente os de mais débeis recursos, que sabem pela sua experiência que a Justiça é não apenas «cara, morosa e de eficácia duvidosa», como «habilmente manipulada pelos mais poderosos».

Justiça cara e morosa

As principais causas em que radica a grave crise que afecta a Justiça foram amplamente dissecadas nas intervenções dos deputados comunistas. «A crise da Justiça nasce em primeiro lugar a montante do aparelho judiciário», esclareceu Odete Santos, para quem o aumento diário da conflitualidade autoriza a que se possa falar de «uma verdadeira explosão no recurso à Justiça».

Na origem deste acréscimo está, segundo a parlamentar comunista, a «atitude desreguladora do Estado neoliberal, que tem no actual Governo um aprendiz de feiticeiro» e que se reflecte, por exemplo, no «consumismo que dá lugar ao endividamento das famílias que enxameia os Tribunais».

Determinante para o agravamento da crise, na perspectiva do Grupo comunista, é ainda a escassez de meios, técnicos e humanos, postos à disposição da investigação criminal, avultando, por outro lado, o facto de a Justiça ser cara, de que resulta estarmos em presença de um direito que não é igual para todos, ou seja, a maior parte da população não tem acesso a uma «justiça com a qualidade a que podem aceder os que têm posses».

Componente igualmente decisiva para o estado a que a Justiça chegou tem a ver com a sua própria morosidade. Para esta situação concorre o referido aumento da conflitualidade, mas também a falta de meios, a complexidade processual e a acumulação de processos.

Daí que a preocupação da bancada comunista tenha sido toda ela no sentido de centrar este debate sobre a crise da Justiça na perspectiva do cidadão. «Não nos movem quaisquer intuítos que não sejam o de contribuir para um Poder Judicial forte, situado longe de querelas político-partidárias», esclareceu logo na intervenção de abertura a deputada Odete Santos. Era um sinal claro de que a formação comunista, não obstante as suas críticas severas, queria posicionar-se no debate com um sentido fortemente construtivo, como aliás é seu hábito, apresentando para o efeito um conjunto vasto de propostas e medidas concretas com vista à resolução dos problemas recenseados. Também neste plano o Grupo comunista se diferenciou, registou-se, da atitude assumida pelas bancadas do PSD e do PP, mais parecendo interessadas em apenas avivar polémicas e explorar divisões entre os agentes da Justiça do que propriamente em discutir com seriedade a crise que a atravessa.

Uma crise que o ministro Vera Jardim não pôde deixar de reconhecer e que acabou por o levar a formular um apelo para a celebração de um «pacto de regime» para a Justiça. E se tal pacto não pode deixar de ser encarado positivamente, a verdade é que a circunstância de só agora ter sido feito, quando se aproxima o

final da Legislatura, não traduz «uma oferta de trabalho», como observou o deputado João Amaral, antes representa «uma desculpa de mau pagador de quem não mostrou nestes anos vontade política e capacidade para responder ao real problema que hoje é a Justiça para o conjunto dos cidadãos».

Ora é aqui que verdadeiramente reside o nó da questão, porquanto, foi ainda João Amaral a lembrá-lo, o Governo revelou nestes anos ter encarado a crise de «forma desatenta e conjuntural», não indo além de «medidas avulsas e às vezes contraditórias», em muitos casos factor de «novas instabilidades e desconfianças», quer no sector, quer na generalidade dos cidadãos.

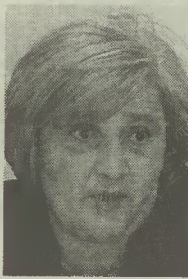
O Executivo do PS não cuidou, designadamente, como fez notar o deputado do PCP, de compreender a gravidade da crise, como não foi capaz de aprofundar a sua análise com todos os restantes intervenientes que têm uma palavra a dizer nesta matéria, do mesmo modo que não soube ou não quis disponibilizar os meios necessários nem assumir uma vontade política capaz de adoptar «um conjunto coerente de medidas de natureza diversa».

E foi neste contexto que se foram avolumando e agravando alguns dos principais factores que caracterizam a grave crise de que enferma a Justiça,

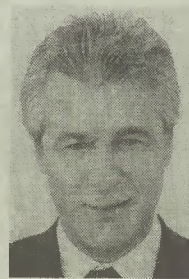
os quais, em síntese, passam pela sua morosidade (associada à falta de meios, à complexidade processual e à acumulação de processos), pelo facto de ser cara, bem como ainda por um conjunto de questões relacionadas, entre outras, com o sistema prisional, as penas alternativas, os registos e notariados, a investigação criminal e a formação.

A crise «radica na ausência de resposta por parte dos governos, incluindo este, a este avolumar de problemas. Os problemas crescem mais depressa que as respostas. É isto que está a matar a imagem e a capacidade da Justiça».

É esta lógica que tem de ser travada», concluiu João Amaral.



Odete Santos



João Amaral



António Filipe

«Hoje, trabalhar nos Tribunais tornou-se um verdadeiro inferno. Para todos os operadores. Para os magistrados, para os advogados, para os funcionários judiciais. Hoje, para os cidadãos, que assistem aos adiamentos sucessivos dos processos, aceder aos Tribunais para o exercício de Direitos tornou-se um calvário, a dar razão ao provérbio «mais vale um mau acordo do que uma boa demanda»»

«No seu conjunto, o que esta crise reflecte é que a Justiça em Portugal não incorpora ainda a ideia de cidadania. A Justiça, pela sua morosidade, preço e distância, não é ainda um instrumento ao alcance da generalidade dos cidadãos para melhoria da situação individual e da sociedade no seu conjunto»

«O sistema prisional português continua a ser mais punitivo que ressocializador. É um sistema que reflecte as disfunções da aplicação da Justiça: está cheio de pequenos delinquentes, presos preventivamente, ou a cumprir sucessivas penas pela prática reiterada de furtos ou de crimes ligados à toxicoddependência, mas faltam lá os criminosos de colarinho branco e os poderosos, que a Justiça se revela incapaz de punir»

As propostas do PCP

Um dos aspectos marcantes neste debate suscitado pelo Grupo comunista e que voltou a fazer a diferença relativamente às outras forças políticas com assento parlamentar foi a sua atitude de ir muito para além do mero diagnóstico ou da crítica e avançar com propostas concretas visando a superação da crise na área da Justiça.

A criação de um Observatório da Justiça, na dependência da Assembleia da República, foi uma dessas propostas anunciadas pelo deputado comunista João Amaral. Reunindo as mais variadas instituições e estruturas, caber-lhe-ia, explicou, elaborar um relatório anual, constituindo-se assim num elemento de «debate e reflexão sobre a crise e a sua relação com o modelo estatuído e com as linhas de força de evolução social».

A criação dos «juízes de paz» constitui outra das propostas levadas a plenário pela bancada do PCP, com ela visando dois objec-

tivos: «tornar a justiça dos pequenos casos bem determinados mais próxima dos cidadãos e descongestionar os tribunais desse tipo de casos que, com vantagens, podem ser julgados com um processo simplificado e compreensível para os pleiteantes».

Directamente relacionada como o acesso ao direito, uma terceira proposta prevê a criação da função de Defensor Público, num quadro institucional adequado e com a precisão de uma carreira ajustada. Trata-se, face às carências existentes, de garantir o apoio jurídico processual com o mínimo de garantias, hoje inacessível a muitos portugueses.

A materializar proximamente em projecto de lei, segundo o anúncio feito por João Amaral, uma quarta proposta do Grupo Parlamentar do PCP tem a ver com um conjunto de medidas destinadas a contribuir para o descongestionamento nos tribunais.

Todos estes projectos e propostas, como foi referido, inserem-se num vasto leque de acções preconizadas pelo PCP, entre as quais se destacam a «actualização da divisão judiciária», a «criação de «bolsas» de magistrados judiciais para atender a situações de acumulação», a «simplificação processual», a «desburocratização do aparelho judicial», a «salvaguarda dos direitos constitucionais», a «concretização de alternativas às penas de prisão e ao excesso de prisão preventiva», e o «reforço dos meios de investigação, incluindo da Polícia Judiciária».

Krus Abecasis



Com a aprovação unânime no passado dia 14 de um voto de pesar, a Assembleia da República prestou a

sua homenagem a Krus Abecasis, falecido na véspera. Os trabalhos foram depois interrompidos, dando-se a sessão plenária por encerrada, em sinal de luto pelo Vice-Presidente do Parlamento, que foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa e um dos fundadores do CDS/PP. De todos os quadros ouviram-se palavras expressando mágoa pela perda de quem reconhecidamente era tido como um homem frontal e de causas que, nos últimos anos, como lembrou o deputado comunista João Amaral, «dedicava o melhor do seu esforço à defesa da cooperação com os países lusófonos, à defesa e afirmação da língua portuguesa, e à causa de Timor-Leste».

Invasão de competências



O Grupo Parlamentar do PCP formalizou um pedido de apreciação parlamentar (ratificação) do decreto-

lei que aprova a lei orgânica das delegações regionais do Ministério da Economia. Na base desta iniciativa está a consideração de que o conjunto de competências na área do turismo cometidas àquelas estruturas invade as que estão atribuídas às Regiões de Turismo no âmbito de outra legislação existente, designadamente dos DL n.º 287/91 e n.º 167/97. No texto em que solicitam a ratificação do diploma, dirigido ao Presidente da Assembleia da República, os deputados comunistas invocam ainda a este propósito as recentes conclusões do III Congresso da Associação Nacional das Regiões de Turismo, nas quais é expressa a sua «apreensão» quanto ao conteúdo do diploma que cria a lei orgânica das delegações regionais.

Situação laboral na GDP



A reestruturação que a administração da Gás de Portugal pretende levar a cabo com o objectivo de diminuir drasticamente o número de efectivos, através da entrega de actividades ao exterior, está a merecer uma firme oposição dos trabalhadores, que reclamam a segurança no emprego, a manutenção dos vínculos laborais no Grupo EDP e a manutenção dos direitos adquiridos. Solidário com as posições defendidas pelos trabalhadores está o Grupo Parlamentar do PCP que, através do seu deputado Alexandrino Saldanha, diligenciou já junto do Governo através de requerimento no sentido de saber que medidas pensa aquele adoptar para garantir o emprego e os direitos dos trabalhadores do Grupo GDP-Gás de Portugal.



A Justiça é hoje inacessível aos cidadãos de mais fracos recursos, mas é habilmente manipulada pelos mais poderosos

Mais iniciativas pela paz

Não é com gasolina que se apaga fogos

A exigência de paz e do fim da guerra continua a mobilizar gente por todo o país. Uma luta que une diferentes sectores, dos jovens aos sindicalistas, das associações anti-racistas a movimentos e partidos políticos. Contando, naturalmente, com forte presença dos comunistas.

Amanhã, em Faro, entre as 17 e as 20 horas, irá decorrer uma vigília pela paz, frente ao Governo Civil. Uma iniciativa da JCP-Algarve, que tem como objectivos exigir o fim da participação de Portugal nas acções militares e o apoio a uma resolução pacífica, o fim da agressão militar e a extinção da NATO. Os jovens comunistas apelam ainda a um amplo debate nacional sobre a NATO e a sua estratégia militarista.

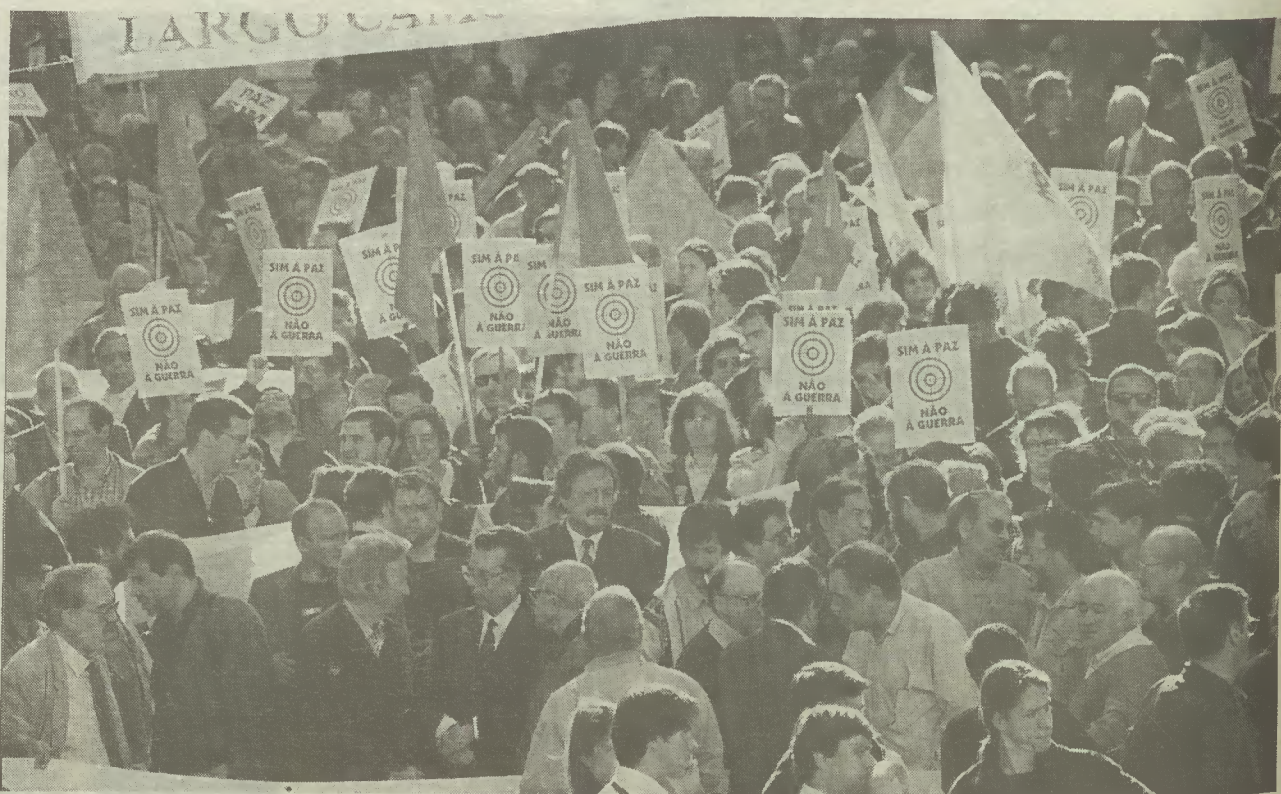
Hoje, em Aveiro, pelas 18h30, realiza-se uma concentração «contra a guerra, pela paz», convocada pela União dos Sindicatos de Aveiro.

Domingo passado teve lugar, na Madeira, a «Jornada regional pela paz contra a guerra». Uma iniciativa da CDU/Madeira, com o objectivo de «garantir o contacto com milhares de pessoas e sensibilizá-las para uma cultura da Paz como vector estruturante na construção europeia e como fundamento de um novo rumo para a Europa». A Jornada contou com a participação de dirigentes da CDU em diversas manifestações de protesto, encontros com a população, nomeadamente à saída das missas, e distribuição de um «Manifesto pela Paz». Em São Roque foram afixadas faixas «Pela paz e pelo fim da guerra».

Em Viana do Castelo, por iniciativa da organização local da JCP, mais de uma centena de jovens e democratas constituíram um cordão humano, em torno de um alvo gigante colocado na Praça da República, para assim manifestar simbolicamente o seu repúdio pela agressão da NATO à Jugoslávia. Foi aprovada uma moção no sentido de que Portugal suspenda a sua participação na agressão e intervenha no sentido de pôr termo aos ataques militares. Um abaixo-assinado, posto a circular, recolheu, no momento, cerca de 300 assinaturas contra a agressão da NATO.

No Encontro Regional realizado a 18 de Abril, a CDU do Alentejo aprovou, por unanimidade a aclamação, uma moção contra a guerra, pela paz. Os participantes no encontro exigem «o fim imediato dos bombardeamentos, afirmando a necessidade imperiosa de retomar as negociações políticas como único caminho seguro para a salvaguarda da Paz e dos interesses do povo da Jugoslávia e muito em especial dos habitantes do Kosovo».

Na moção comenta-se que «não é com gasolina que se apaga fogos como não é com bombardeamen-



Mais de duas mil pessoas participaram na Marcha da Paz, em Lisboa

tos assassinos que se presta ajuda humanitária aos povos». E sublinha-se - «os milhares de refugiados, a destruição e a morte aí estão a testemunhar os resultados dos objectivos humanitários dos bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia».

Também a Assembleia Municipal de Mora aprovou, por maioria, uma moção contra a agressão da NATO, em que nomeadamente se considera que «a continuação da guerra pode satisfazer as ambições dos Estados Unidos, mas não é o caminho que interesse ao povo português e aos povos da Europa».

Apelo à juventude

«Apelamos à juventude de todo o mundo para que ajam pela paz e contra a NATO. Apelamos à participação da juventude nas iniciativas que terão lugar de 23 a 25 de Abril em cada país, durante a reunião da NATO em Washington». Este o apelo subscrito pelas organizações de jovens comunistas e progressistas de países europeus e dos Estados Unidos e dirigido à Juventude da Europa e da América do Norte. Para que termine já a guerra.

No apelo, que denuncia e condena os bombardeamentos da NATO contra a Jugoslávia, manifesta-se a confiança em que «tanto os sérvios como os albaneses, bem como todos os povos dos Balcãs, são capazes de resolver os seus problemas pacificamente, por si próprios e sem intervenção estrangeira».

O documento alerta para que «a perspectiva de operações terrestres aproxima-se, apresentando grandes perigos da guerra. Se durante a guerra do Vietname as mães americanas se mobilizaram depois de os primeiros caixões chegarem aos EUA, ainda há tempo para parar a guerra, acabando com as mortes agora».

O documento apela à juventude para que intensifique a luta, exigindo o fim dos bombardeamentos, a retirada das forças militares da NATO da região e que «nenhum soldado dos nossos países participe no massacre».

Marcha pela Paz

O som de sirenes, de mistura com slogans como «Paz sim, guerra não», «Portugal fora dos Balcãs», marcaram o desfile de alguns milhares de pessoas pelas ruas da baixa lisboeta, após concentração no Largo de Camões, em Lisboa.

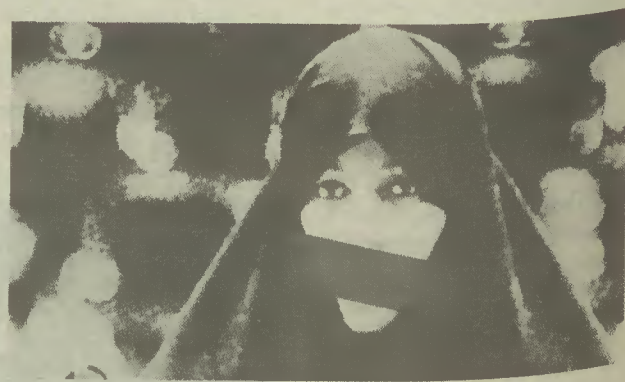
Uma marcha pela paz que, na tarde de quarta-feira da semana passada, à hora da saída de muitos empregos, constituiu também um alerta e uma afirmação da necessidade de lutar para pôr fim aos bombardeamentos da NATO, à guerra que já fez inúmeras vítimas, de Belgrado ao Kosovo.

Uma iniciativa promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação que terminou na Praça da Figueira com a leitura e aprovação de uma Moção

contra a intervenção da NATO e pela paz.

Na moção exige-se o fim imediato dos ataques da NATO contra a Jugoslávia, a retirada imediata de Portugal do teatro da guerra, um empenhamento sério e determinado da comunidade internacional na busca de uma solução negociada para a questão do Kosovo, a criação de condições de regresso para todos os refugiados, a retirada de todas as forças militares e paramilitares da região e o fim de todas as ingerências externas na questão do Kosovo.

Aderiram a esta iniciativa diversas associações e organizações, nomeadamente de juvenis, femininas, pacifistas e anti-racistas, dezenas de sindicatos, o PCP, a UDP, «Os Verdes», o PSR e o Bloco de Esquerda.



Mulheres exigem respeito pela Carta Olímpica

«O maior exemplo de discriminação é a ausência de mulheres em muitas delegações olímpicas», denuncia a Associação Portuguesa A Mulher e o Desporto, lembrando que «nos Jogos Olímpicos de Atlanta, 26 países não tiveram representação feminina». Uma ausência imposta «por países que se resguardam atrás da religião muçulmana para de uma maneira geral negar às mulheres o seu lugar ao lado dos homens na sociedade».

A Associação pede a participação de todos na exigência do respeito pela Carta Olímpica e o livre acesso das mulheres à prática desportiva, quer através do envio de um postal ao Comité Olímpico Internacional, quer via fax 00 4121 6216216, ou por E-Mail: <http://www.olympic.org/ffwom.html>.



Cordão humano pela paz, em Viana do Castelo

UE mantém rumo neoliberal

A primeira intervenção no Parlamento Europeu de Romano Prodi, o presidente indigitado da Comissão Europeia comprovou «não haver intenção de alterar o rumo da construção europeia», considerou Honório Novo na discussão realizada na passada semana, sobre os resultados da cimeira de Berlim. Entre as várias críticas aos acordos de Berlim, o deputado comunista sublinhou o decréscimo global do Fundo de Coesão que se traduzirá numa diminuição de pelo menos 18 milhões de contos por ano para Portugal. «Ao contrário das declarações pomposas e das vitórias anunciadas em Berlim para consumo interno, a falta de solidariedade e a indiferença pelo coesão conduzirão a uma União de maior estagnação, de mais desemprego, de pior emprego, de menor bem-estar social», considerou Honório Novo. A própria resolução aprovada pelo Parlamento Europeu sobre a cimeira de Berlim salienta que os meios disponíveis para a luta conta o desemprego prolongado e para a política de apoio activo ao mercado de trabalho foram significativamente reduzidos, lamentando em particular que as perspectivas financeiras adoptadas pelo Conselho não prevejam níveis realistas de financiamento, a menos que se verifique uma redução importante das actividades.

Rendimento médio desceu para metade

Na discussão dos preços dos produtos agrícolas para a campanha de 1999-2000, os deputados comunistas apoiaram o relatório Hapart que recusa as propostas da Comissão de antecipar as decisões da Agenda 2000 tomadas em Berlim e aplicar novas reduções de preços para a próxima campanha.

A intervenção de Honório Novo chama a atenção para o facto de o rendimento dos agricultores ter descido para cerca de metade nos últimos três anos, em consequência directa da reforma da PAC de 1992.

Com o acordo de Berlim, esta tendência irá gravar-se já que «os preços continuarão a descer e as produções mediterrânicas e as agriculturas débeis continuarão a receber as migalhas das transferências atribuídas a Portugal», isto é, menos de 10 por cento do bolo continuará a ser distribuído por mais de 90 cento dos agricultores.

Honório Novo referiu-se ainda à crise que afecta ainda o sector da carne de porco, considerando que ela se deve à recusa da Comissão de criar mecanismos de intervenção e de regulação do mercado para impedir o aparecimento de quantidades tão grandes de excedentes. Deste facto, salientou, seria bom que a Comissão retirasse as respectivas e necessárias ilações e em conformidade abandonasse as suas propostas de eliminação de mecanismos de intervenção no mercado de outros sectores agrícolas.

Sessão de estudos na Madeira O direito a ser Europa nas ilhas

A CDU Madeira promoveu, entre 8 e 11 de Abril, uma sessão de estudos sobre assuntos europeus, subordinada ao tema «Novo Rumo para a Europa», que contou com a participação de Ilda Figueiredo, cabeça de lista da Coligação ao Parlamento Europeu.

A candidata acompanhou o primeiro dia de trabalhos dedicado aos problemas dos sectores produtivos e às particularidades da Região Autónoma. Nos dias seguintes, estiveram em foco os problemas do emprego e juventude na construção europeia; o estatuto das regiões ultraperiféricas e o desenvolvimento regional; e por fim, no domingo, dia da apresentação das conclusões, foram analisadas as políticas de defesa do ambiente.

No âmbito da preparação das eleições para o PE, a CDU/Madeira participou numa cimeira realizada recentemente nas Canárias para discutir aspectos das regiões insulares no quadro europeu e elaborar um programa comum de defesa das ultraperiféricas.

O encontro, que foi organizado pela Esquerda Unida Canária com o apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do PE, teve lugar nos dias 5 e 6 de Fevereiro em Las Palmas de Gran Canária e em Santa Cruz de Tenerife.

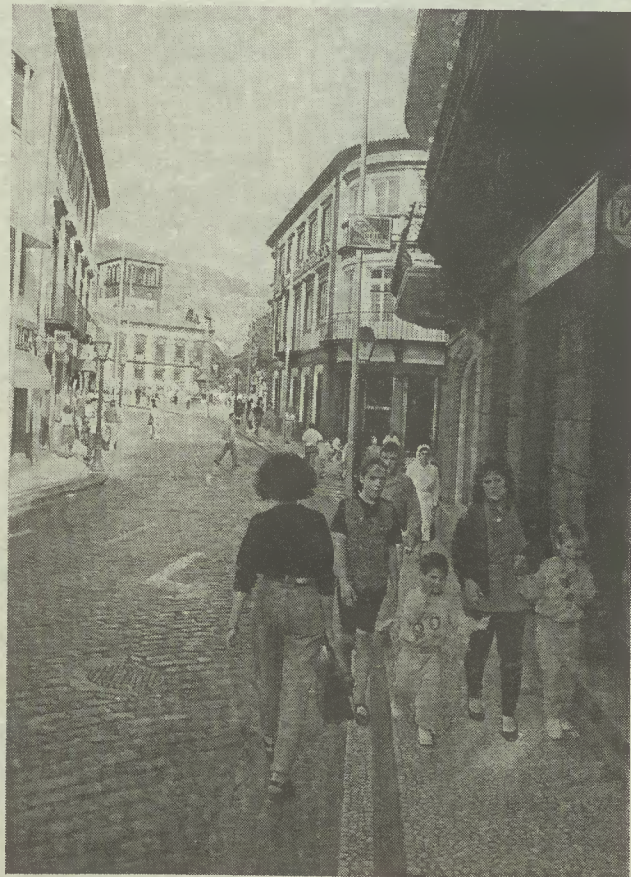
Nas várias mesas-redondas participaram os deputados europeus Pedro Maset e Angela Sierra (Esquerda Unida), Honório Novo (PCP), Segundo Martínez, coordenador da Esquerda Unida Canária, Edgar Silva, coordenador do PCP/Madeira, e José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores.

Ultrapassar atrasos

O referido programa, agora divulgado, salienta que o atraso estrutural das regiões insulares e o carácter permanente das causas que para ele concorrem acabam de ser reconhecidos no novo tratado da União Europeia, o que culmina um processo longo no qual o Grupo da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica do PE teve um papel pioneiro.

Contudo, não basta o reconhecimento, «há que dar conteúdo prático» para que a nova disposição «possa gerar um real desenvolvimento económico e social sustentável nestas regiões. A solução não pode restringir-se a um certo número de programas específicos, cujo carácter limitado e transitório não é compatível com o tipo e a constância dos problemas que as Regiões ultraperiféricas defrontam.

Neste sentido, o PCP e a CDU dos Açores e Madeira e a Esquerda Unida Canária defendem a manutenção dos actuais níveis de co-financiamento comunitário em acções estruturais futuras, considerando que terão de ser alterados os processos de decisão, gestão e acompanhamento dos projectos e planos de desenvolvimento regional, por forma a torná-los mais transparentes e participados, designadamente



O programa da CDU aposta na criação de empregos e no combate às desigualdades e à exclusão social

pelos autarquias, parceiros sociais, associações ambientais, assim como os destinatários finais dos financiamentos.

Medidas de excepção

Por outro lado, devem ser abertas excepções de carácter permanente nas políticas comuns com mais interesse regional, nomeadamente na política agrícola, de pescas, de concorrência, ou das actuais regras de enquadramento das ajudas públicas.

O desenvolvimento sustentável passa ainda pela definição de

bases estratégicas, visando uma crescente diversificação económica, designadamente nos sectores primário e secundário, impedindo uma excessiva dependência de determinadas produções agrícolas e pecuárias ou do turismo. Quanto a esta última actividade, é proposto que em certas situações seja moderada ou mesmo congelada a oferta turística e a execução de planos destinados a qualificá-la e a ordená-la territorialmente.

O programa pronuncia-se pela alteração das orientações neoliberais e por uma aposta clara em políticas activas de criação de emprego e de combate às desigualdades e exclusão social.

Em matéria de ambiente, são exigidas medidas de gestão racional de recursos escassos, como a água e a energia, o tratamento de resíduos, o ordenamento e ocupação do território e a salvaguarda da zona costeira, entre outros aspectos.

No campo da fiscalidade, são feitas várias propostas de desagravamento de modo a, por um lado, promover a fixação e diversificação empresarial, e por outro permitir uma maior aproximação do poder de compra aos respectivos territórios nacionais. O programa coloca algumas reservas sobre a instalação de zonas francas, opondo-se à inclusão das vertentes financeiras, seguradora e imobiliárias nessas zonas *off-shore*, que iriam contribuir para o aparecimento do crime organizado associado ao branqueamento de capitais.

Por último, o programa defende a total desmilitarização das regiões ultraperiféricas, considerando que a defesa da paz e a necessidade do reforço de cooperação internacional, em pleno respeito pelos princípios da não ingerência, impõem que estas regiões deixem de servir interesses geoestratégicos.

Kosovo

A resolução aprovada pelo Parlamento Europeu sobre a situação no Kosovo revela «total ausência de memória política, definidora da histeria política que hoje é imposta pela manipulação mediática ao serviço dos interesses belicistas e agressores e faz esquecer os valores da paz, da justiça e da soberania das nações», afirmou Honório Novo na sua declaração de voto. Os deputados do PCP lamentam que a maioria do Parlamento tenha justificado a intervenção da NATO e a subserviência da UE e dos seus Estados perante interesses estratégicos americanos.

CDU é primeira a entregar listas

A CDU – Coligação Democrática Unitária – foi a primeira formação a formalizar legalmente a sua candidatura ao entregar, na passada quinta-feira, dia 15, a sua lista de candidatos às eleições para o Parlamento Europeu. A lista da CDU, que integra 50 por cento de mulheres, facto até aqui inédito em Portugal, foi entregue por uma delegação composta pelo historiador e professor universitário António Borges Coelho, mandatário nacional da candidatura, por Ilda Figueiredo, cabeça de lista, e diversos dirigentes do PCP, do Partido Ecologista os Verdes e da Associação Intervenção Democrática.

Encontro na Alemanha

Realizou-se no dia 17 de Abril, em Leverkusen, na Alemanha, uma reunião de activistas da CDU naquele país, que deu particular destaque à preparação da intervenção dos activistas da CDU, no quadro das eleições para o Parlamento Europeu junto da comunidade portuguesa. Os participantes marcaram para o mês de Maio um conjunto variado de iniciativas com a participação do mandatário da CDU neste país, Luciano Caetano da Rosa, que têm como objectivo contribuir para uma melhor informação e esclarecimento sobre as propostas da CDU na emigração. Foi decidido dinamizar a recolha de assinaturas de apoio através de um documento onde se afirma ser a CDU «o mais coerente e consequente espaço político defensor dos valores da esquerda, como também integra as forças que mais determinada e desinteressadamente se têm batido pelos direitos e aspirações da emigração portuguesa».

BSE

O deputado Honório Novo apresentou uma emenda ao segundo relatório semestral de acompanhamento da BSE, que aconselha uma maior cooperação entre o governo português e a Comissão que possibilite debelar a doença e levantar o embargo nos prazos previstos. O eurodeputado comunista propôs ainda a criação de mecanismos que atenuem os prejuízos dos produtores portugueses, bem como medidas que permitam erradicar a doença e assegurem informação sobre a situação em toda a União Europeia.

Ilda Figueiredo contacta populações

A candidata da CDU ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, esteve na passada semana no concelho de Oliveira do Bairro, de onde é natural, para participar num conjunto de iniciativas promovidas pela Coligação.

Após ter reunido com a Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro, Ilda Figueiredo encontrou-se com a direcção da Cooperativa Agrícola dos Lavradores do concelho. Em ambos os encontros foram abordados os problemas da agricultura, verificando-se coincidência de pontos de vista quanto aos maus resultados para Portugal da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e da necessidade de reforçar no Parlamento Europeu a voz daqueles que lutam pelos interesses de Portugal e dos portugueses.

Ainda neste concelho, a candidata visitou o Centro Ambiente para Todos do Troviscal, onde foi recebida pela direcção e por populares que fizeram questão de cumprimentar a sua contêrranea. O centro foi fundado há 8 anos por um grupo de 25 mulheres e acolhe desde as crianças aos mais idosos.

A candidata esteve de seguida numa singela homenagem a Arlindo Vicente, depositando um ramo de cravos junto à lápide com o nome deste antifascista, que dá o nome a uma das ruas do Troviscal. Nas breves palavras que proferiu na ocasião, Ilda Figueiredo

observou que Arlindo Vicente já foi homenageado em diversos pontos do país, mas a terra que o viu nascer continua sem lhe conceder uma homenagem à altura da sua envergadura política e cultural. A visita terminou à noite com um jantar em Oiã, em que participaram dezenas de pessoas.

No distrito de Lisboa, a cabeça de lista contactou na semana passada com trabalhadores da Sorefame e dos Cabos Ávila. No domingo, esteve no Encontro Regional do Alentejo, que definiu as principais linhas de acção e aprovou uma Carta Eleitoral. Na iniciativa participou ainda o eurodeputado Joaquim Miranda, os candidatos do Alentejo nas listas CDU, deputados na AR, autarcas, dirigentes sindicais e de outros movimentos associativos, assim como destacadas personalidades independentes, dirigentes do Partido Ecologista os Verdes e do PCP.

Na terça-feira passada, Ilda Figueiredo deslocou-se ao distrito de Viseu, onde manteve encontros com a Associação Regional de Agricultores, o secretariado distrital e o conselho directivo dos baldios.

O programa da visita incluiu ainda contactos com trabalhadores na zona industrial de Vouzela, com estudantes da Escola Superior de Tecnologia, e com a população no Rossio de Viseu, no âmbito do dia de defesa do sector público.

Japão Avanço histórico dos comunistas

O Partido Comunista do Japão aumentou a sua representação na primeira metade das eleições locais realizadas na semana passada. Nas assembleias distritais, o PCJ conseguiu 10,5 por cento dos votos, recebendo cerca de dois milhões de votos a mais do que nas eleições de 1995 e tornando-se o segundo partido mais votado a seguir ao Partido Liberal Democrático (LDP, no governo).

O Presidium do PCJ considera que os resultados constituem um grande avanço histórico. «O aumento da nossa votação reflecte o criticismo dos eleitores em relação à política seguida pelo LDP nas autarquias e as suas expectativas em relação aos comunistas. Estes valores espelham ainda a incompreensão da população face à prioridade dada pelos outros partidos aos grandes projectos e faz cortes drásticos nos serviços aos eleitores», lê-se numa nota difundida pelo Serviço de Imprensa do Japão.

«Os governos locais devem readquirir o seu papel original, valorizando a vida do povo e

desenvolvendo os serviços, a saúde e o bem-estar», defendem o PCJ.

Em 44 assembleias de prefeitura os comunistas obtiveram 152 lugares (mais 54 do em 1995) e nas assembleias das 11 maiores cidades ficaram com 120 lugares (mais 28). O PCJ foi o quarto partido a eleger mais deputados nas prefeituras, a seguir ao LDP, ao Partido Democrático do Japão, ao Komei (budista). Nas 11 maiores cidades ficou igualmente em quarto lugar.

O PCJ elegeu 101 mulheres, que representam 40 por cento do conjunto das novas 253 eleitas. Para o Presidium, estes números reflectem a grande contribuição dos comunistas para os avanços históricos das mulheres no campo da política.

A segunda metade das eleições locais começou no domingo. Os comunistas partiram para o escrutínio com o desejo de fazer dele «o primeiro passo de um caminho histórico no sentido de uma mudança drástica na política local».

Presidenciais na Argélia Oposição não reconhece resultados

De acordo com os dados oficiais, Abdelaziz Buteflika é o novo Presidente da Argélia, eleito com 73 por cento dos votos. Mas os seis candidatos da oposição – que se retiraram na véspera do escrutínio – recusam os resultados e negam a legitimidade do novo chefe de Estado.

Com uma taxa de participação de 60 por cento (menos 15 pontos do que nas eleições de 1995 que elegeram o actual presidente Liamin Zerual), as eleições presidenciais argelinas deram a vitória a Abdelaziz Buteflika, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, com 73 por cento dos votos.

A oposição – encabeçada pelos outros seis candidatos – não reconhece os resultados. Todos eles se retiraram do escrutínio na quarta-feira, argumentando falta de transparência no processo eleitoral e manipulação nas urnas.

«Perante a persistência do poder em negar aos cidadãos e às cidadãs o seu direito de decidir o seu futuro e eleger o seu presidente, consideramos Ze-

lização para eleger livremente» e «coordenar as acções perante qualquer eventualidade».

A primeira iniciativa realizou-se na sexta-feira, no centro de Argel, numa manifestação contra a fraude eleitoral que a

numa nova Belgrado: sairemos às ruas todas as tardes até nos darem razão», prometeram.

Nas cidades de Tizi Uzu e Bujia, capitais berberes onde o bloqueio às urnas foi quase total, dezenas de milhares de



A desistência dos seis candidatos da oposição não desmobilizou o eleitorado que participou maciçamente na eleição do novo presidente

real responsável por aquilo que possa ocorrer», afirmaram em conferência de imprensa o reformista Mulud Hamruch, o pró-islamita Ahmed Taleb Ibrahim, o socialista Hocin Ait Ahmed, o islamita moderado Abdalá Yabalá, o tecnocrata Mokadad Sifi e o ex-combatente Yucef Jatib.

Na ocasião anunciaram a intenção de «continuar a mobi-

polícia impediu de se concluir. Centenas de pessoas, na sua maioria jovens, permaneceram bloqueados nas ruas que dão acesso à Praça 1.º de Maio, local escolhido para a concentração, por agentes antidistúrbio armados.

«Confiscaram o país! Buteflika não é nosso presidente!», gritavam os manifestantes. «Vamos transformar Argel

peças saíram à rua sem qualquer impedimento das autoridades.

No dia da tomada de posse do novo presidente, prevista para dia 26, a oposição irá organizar uma mobilização popular. A população foi convidada a fazer greve durante a cerimónia, bem como a fechar as janelas e a correr as cortinas das suas casas.

Nacionalistas vencem na Turquia

Os nacionalistas do Partido da Esquerda Democrática (DSP, no poder) venceram as eleições legislativas e municipais realizadas no domingo na Turquia, com 22 por cento dos votos e 131 lugares no parlamento. A segunda formação mais votada foi o Partido da Acção Nacional (nacionalista e de extrema-direita), recebendo 18 por cento e elegendos 130 deputados.

O DSP deverá ser convidado a formar um Governo nos próximos dias, convidando um dos outros partidos com assento no novo parlamento: o Partido Islamita da Virtude, o MHP, o Partido da Mãe Pátria ou o Partido da Justa Via.

O único partido curdo legal na Turquia, o Partido da Democracia Popular, obteve apenas quatro por cento dos votos a nível nacional, mas os valores aumentam substancialmente no Sueste do país, zona onde foi eleito para a presidência de seis municípios: Diyarbakir (a capital regional), Hakkari, Bingol, Sirnak, Siirt e Batman.

Num país em que o voto é obrigatório e em que quem se abster de pagar multa, a taxa de participação é alta. A maioria dos 37 milhões de eleitores votou em partidos nacionalistas, transformando em votos a onda que envolve os turcos principalmente desde a detenção de Abdullah Öcalan, o líder do Partido Curdo

dos Trabalhadores (PKK), em Fevereiro.

Durante as eleições foram mortas pelo menos quatro pessoas e 14 ficaram feridas em confrontos que envolveram candidatos de formações diferentes às eleições municipais de três localidades das províncias de Sanliurfa e Mus, no sueste do país.

No total foram eleitos 550 deputados para o parlamento, 3215 presidentes de Câmaras Municipais, cerca de 3 mil membros de Conselhos Provinciais, 34 mil vereadores e mais de 50 mil chefes de aldeias e bairros. As legislativas realizam-se de acordo com o sistema proporcional e as municipais com o sistema maioritário.

Perseguições políticas na Alemanha

Cidadãos da ex-RDA continuam a ser perseguidos e julgados na Alemanha Unificada. O Comité de Solidariedade com as Vítimas de Perseguição Política denuncia que, ao contrário do que as autoridades e a comunicação social querem fazer acreditar, os julgamentos ocorrem em grande número e as sentenças não são leves.

Na última década, foram levadas a cabo mais de 80 mil investigações criminais e numerosos cidadãos da antiga Alemanha Democrática – entre eles políticos, militares, advogados e guardas fronteiriços – foram a tribunal. Os custos dos processos foram suportados pelos acusados, o que em muitos casos significa grandes encargos financeiros para as famílias.

Segundo a organização, as declarações sobre o fim dos processos políticos é também falsa. Todas as semanas têm lugar julgamentos e condenações em Berlim e outras cidades da Alemanha de Leste e Herr Schaeffgen, do Ministério Público de Berlim, anunciou em Março que terão lugar mais 1500 julgamentos na sua área.

Na lista de acusados incluem-se resistentes antifascistas, que estiveram envolvidos nos julgamentos de nazis e de crimes de guerra ocorridos em 1950. O comité conta que a juíza Irmgard Jendretzki, de 81 anos, contestou a pena de prisão de quatro anos a que foi condenada, mas os seus apelos foram recusados.

«As perseguições a cidadãos da ex-RDA infringem as leis nacionais e internacionais», considera o Comité de Solidariedade, que refere que «de acordo com a lei internacional e a Constituição da Alemanha Federal, é inadmissível aplicar leis de forma retrospectiva».

«O Tratado de Reunificação de 1990 estipula que os cidadãos da RDA só podem ser acusados de crimes de acordo com leis da RDA. Os períodos de limitação são arbitrariamente aumentados para que os alemães de Leste possam ser perseguidos por ofensas cometidas há meio século», afirma a associação.

«Foi pronunciada em 25 de Março, uma pena suspensa de dois anos contra um homem de 78 anos que, durante um curto período de tempo, comandou uma unidade de guardas de fronteira. Em Outubro de 1961, há 38 anos, no auge da guerra fria, este soldado matou um homem que tentava atravessar a fronteira, num incidente nunca totalmente esclarecido», conta o comité numa nota de imprensa.

Um outro exemplo apresentado é o do antigo Chefe de Estado da RDA, Egon Krenz, condenado a seis anos e meio de prisão por incidentes fatais que ocorreram na linha de demarcação entre as duas Alemanhas. O Ministério Público considera que a pena é demasiado leve e prepara-se para pedir um alargamento do período de detenção.



O Partido da Democracia Popular, o único partido curdo legal na Turquia, foi eleito para a presidência de seis municípios

Timor

A morte saiu à rua

«É uma cidade claramente ameaçada. Parece que as pessoas entram pela terra dentro.» Este testemunho de um habitante de Díli reflecte o ambiente de tensão que se vive em Timor-Leste depois de mais uma onda de atentados perpetrados pelas milícias integracionistas. Ramos Horta defende a continuação da política de diálogo «para uma solução rápida do conflito».

Os massacres voltaram a Timor. No sábado, milícias pró-indonésias assaltaram e incendiaram várias casas em Díli e mataram dezenas de pessoas. Uma das habitações atacadas foi a de Manuel Carrascalão, dirigente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), que se transformou em palco de diversos assassinatos, inclusive de um dos seus filhos, Manelito, de 17 anos.

De acordo com a Lusa, elementos das milícias chegaram a saltar a vedação de uma casa de religiosas «numa clara tentativa de intimidação». «Andaram toda a noite à volta da casa do senhor (D. Ximenes Belo), a disparar tiros para o ar e depois ainda saltaram a vedação da casa das mães», refere uma fonte no domingo. A testemunha refere ainda que, apesar de se ter verificado um aumento da presença da polícia, as milícias continuam a circular pela cidade, «intimidando a população e disparando rajadas de tiros».

«A informação que temos é que continuam a tentar encontrar os líderes da CNRT e de outras estruturas da resistência. Continuamos a não ter qualquer protecção e eles continuam a andar pela cidade sem que as autoridades façam qualquer tentativa de os impedir», afirmou um elemento da CNRT à Lusa.

Fontes da resistência revelaram que centena e meia de ele-

mentos de uma milícia pró-integração chegaram no fim-de-semana a Jacarta para participar em operações contra timorenses residentes na capital indonésia. Segundo a mesma fonte, os nomes de Xanana Gusmão e o ex-governador de Timor Mário Carrascalão fazem parte de uma lista de cerca de 300 pessoas que as milícias pretendem abater de acordo com panfletos distribuídos nos últimos dias em Díli.

Sanções contra a Indonésia

José Ramos Horta, vice-presidente do Resistência Timorense

e Prémio Nobel da Paz, defendeu no domingo o isolamento económico da Indonésia e o fim da venda de armas ao regime de Habibie.

«A diplomacia portuguesa só será reforçada com ameaças credíveis de sanções económicas à Indonésia», considera Ramos Horta. «Todos os esforços devem ser feitos junto da União Europeia, do Banco Mundial, do Congresso Americano, do FMI e da opinião pública internacional para o incremento de sanções, que é a única linguagem conhecida pela linha dura da Indonésia. Se tal não acontecer eles ganharão força.»

Para o dirigente da resistência timorense, a política de diálogo deve continuar, procurando «todas as vias possíveis no quadro da ONU para uma solução rápida do conflito», apesar da «violência orquestrada pelo exército indonésio».

«É gente que está desesperada e frustrada ao ver que gradualmente a independência de Timor

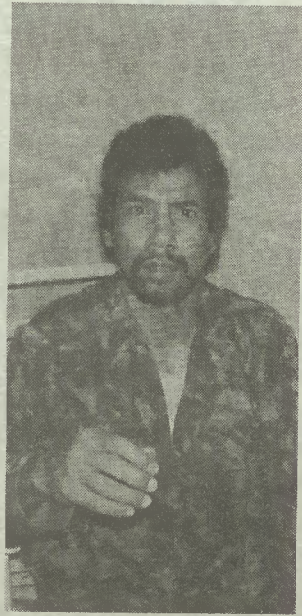
se aproxima. Tentam por todas as vias provocar-nos para reagirmos e resultar no fim de todas as negociações e do envolvimento da ONU», afirmou Ramos Horta, citado pela Lusa.

A União Europeia não foi poupada: «É inaceitável que a UE, que se desdobra em apoios ao Kosovo, tenha o desplante de continuar a permitir a venda de armas à Indonésia e continue a transferir dinheiro para o país. O máximo que a UE está a fazer é lamentar os massacres e as chacinas de Timor», acusou o Prémio Nobel.

João Carrascalão, presidente da União Democrática Timorense (UDT), vai mais longe e diz que as declarações de Jorge Sampaio «foram totalmente inadequadas», porque «fazer apenas pedidos a Habibie é fazer o jogo dos indonésios».

«As negociações devem continuar, mas Portugal deve abandonar imediatamente quaisquer discussões sobre a autonomia e adoptar posições mais firmes e

Xanana Gusmão faz parte da lista de cerca de 300 pessoas que as milícias pretendem abater



concretas para a retirada da Indonésia de Timor. Uma solução honrosa para Portugal era convocar uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU para pedir o envio de tropas das Nações Unidas para Timor, como temos vindo a pedir», afirmou João Carrascalão.

JCP e CDU exigem posição forte do Governo português

A nova Comissão Política da Direcção Nacional da JCP condenou os ataques ocorridos em Timor-Leste e o comportamento do Governo português em relação a esta questão.

Na sua primeira reunião, realizada na semana passada, a Direcção Nacional mostrou-se preocupada com a escalada de violência no território e exigiu a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos, o desarmamento imediato das milícias populares e a condenação internacional do regime indonésio.

A JCP reclama ainda uma posição forte do Governo português no seio da União Europeia e das Nações Unidas, de forma a que seja encontrada uma solução pacífica para a autodeterminação timorense.

«Nos últimos 23 anos, os autoproclamados defensores dos direitos humanos e da democracia cruzaram os braços enquanto assisti-

ram a um verdadeiro genocídio, que já causou mais de 300 mil vítimas. A Indonésia sentiu-se segura e encorajada pela política de dois pesos e duas medidas da ONU e dos países ocidentais», lê-se numa nota de imprensa da JCP.

«Num período em que o Governo português se empenha, através dos mais variados métodos de propaganda, em justificar a participação na agressão militar à Jugoslávia, torna-se mais óbvia a submissão de Portugal aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, da UE e da Nato», consideram os jovens comunistas.

«O silêncio a que a comunidade internacional tem remetido a situação em Timor-Leste revela bem os interesses económicos e estratégicos que norteiam a "solidariedade" e as tomadas de posição internacionais, que se apressaram a condenar a situação no Kosovo e deixam arrastar dramas como o dos povos timorense, palestino ou curdo», afirma a Direcção Nacional.

CDU Alentejo

Os participantes no Encontro Regional da CDU do Alentejo, realizado no domingo, mostram-se solidários com os timorenses e condenam a violência desencadeada pelas milícias integracionistas «com o claro objectivo de desestabilizar a situação, lançar o pânico e o caos entre a população, impedir uma consulta livre sobre o futuro do território e com isso pôr em causa o processo de independência de Timor-Leste».

A CDU do Alentejo exige do Governo português, do Presidente da República e do secretário-geral da ONU «mais do que palavras de solidariedade, preocupações e apelos à calma», defendendo que «é necessário agir de imediato no sentido de pôr cobro aos massacres em curso, assegurar o desarmamento dos integracionistas e garantir a paz e a estabilidade no território, por forma a criar as condições indispensáveis para que a consulta ao povo timorense sobre o seu futuro se faça sem qualquer tipo de coacção, com total liberdade e em paz».

MDM

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) junta-se aos apelos e denúncias de outras organizações em relação à situação que se vive em território timorense, manifestando a sua profunda tristeza e emoção.

O MDM exige o fim dos massacres, das perseguições e das violações dos direitos humanos e a retirada de todas as tropas indonésias de Timor, condenando ainda «a atitude da UE ao aprovar um elogio unânime à Indonésia (subscrito pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português), divulgado dois dias após o massacre de Liquiçá, pelas suas reformas nomeadamente no que respeita à melhoria da situação dos direitos humanos naquele país».

Fidel condena multinacionais

Fidel Castro pronunciou-se sobre a «guerra das bananas» entre a União Europeia e os Estados Unidos criticando as multinacionais norte-americanas que controlam a produção na América Latina.

O presidente cubano interveio na segunda cimeira da Associação dos Estados das Caraíbas (AEC), que reuniu 25 chefes de Estado e de governo da região, em cujo final foi decidido constituir um grupo de trabalho para encontrar uma solução para o conflito comercial.

A UE concede às ilhas das Caraíbas, no quadro da Convenção de Lomé, uma quota de importação de 875.700 toneladas de bananas, sem direitos alfandegários, disposição que é questionada pelos Estados Unidos por a considerarem um entrave ao livre comércio.

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa Rica, Roberto Rojas, salientou que a questão da «guerra das bananas» esteve no centro do debate, porque a economia das Caraíbas depende essencialmente da produção deste fruto, tal como a dos países da América Central.

Crise política na Índia

O Governo indiano liderado por Atal Bihari Vajpayee perdeu a confiança da Câmara Baixa do Parlamento Federal no dia 17, por 269 votos contra 270, o que pôs termo a 13 meses de governação do Partido do Povo da Índia (PPI) com o apoio de 18 outras formações políticas. A crise foi despoletada pelo dirigente do AIADMK, uma formação com 18 deputados, que se retirou da coligação. O Partido do Congresso, na oposição, propôs-se formar um novo governo liderado por Sonia Gandhi, viúva do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi. Caso não se chegue a acordo, será necessário convocar novas eleições gerais, hipótese que aparentemente não interessa a nenhum dos partidos.

Paz na Irlanda ameaçada

O processo de paz na Irlanda do Norte está em «queda livre», afirmou Gerry Adams, dirigente do Sinn Féin, no início da semana, antes de mais uma ronda negocial em Londres. Adams responsabiliza pelo actual impasse as exigências de desarmamento prévio do IRA antes da formação do governo local autónomo. «Se isto continua assim o acordo de paz morre», disse Adams, acrescentando que «a realidade é que o acordo foi rompido e as instituições que deveriam estar criadas desde o ano passado ainda não o estão».

Parlamento Europeu condena violência

O Parlamento Europeu, na sua sessão de 12 a 16 de Abril, condenou a violência e a repressão na Indonésia e em particular em Timor-Leste. A resolução aprovada reitera o seu apoio à luta do povo timorense pelo direito à autodeterminação e à independência e exige que as autoridades indonésias interrompam imediatamente o apoio militar e logístico aos grupos paramilitares e procedam ao desarmamento e dissolução destas unidades.

Os deputados europeus exigem «a libertação imediata e incondicional de Xanana Gusmão) cuja moderação e papel construtivo na reconciliação entre timorenses continua a ser indispensável) e de todos os outros presos políticos, de origem timorense ou não, que em caso algum devem ser confundidos com os detidos por crimes de delito comum».

O PE sublinha a importância do prosseguimento das negociações entre Portugal e a Indonésia, sob a égide das Nações Unidas, considerando que estas devem envolver directamente representantes da Resistência Timorense e solicita às autoridades indonésias que se empenhem no sentido de que os timorenses possam «exercer em paz o seu direito à autodeterminação» e convida a ONU a prever uma missão encarregada da pre-

paração, supervisão e protecção da consulta. A resolução condena veementemente o massacre de Liquiçá e insiste na realização de uma investigação sobre o ocorrido, acusando os grupos paramilitares de serem os seus autores com a cumplicidade da polícia e do exército indonésio.

O PE apela ao Governo indonésio para restabelecer o Estado de Direito, a pôr fim às violações dos direitos humanos e a promover a coexistência pacífica entre os povos de diferentes religiões e grupos étnicos que existem no país, bem como ao cumprimento de eleições livres, imparciais e democráticas.

O documento refere o «agravamento significativo da grande tensão» em Timor e considera que os ataques das milícias, «que ocorrem numa altura em que as negociações entre Portugal e a Indonésia estão a entrar numa fase crucial, estão já a ser esgrimidos como pretextos para alteração pela Indonésia de dados já adquiridos nas negociações».

Os eurodeputados mostram-se ainda preocupados com os «sérios indícios de que facções do partido no Governo, o Golkar, juntamente com as forças armadas indonésias, estão a instigar sublevações, a fim de impedir uma solução pacífica» para o conflito.

Jugoslávia

■ Anabela Fino Enviada especial em Belgrado

Um país na encruzilhada do mundo

Há muito, muito tempo, os sérvios construíram as suas casas numa encruzilhada do mundo e habituaram-se a conviver com os múltiplos povos que demandaram aquelas terras e por ali se fixaram. Formaram um país, a Jugoslávia, onde a coexistência multiétnica, se não esteve isenta de problemas, foi sempre uma realidade.

Os interesses estratégico-político-económicos dos americanos e os seus aliados na NATO pretendem agora rasgar uma auto-estrada na velha encruzilhada e para isso exige-se que os sérvios mudem as suas casas para outro lado. Os sérvios não podem aceitar isso, e após um mês de bombardeamentos ininterruptos da sua pátria multi-secular continuam a fazer uma pergunta a que ninguém dá resposta:

«Por que não fazem eles a sua auto-estrada noutra lado?»

O Kosovo não passa de um pretexto a que os Estados Unidos, a coberto da NATO, lançaram mão para levar a cabo a sua política de domínio mundial. O caminho que a ferro e fogo se pretende rasgar nos Balcãs vai direito ao coração da Rússia, sem amor, e não se olha a meios para atingir os fins.

Os primeiros lances deste insano jogo de guerra começaram há cerca de dez anos com a destruição da antiga Jugoslávia. Também então, como agora, se diabolizaram os sérvios, se insistiu na tecla da limpeza étnica até à exaustão, se insistiu nos massacres e nas violações, se provocaram catástrofes humanitárias para justificar uma intervenção externa contra um país internacionalmente reconhecido que procurava manter a sua integridade territorial. O resultado é conhecido: os acordos de Dayton mais não fizeram do que consagrar a limpeza étnica, e da chamada guerra da Bósnia resultaram protectorados norte-americanos etnicamente puros, onde os poderes instituídos não passam de marionetas que Washington não hesita em substituir quando não consegue manipular a seu belo prazer. Chegou-se mesmo ao ponto de constituir um "Estado" muçulmano, supremo absurdo numa Europa que se pretende democrática e laica.

Então como agora, os sérvios foram apresentados ao mundo como os maus da fita, e nem a confirmação de que alguns dos mais bárbaros massacres que efectivamente se registaram foram perpetrados por croatas e muçulmanos pôs cobro à mistificação levada a cabo nas campanhas orquestradas pelos principais órgãos de informação internacionais alinhados com os EUA.

Os cerca de três milhões de crianças que sofrem agora as consequências da agressão da NATO contra a Jugoslávia, 200.000 das quais são refugiadas que escaparam à devastação da guerra contra a antiga República jugoslava (Croácia e Bósnia-Herzegovina), não merecem uma linha ou um minuto de antena na "imprensa livre" a suscitar a compaixão do mundo. O mesmo se pode dizer sobre os mais de 200.000 sérvios escorraçados de Krajina pela Croácia em 1995 ou os 120.000 sérvios expulsos de Sarajevo.

Os bombardeamentos da NATO contra a Sérvia estão a atingir, para além de alvos militares, objectivos civis: população civil, hospitais, escolas, igrejas, monumentos, centros de cultura, pontes, meios de comunicação (incluindo linhas de caminho-de-ferro), centrais de aquecimento, centros desportivos (até um centro de ski foi atingido), prédios de habitação, centrais eléctricas, refinarias de petróleo para abastecimento industrial e da população em geral, fábricas de todos os tipos, empresas agrícolas, etc. Os sofrimentos dos sérvios provocados por esta destruição em massa que já fez regredir a economia do país ao nível da II Guerra Mundial não comovem as potências da NATO nem fazem as primeiras páginas da "imprensa livre". Enquanto

persistirem em serem donos do seu próprio destino, os sérvios são uma espécie a abater.

Contradições

Ninguém minimamente esclarecido pode acreditar, em consciência, que os EUA e a NATO desencadearam esta guerra contra a Sérvia por motivos humanitários. A desproporção dos meios utilizados bastaria por si só para demonstrar o contrário: é como pretender matar uma pulga com um canhão. Vale a pena recordar que no princípio das advertências a Belgrado, há cerca de um ano, a acusação era justamente a de que as autoridades sérvias estavam a utilizar "forças desproporcionadas" para combater os independentistas albaneses.

Paradoxos.

As aspirações da minoria albanesa na Sérvia a um estatuto especial no Kosovo, onde é maioritária (cerca de 60 por cento da população e não 90 por cento como agora se pretende fazer crer), não são novas. Mas a acção política não violenta e não independentista que tinha em Ibrahim Rugova o seu principal mentor nunca suscitou particular interesse aos norte-americanos. O interesse pelo Kosovo e preocupação pelos kosovares de origem albanesa só se revela, curiosamente, com o aparecimento do chamado Exército de Libertação do Kosovo, um grupo armado com bases na Albânia e muito apoio externo, designadamente da CIA e forças islâmicas extremistas, que não hesitou em servir-se das populações civis como escudo para as suas incursões contra as forças sérvias.

Também é curioso registar que a alegada catástrofe humanitária que estaria na base da agressão da NATO à Sérvia não ascendia, até ao início dos bombardeamentos em 24 de Março, mesmo segundo os inflacionados números da imprensa ocidental, a um décimo da efectiva catástrofe provocada depois do fatídico dia, quer pela intervenção da NATO quer pela reacção a ela.

As manobras de desestabilização no Montenegro, que com a Sérvia constitui a República Federal da Jugoslávia, bem como as tentativas para criar problemas na Volvodina entre as comunidades sérvias e húngaras, são outro testemunho das nada humanitárias intenções dos EUA e da NATO.

Uma pedra no caminho

Os biliões de dólares gastos até ao momento - antes da intensificação dos ataques registada nos últimos dias estimava-se que o custo mensal da operação 'Força Aliada' rondava os 540 mil milhões de escudos -, sem contar com o prejuízo incalculável das destruições na Sérvia e os elevados prejuízos económicos que a obstrução da circulação fluvial no Danúbio está a provocar nos países da região, ultrapassam tudo o que se possa imaginar.

Cada avião B2 custa 360 mil milhões de escudos, o equivalente ao produto interno bruto da Albânia; o famoso F117 (a coqueluche norte-americana que os sérvios abateram, segundo consta com um velho míssil soviético dos anos 60) custa qualquer coisa como 9.900 milhões de escudos. Como termo de comparação, refira-se que o "preço" da guerra do Golfo (de Agosto de 1990 a meados de 1991) foi de cerca de 18 000 mil milhões de escudos.

Pretender que tudo isto faz parte a uma acção humanitária seria hilariante, se não fosse trágico. Os EUA preparam o cerco à Rússia e apostam no corte das suas tradicionais ligações ao Mediterrâneo. Para conseguir os seus objectivos, os EUA servem-se da actual fraqueza dos russos para criar Estados muçulmanos na região, de forma a estabelecer uma espécie de fortaleza em torno da Rússia, ao mesmo tempo que introduzem na Europa central mais um factor de desestabilização. Aos Estados multiétnicos sucedem-se agora os Estados étnicos, com o beneplácito norte-americano e a incompreensível ausência de reacção dos países europeus.

A Sérvia, pela sua história e pela sua localização geográfica, transformou-se no primeiro alvo para tomar o pulso à Rússia, que já havia sido humilhada com o alargamento da NATO até às suas fronteiras através das adesões da Hungria, Polónia e República Checa. A concentração de tropas norte-americanas na Albânia - sempre a pretexto da ajuda humanitária - e o reforço militar do Exército de Libertação do Kosovo se encarregarão de fazer o resto.

Os dados estão lançados. Resta saber se neste jogo do absurdo os jogadores já entraram todos em acção.

Dicionário do novo mundo

O drama que se vive hoje nos Balcãs ficará para a História como um testemunho da hipocrisia dominante neste final de século. Uma hipocrisia tamanha que obrigou à alteração da linguagem, à total subversão do léxico político e militar.

A partir de agora, e enquanto se mantiver a "nova ordem internacional", a declaração unilateral de guerra a um país que não atacou nenhum outro passa a ser designada por "direito de ingerência".

O bombardeamento sistemático de um país não agressor

de nenhum outro e a destruição de todas as suas estruturas económicas chama-se "acção humanitária".

As mortes de civis resultantes dos chamados "ataques cirúrgicos" deixam de ser vítimas e levam a designação de "danos colaterais".

Transportes civis alegadamente atingidos por engano merecem a classificação de "acidente" com direito a um lacónico lamento oficial.

Por alvos militares deve agora entender-se tudo, o que possa afectar moral e fisicamente as

forças armadas, pelo que se a família de um soldado passar à condição de "dano colateral" isso deve ser entendido como consequência natural e desejável da "acção humanitária", já que um soldado fragilizado é um adversário mais fácil de abater.

A "nova ordem" introduziu



As sirenes soam todos os dias e a devastação alastra pela Sérvia, mas a capacidade de resistência tornou-se já uma forma de sobrevivência. Na Páscoa ortodoxa que as bombas da NATO não respeitaram - a menor intensidade dos bombardeamentos deveu-se ao mau tempo - o Domingo foi celebrado nas ruas com maratonas de xadrez, concertos de música e oferta de ovos pintados como manda a tradição. É a vida, que os sérvios tanto amam, a pulsar em tempo de guerra



25 anos depois Comemorar Abril



Comemorar o 25 de Abril, passado um quarto de século sobre a madrugada libertadora que marcou o início de uma profunda revolução, não é um acto de saudade, embora seja grata a memória dos dias exaltantes da liberdade e da construção de um País novo. Recordar Abril é não só prestar homenagem aos militares que derrubaram o fascismo e a todos quantos durante décadas resistiram, lutaram e tornaram possível a Revolução dos Cravos; nem apenas lembrar as gloriosas jornadas de transformação revolucionária e as batalhas em defesa das conquistas alcançadas. É, antes do mais, recordando o que foram essas conquistas – na sua maioria destruídas hoje pela porfiada política de direita –, reconhecer nelas os valores de Abril que defendemos. Nas páginas seguintes, camaradas que estiveram nas primeiras linhas das conquistas de Abril – no movimento operário, nas nacionalizações, na Reforma Agrária, na institucionalização da democracia – escrevem o seu testemunho. Nos próximos números contamos publicar depoimentos de gente destacada – militares, dirigentes políticos e sindicais, escritores, artistas – para quem Abril não é apenas memória mas ainda projecto. ▶

A consagração da Revolução

■ Carlos Brito (*)

Quando hoje se rememora o período que vai de 2 de Junho de 1975 a 2 de Abril de 1976, durante o qual a Constituinte realizou o seu trabalho, pasma-se como foi possível elaborar e aprovar a Constituição em tempos tão excepcionalmente conturbados. Foi o tempo da agudização dos conflitos no interior do MFA. Foi o tempo da saída dos ministros socialistas do IV Governo, da queda deste governo, da formação do inconsistente V Governo e da sua substituição pelo VI. Foi o tempo dos chamados «casos» República e Rádio Renascença. Foi o tempo das assembleias de Tancos que alteraram a correlação de forças no terreno militar. Foi o tempo do 25 de Novembro que consumou a ruptura do MFA e tornou definitiva essa nova correlação de forças.

Foi igualmente o tempo das portentosas manifestações e movimentações de trabalhadores e das massas populares em apoio e em defesa das grandes conquistas e transformações socioeconómicas então em marcha e que traduziam a aspiração generalizada pelo socialismo.

E foi ainda o tempo da violência reaccionária, com o terrorismo de extrema-direita no Continente e a actividade separatista nos Açores e na Madeira.

Todos estes acontecimentos, que reflectiam profundas contradições e antagonismo de classe, repercutiam com fragor na Assembleia Constituinte, originavam inflamados debates em que os diferentes projectos político-ideológicos se confrontavam e que, por sua vez, exerciam bastante influência sobre o que se passava no País. Neste quadro, creio que o cumprimento com êxito e num prazo relativamente curto da tarefa de elaborar e aprovar a Constituição com o conteúdo progressista que a caracteriza se ficou a dever a três factores convergentes, de influência variável ao longo do período, mas que sempre a mantiveram:

1.º - A força do mandato popular, traduzido tanto nas maciças movimentações sociais em defesa do regime democrático e em apoio de transformações socioeconómicas profundas tendo no horizonte o socialismo, como afirmada, de forma especialmente expressiva, na participação do eleitorado na própria eleição da Assembleia Constituinte. A influência destas movimentações populares persistiu vigorosa para além da alteração da relação de forças no plano militar verificado com o 25 de Novembro.

2.º - O Acordo Constitucional MFA-Partidos políticos (antes e depois de revisto), sempre presente nos trabalhos de elaboração da Constituição, mesmo por parte daqueles partidos que a certa altura começaram a contestá-lo, e foi um argumento muito forte para aqueles partidos que sempre se lhe mantiveram fiéis, como foi o caso do PCP. O Acordo, que fazia parte do compromisso dos militares de entregarem o poder às instituições representativas, apontava para a necessidade de consagrar «os princípios do MFA, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos do Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e irreversivelmente, empenham o país na via original para um socialismo português».

3.º - A vontade dos deputados constituintes que, compenetrando-se, na larga maioria, da importância histórica do seu mandato e das responsabilidades contraídas perante o povo foram capazes de encontrar com perseverança e imaginação, no meio das divergências mais acirradas, os caminhos do compromisso e de soluções aceitáveis e viabilizáveis de modo significativo, adiantando-se algumas vezes às direcções dos próprios partidos mais ocupadas noutras batalhas. O País deve-lhes, julgo eu, este importantíssimo contributo (a que presto homenagem) sem o qual é duvidoso que a Constituição tivesse sido elaborada e aprovada em termos de conteúdo e no prazo em que o foi, com todas as implicações negativas que resultariam para o regime democrático, se assim não tivesse sido. Esta vontade dos constituintes teve naturalmente alguns destacados dinamizadores de que julgo justo destacar os actuais profs. Vital Moreira e Jorge Miranda, o dr. José Luís Nunes, o eng. Lopes Cardoso e todo o Grupo de Deputados do PCP, entre os quais tenho a imodéstia de me incluir também.

Riscos acautelados

Os três factores que atrás enunciei foram fundamentais para a lucidez que se tornou prevalecente nos trabalhos da Constituinte. Uma das suas primeiras manifestações evidenciou-se na forma como foi resolvida a questão da existência de um período de antes da ordem do dia, logo na elaboração do Regimento. Ao aprovar a existência de um tal período, limitado no conteúdo e no tempo, a Assembleia acautelou o risco da transformação da Constituinte «num Parlamento já», como pretendiam certos líderes da direita, almejando paralisar os trabalhos de elaboração da Constituição à

espera de «melhores dias» e sonhando com moções de censura e de confiança e a possibilidade de derrubamento e substituição dos governos, o que contrariava frontalmente a Lei Constitucional vigente e o Pacto MFA-Partidos.

Fiz pessoalmente parte, como deputado do PCP, dos que defenderam, no respeito por aquele diploma constitucional e pelo compromisso assumido com os militares, que não havia lugar na Constituinte para a existência de um período de antes da ordem do dia e que todos os problemas do País se podiam debater na ordem do dia, nos trabalhos

de elaboração da Constituição. É claro que reconheço hoje (depois de tantos anos de vida parlamentar) que essa posição era excessiva, mas contribuiu decisivamente para o bom resultado a que se chegou e para impedir que a Constituinte se transformasse num clube de debates descurando o mandato que lhe estava cometido pelo povo.

Falando da posição do PCP em relação à Constituinte, julgo oportuno esclarecer aqui que, desde o VI Congresso, em 1966, a eleição de uma assembleia constituinte como primeiro passo da restauração da democracia no nosso país foi adoptada como um ponto programático de princípio pelo PCP.

A lucidez dos deputados constituintes também prevaleceu na metodologia adoptada na organização dos trabalhos da Assembleia. Como na Constituinte não existia nenhum partido com maioria absoluta nenhum projecto partidário foi instituído em base privilegiada de elaboração da Constituição. Nem sequer os projectos foram votados. Foi previamente aprovada uma sistematização do futuro texto constitucional e discutiu-se depois capítulo a capítulo na base de textos preparados nas comissões específicas. Esta metodologia facilitou extraordinariamente a procura de soluções de consenso ou de compromisso, especialmente entre os projectos dos três partidos mais representados - PS, PPD e PCP - e foi seguramente uma das condições do sucesso da Constituinte.

É indispensável que se diga que todo este paciente labor esteve em sério risco. Certas forças da direita que no início da Constituinte lhe prodigalizavam todo o apoio, passaram a contestá-la e acusá-la de marxista, à medida que o texto da futura constituição se ia definindo. Foi lançada a campanha para que a Constituição, antes de promulgada, fosse submetida a referendo. Perdida esta jogada foi lançada a campanha para que a futura Assembleia da República tivesse poderes de revisão constitucional logo na sua primeira legislatura. Perdida também esta batalha, uma vez que na Constituinte prevaleceu a maioria PS, PCP, MDP e de alguns deputados do PPD, inicia-se campanha pela demissão do Presidente Costa Gomes, incluindo com insistentes boatos de golpe de Estado, visando a designação de um outro presidente que não promulgasse a Constituição.

Tudo isto conferiu um carácter singularíssimo e histórico à última sessão da Constituinte, em 2 de Abril de 1976, quando se fez a votação final da Constituição, logo seguida da promulgação.

Quem esteve presente dificilmente esquecerá a excepcional vibração que se viveu nesse dia no hemiciclo de S. Bento. A sessão prolongou-se por todo o dia para a leitura do articulado constitucional, a que se seguiram as votações e as declarações de voto. Em dois momentos os constituintes cantaram de pé o hino nacional e a votação dos artigos mais importantes foi saudada com vivas à II República. Às dez da noite o Presidente da República deslocou-se a S. Bento para promulgar a Constituição na própria sede da Assembleia Constituinte.

Não se sabe o que teria acontecido, sem este acto corajoso e patriótico do Marechal Costa Gomes (há mesmo quem fale num novo 25 de Novembro, mais radical), o que se sabe é que com ele a tensão política que reinava no País foi pacificada por um longo período e a Constituição entrou calmamente em vigor no dia 25 de Abril de 1976.

A prova do tempo

Entretanto, logo na sessão de 2 de Abril ficaram bem definidos o campo dos defensores da Constituição e os seus adversários irreductíveis. Uns proclamaram o seu regozijo, os outros anunciaram a seu desgosto.

Entre os primeiros, o mais exuberante, nessa altura, foi Mário Soares. Disse então que a Constituição «define uma democracia avançada a caminho do socialismo». E, lembrando os resultados das

eleições para a Constituinte, acrescentou: «e foi essa a grande opção do povo português em 25 de Abril de 1975».

Por seu lado, o meu camarada Octávio Pato, há dias falecido (e a quem neste momento presto homenagem), manifestava todo o regozijo dos comunistas salientando: «A Constituição hoje concluída atirará para o lixo da história as leis iníquas que durante várias décadas serviram de instrumento de opressão e de obscurantismo.» Lembrava também que houve forças que tentaram «retardar ou até impedir a conclusão e a promulgação da Constituição».

Finalmente, Luís Catarino, em nome do MDP, afirmava que a Constituição «é uma arma» dos trabalhadores, «uma trincheira de defesa dos seus direitos e das conquistas da sua história». Do outro lado, foi a Sá Machado que coube exprimir «o inconformismo e a frustração» para explicar o voto contra do CDS. Enquanto por parte do PPD, que afinal votou a favor, Barbosa de Melo censurava na Constituição «a linguagem e as cargas ideológicas» e ainda «as proclamações sucessivas de igualdade e de bem-estar para todos os portugueses».

Tempos volvidos, estas observações críticas tornaram-se muito mais acérrimas, a frustração tornou-se em aberta oposição e sistemático combate e alguns defensores da Constituição foram afrouxando no seu entusiasmo e na firmeza inicial para em muitos casos conciliarem com os seus iniciais adversários. E vieram as gavetas... A gaveta onde foi metido o socialismo, a gaveta onde foi metida a reforma agrária, as nacionalizações, as grandes conquistas que faziam a diferença da nossa democracia. Arranjou-se como justificação, entre várias, a de a tornar exactamente igual à dos outros países oci-



dentais para sermos admitidos no seu clube. Nesta operação perdemos não só alavancas de justiça e de progresso, mas também, estou certo disso, capacidade negocial... Assim, o texto da Constituição aprovado em 1976 já passou por três revisões e sofreu graves mutilações, nomeadamente, na parte que consagrava as grandes transformações socioeconómicas, algumas das chamadas conquistas de Abril, como parte integrante do projecto de uma sociedade mais justa contido na Constituição. O que permanece mostra contudo a obra notável da Constituinte, designadamente, no domínio das liberdades e garantias, dos direitos sociais, incluindo dos direitos dos trabalhadores e das suas estruturas representativas e em matéria de organização e funcionamento do sistema político.

Apesar das mutilações, a Constituição tem sido capaz de «resistir à prova do tempo», como desejava no acto de promulgação o Prof. Henrique de Barros, Presidente da Assembleia Constituinte, a quem também se deve aqui uma palavra de homenagem. A Constituição da República é, e à distância de qualquer outra, a Constituição democrática com um mais dilatado período de vigência no nosso país. Que melhor demonstração se quer dos méritos da Constituinte que esta prova do tempo?!

Não é da culpa dos constituintes, nem da Constituição, que não tenhamos hoje em Portugal a democracia de que então lançámos os fundamentos.

Não é da culpa dos constituintes, nem da Constituição, que a injustiça permaneça, que as desigualdades sociais e regionais persistam e que em alguns casos se tenham agravado. Na Constituição cabem, contudo, todos os projectos de transformação. Ela própria é um projecto de justiça. Haja vontade política!

(*) O camarada Carlos Brito, membro do Comité Central, foi até ao XV Congresso membro da Comissão Política do CC e, eleito deputado constituinte, foi Presidente do Grupo Parlamentar comunista, cargo que ocupou depois durante várias legislaturas, na Assembleia da República. Este artigo foi escrito com base na intervenção do autor no Colóquio realizado no Museu da República e da Resistência, promovido recentemente pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, sobre os 25 anos do 25 de Abril e subordinado ao tema «Vozes da Constituinte».

Tantas lutas para Abril vencer

■ Jerónimo de Sousa*

Perfilam-se os analistas, os historiadores, os protagonistas (alguns merecidamente outros nem tanto e ainda alguns que estão a mais) para interpretar e falar sobre a Revolução de Abril. Não fora o testemunho de alguns camaradas e de alguns resistentes antifascistas assistiríamos ao apagamento da contribuição determinante da luta do movimento operário e sindical que durante décadas, arrostando com a exploração e a opressão mais violenta, foi criando as condições para o derrube da ditadura.

Recuando no tempo, ali na corda industrial que Soeiro definia como «a terra dos homens que não tinham tempo de ser meninos» logo na escola primária assumíamos com um realismo implacável o rumo das nossas vidas: quando o professor nos perguntava o que queríamos ser quando fôssemos grandes seríamos serralheiros, vidreiros, operários químicos, ou ir para França. Nunca doutores ou engenheiros, para quê se nunca o seríamos?

A fábrica era o destino, mal fizéssemos os 14 anos, independentemente do QI de cada um. Filho de operário devia ser operário.

Mal lá chegávamos como aprendizes de profissão, os mais velhos começavam a falar-nos de coisas sérias, a falar do Partido, a encaminhar-nos para a leitura de Redol, de Soeiro, de Jorge Amado ou Gorki.

Vivia-se a década agitada de 60. Tinha havido prisões em massa devido ao ascenso das lutas operárias em muitas empresas das duas margens do Tejo. Fervilhava a actividade cultural nas colectividades e associações envolvendo centenas de jovens que debatiam os problemas da guerra colonial, promoviam colóquios, constituíam grupos cénicos, de biblioteca, participavam apaixonadamente nas campanhas da oposição.

O pequeno «Avante!» de folhas acetinadas circulava de mão em mão desde o balneário da fábrica até à colectividade que contava a luta na empresa do Norte, dos corticeiros do Algarve, dos têxteis da Covilhã, dos trabalhadores rurais do Alentejo, dos operários da CUF. Isso dava ânimo a organizar na empresa processos de luta reivindicativa que, como por contágio, se estendia à fábrica do lado envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores. Com custos, mas imparável!

Nos registos do livro negro sobre o fascismo, entre 1932 e 1960, das cerca de 20 mil prisões, mais de 50 por cento recaíam sobre operários e trabalhadores.

O regime fascista quanto mais acochado se sentia mais repressivo se tornava. Mesmo Marcello Caetano, que encenou a chamada abertura, desencadeou no princípio da década de 70 uma vaga de prisões, deu cobertura a despedimentos em massa, demitiu as direcções sindicais recentemente conquistadas por trabalhadores de alguns sectores retirando aos seus membros todos os direitos cívicos e políticos. As poderosas famílias de monopolistas exigiam a intervenção permanente do aparelho repressivo do fascismo chegando a haver empresas, como a CUF dos Mellos, com aquartelamento da Guarda Nacional Republicana.

Sistematicamente golpeado a nível de organização e de quadros, o Partido, de forma audaciosa, arriscou em jovens que não sendo militantes inscritos seguiam a palavra e a orientação do Partido através do «Avante!» e nos contactos nas colectividades, nos locais de trabalho e nos convívios.

Jovens que por vezes eram eleitos como dirigentes sindicais e associativos, sem nenhuma experiência mas que se iam formando e temperando na própria luta. Jovens que em 1970 fundaram a Intersindical e deram expressão mais organizada à luta reivindicativa.

No ano de 1973 mais de 100 mil trabalhadores de 200 empresas, 60 mil dos quais com recurso à greve, desenvolviam processos reivindicativos em torno de melhores salários e melhores horários. Acentuava-se a luta estudantil, sectores da pequena e média burguesia arruinados pela oligarquia monopolista sentiam cada vez mais descontentes, o mal-estar instalava-se nas forças armadas.

O regime fascista, cada vez mais isolado, envolvido numa crise económica e social profunda, roído pelas contradições e confrontos entre as famílias monopolistas que agiam como predadores para salvar o seu império, aproximava-se do fim. Não cairia por si! Adivinhava-se que as comemorações do

1.º de Maio de 74 apesar de proibidas iriam constituir um poderoso abalo ao regime ditatorial. Mas ainda assim estava preparada para a noite de 30 de Abril uma série de prisões selectivas dos dirigentes, activistas sindicais e membros do Partido visando a desmobilização para o dia seguinte.

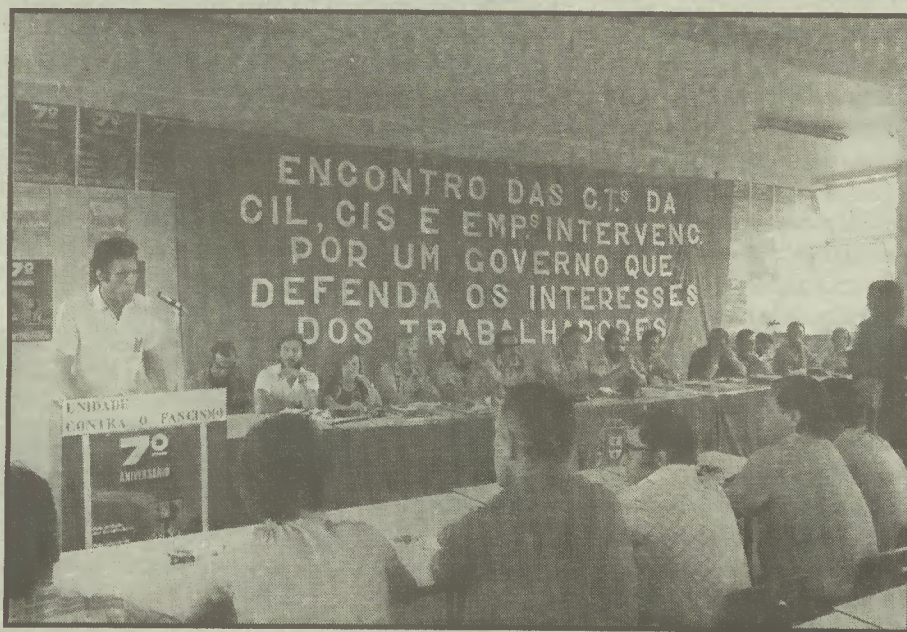
Não tiveram tempo! O Movimento das Forças Armadas desencadeou na madrugada do 25 de Abril uma revolução vitoriosa que teve a adesão imediata do povo português, autenticada no dia 1.º de Maio de 1974 pelas classes trabalhadoras que ao longo de décadas e corporizando por milhares de homens e mulheres, quase sempre anóni-

mos, com o risco de perderem o emprego, a liberdade e por vezes a vida, cimentaram os alicerces onde Abril sustentou o seu projecto e o seu ideal.

Homens e mulheres que fizeram a história mas que não cuidaram em escrevê-la. 25 anos após a data histórica sucedem-se os figurantes promovidos a protagonistas a tentar negar o papel do movimento operário no êxito da revolução libertadora.

E, tantos anos passados, isso faz-me sempre lembrar, no dia em que entrei no Palácio de S. Bento como deputado constituinte, o velho contínuo, ainda com aquela sufocante farda azul de botões dourados da Assembleia Nacional fascista, veio dar-me uns papéis para preencher e subservientemente dizer – faz favor, sr. doutor. Ante a minha afirmação de orgulho proletário – não sou doutor – dizia o pobre homem – desculpe, sr. engenheiro.

* Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, o camarada Jerónimo de Sousa foi deputado constituinte e deputado na Assembleia da República durante 18 anos, tendo sido vice-presidente do grupo parlamentar comunista e da Comissão de Trabalho da Assembleia da República. Coordenador da Comissão Coordenadora das CT's da Região de Lisboa (CIL) desde 1975. É dirigente sindical dos Metalúrgicos desde 1973.



25 anos depois

Viva a Reforma Agrária de Abril!

Para melhor se entender todo o processo da Reforma Agrária, os seus avanços e o processo da sua destruição, parece-nos bem, em primeiro lugar, referir alguns traços específicos dos campos do Sul de Portugal e a situação anterior à Revolução de Abril. O Alentejo tem características diferentes das do resto do País e da Europa. Portugal tem duas grandes zonas agrícolas diferentes, separadas pelo rio Tejo. Ao Norte do rio Tejo, temos a pequena e muito pequena propriedade agrícola. Ao Sul, temos a concentração da grande propriedade de tipo latifundista.

Existem herdades, como as Lezírias, com 23 mil hectares de terra; a herdade do Rio Frio e de Palma, com 16 mil hectares cada; a herdade da Comporta com 18 mil hectares; a herdade da Barrosinha com 10 mil hectares. Herdades entre mil e cinco mil (e mais) hectares existem centenas no Alentejo e em todo o Sul.

Outros exemplos de concentração da terra: antes da Revolução de Abril, 500 dos maiores proprietários tinham mais terra do que os 500 mil pequenos agricultores do País! Ou seja, 0,4 por cento do total das explorações agrícolas (cerca de 800 mil) concentravam 45 por cento da terra.

A estrutura latifundista marca a ausência do desenvolvimento nos campos do Sul. Os grandes proprietários sempre se opuseram, no Sul, à instalação de empresas, para terem mão-de-obra barata e abundante.

Na décadas dos anos de 50 a 60, concentravam-se nas vilas e aldeias rurais do Sul, com maior peso no Alentejo, mais de 250 mil trabalhadores agrícolas, homens e mulheres, sem um palmo de terra sua, representando mais de 80 por cento da população agrícola. As suas condições de vida e de trabalho eram desumanas, privados de todos os direitos, com salários de fome, o horário de trabalho de sol a sol, sofrendo longos períodos do desemprego, o seu único meio de subsistência dependia do aluguado da sua força de trabalho.

A mais modesta luta reivindicativa era logo reprimida pelas forças do fascismo, a GNR e a PIDE. Na luta pelo Pão, pelo Trabalho e pela Liberdade, milhares de trabalhadores (entre eles militantes comunistas) foram presos, torturados e condenados a longas penas de prisão. Muitos deles perderam a vida, como, por exemplo, Germano Vidigal, de Montemor-o-Novo, em 1945; António José Patuleia, de Vila Viçosa, em 1947; Alfredo Lima, de Alpiarça, em 1950; Catarina Eufémia, de Baleizão, em 1954; José Adelino dos Santos, de Montemor-o-Novo, em 1958; António Adângio e Francisco Madeira, de Aljustrel, em 1962. E outros.

Na repressão contra os trabalhadores, estes encontraram sempre pela frente, juntos, os agrários e o fascismo. Conhecemos casos, quando os trabalhadores desempregados iam pedir trabalho aos agrários, em que estes lhes respondiam: «Vão comer palha!»

Importa destacar que o operário agrícola do Alentejo não tem espírito de camponês. Nunca teve terra sua. Sempre trabalhou a terra dos agrários em grandes colectivos, em ranchos de 20, 30, 50, 70, 100 e mais trabalhadores. As terras das grandes herdades, pela sua enorme extensão e tipo de culturas, não podem ser trabalhadas com pouco pessoal. Os agrários eram obrigados a contratar grandes ranchos de trabalhadores.

Quando o operariado agrícola exige a terra a quem a trabalha, é para a trabalhar colectivamente, ele não quer a terra dividida em parcelas. Para ele, a terra é um bem da sociedade e deve cumprir a sua função económica e social, ou seja, produzir bens e assegurar emprego, não ser um privilégio de meia dúzia de senhores.

Ao falarmos de alguns traços do proletariado agrícola do Sul, gostaríamos de referir, em breves linhas, uma das suas mais importantes lutas contra o fascismo e os agrários, que foi a conquista das 8 horas de trabalho.

No 1.º de Maio de 1962, um amplo movimento de massas, organizado pelo PCP, abrangendo cerca de 200 mil trabalhadores agrícolas, homens e mulheres, do Alentejo e parte do Ribatejo e Algarve, movimento que tomou forma de greve e levantamento, impôs aos agrários e ao fascismo, pela primeira vez na História de Portugal, o horário das 8 horas de trabalho nos campos do Sul!

A luta começou a ser organizada nos começos de 1957, dirigida pelo PCP desde essa data até à vitória. O fascismo ainda tentou esmagar o movimento de massas, mas a luta foi mais forte e venceu. No final de 1962, o horário das 8 horas estava implantado nos campos do Sul! Foi uma magnífica luta vitoriosa dos trabalhadores agrícolas do Sul!

A forte resistência antifascista, a experiência de organização, a combatividade, a elevada consciência de classe e de unidade dos trabalhadores agrícolas do Sul, em particular do Alentejo, são inseparáveis da vida e da luta do PCP. A partir dos anos de 40 até à Revolução de Abril poucas eram as localidades mais significativas do Alentejo que não tivessem organização ou militantes do Partido. Não há grandes lutas no Alentejo contra o fascismo onde não esteja a voz e a intervenção política do PCP.

Na longa caminhada dos 48 anos de luta sem tréguas contra a ditadura fascista e a exploração dos agrários, os trabalhadores agrícolas do Sul nunca encontraram ao seu lado outra força política que não fosse o PCP. Por isso, o PCP foi e continua a ser a força política mais influente no Sul, sobretudo no Alentejo. O proletariado agrícola do Sul foi, de facto, um

dos grandes bastiões da resistência antifascista, resistência que foi sempre crescendo com o PCP até à Revolução do 25 de Abril.

O avanço para a Reforma Agrária

No Alentejo (e no País), os primeiros meses da Revolução de Abril decorriam numa grande efervescência revolucionária, com comícios, manifestações, sessões, reuniões, etc. Nos campos do Sul crescia uma grande exigência — **A Reforma Agrária, A Terra a Quem a Trabalha! Aumentar a Produção, Ter Emprego!**

O processo revolucionário não encontrou no Alentejo um proletariado agrícola fraco, despolitizado, desorganizado, sem experiência. Ao contrário, a Revolução de Abril encontrou nos campos do Sul uma grande força organizada, com experiência, combatividade, sabendo o que queria, com uma escola de luta de muitos anos nas condições duras da luta contra o fascismo, tendo a seu lado, na primeira linha, o PCP.

Os grandes proprietários responderam à Revolução com agressividade, com sabotagem económica, não produzindo, fazendo despedimentos, não dando emprego, deixando estragar as culturas, deslocando máquinas e gado para fora da região, etc. Entretanto decorria com rapidez a criação dos sindicatos agrícolas do Sul que, no final de 1975, já contavam com mais de 70 mil sócios, uma grande força dos trabalhadores.

Crescia uma pergunta constante: Que fazer? Os agrários faziam sabotagem. Não produziam nem davam emprego. Havia mais de 700

milhares e milhares de trabalhadores, avançando rapidamente para as ocupações, começando, em geral, pelas terras incultas.

Só em Julho de 1975, e devido à luta, sai a Lei da Reforma Agrária, a Lei 406-A/75, de 29 de Julho, e outra legislação (V Governo Provisório). Mas nessa altura, seis meses depois da Conferência, os trabalhadores já tinham ocupado mais de 500 mil hectares de terra. Estavam formadas 500 UCP's — Unidades Colectivas de Produção — dando emprego a 71 mil trabalhadores, homens e mulheres, ou seja, mais 50 mil do que no tempo dos agrários. Os trabalhadores lançaram-se rapidamente e corajosamente no caminho da produção.

O processo da Reforma Agrária foi um grande movimento de massas, um movimento revolucionário que avançou com grande rapidez. A resistência dos agrários foi abafada.

Interessa dizer que o comportamento dos proprietários facilitou o rápido avanço para as terras. Se, porventura, tivessem saído oportunamente a Lei da Reforma Agrária; se os agrários têm avançado para a produção e dado emprego, talvez o processo da Reforma Agrária não tivesse sido aquele que efectivamente foi.

Pela primeira vez na História de Portugal, a Reforma Agrária de Abril liquidou grande parte da estrutura latifundista da terra. O poder dos agrários ficou muito destruído. O flagelo do desemprego foi liquidado. Nas UCP's da Reforma Agrária não havia exploração do homem pelo homem. A terra passou a ser trabalhada colectivamente. Nascia uma nova agricultura. Nascia uma forma superior de trabalhar a terra — as **Unidades Colectivas de Produção**. Nascia uma nova vida, uma nova esperança!

A formação das UCP's foi criação dos trabalhadores e do processo revolucionário de Abril, não foi nenhuma invenção de «cima». As UCP's são uma forma superior de fazer agricultura, como a Reforma Agrária de Abril o demonstrou. As UCP's criaram rapidamente os seus estatutos, os



A mecanização da agricultura sofreu um grande impulso durante a Reforma Agrária

mil hectares de terra inculta no Sul. Aumentava a exigência: **Avante com a Reforma Agrária, A Terra a Quem a Trabalha!** Crescia a vontade de produzir, de ter emprego, de cortar o passo à contra-revolução.

No final de 1974 têm lugar as primeiras ocupações de terras nos distritos de Beja, Évora e Santarém (Sul do Tejo). **A Terra a Quem a Trabalha** já era uma reivindicação dos trabalhadores na luta contra a ditadura. A exigência da Reforma Agrária foi consagrada no Programa do PCP, aprovado no VI Congresso, em 1965.

A 9 de Fevereiro de 1975, o PCP convoca a I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, em Évora. Participaram 30 mil trabalhadores e técnicos agrícolas, homens e mulheres, com grande participação da juventude. Participou também Alvaro Cunhal, então secretário-geral do PCP.

Depois de uma profunda e ampla discussão em torno do problema da terra, do comportamento dos agrários, considerando as exigências da Revolução de Abril e a vontade dos trabalhadores, a Conferência decidiu avançar para as terras incultas e abandonadas. Ao mesmo tempo, na área do poder político, as forças que se opunham ao avanço da Revolução procuravam, a todo o custo, adiar a saída de uma lei da Reforma Agrária.

Imediatamente a seguir à Conferência, nas vilas e aldeias do Sul, formam-se centenas de comissões, num vasto movimento de massas, envol-

seus órgãos directivos, eleitos dentro das normas estatutárias, com a prestação regular de contas aos seus cooperantes.

Tem grande significado político e progressista os nomes escolhidos para cada uma UCP. Vejamos, por exemplo:

Terra de Pão, Esquerda Vencerá, Estrela do Alentejo, Vitória É Nossa, Liberdade, Grito da Revolução, Resistência Popular, Vitória do Povo, Poder Popular, Cravo Vermelho, Nascer do Sol, Nova Esperança, Sol Nascente, A Lua É de Todos, Pão para Todos, 1.º de Maio, 25 de Abril, Estrela da Manhã, É Difícil mas É Nossa, Resistir É Vencer, Nascer do Dia, Bento Gonçalves, Terra de Catarina, Germano Vidigal, Vasco Gonçalves, Alvaro Cunhal e centenas de outros de sentido igual.

No processo de formação das UCP's, nos primeiros tempos, houve sérias dificuldades. As herdades mais pobres não tinham máquinas, nem sementes, nem gado. Foi necessária a solidariedade e a ajuda das UCP's mais ricas com máquinas, gado, sementes e jornadas de trabalho. Em muitos casos os trabalhadores reuniram as suas economias para comprar máquinas e outro equipamento para produzir. Foram momentos de muito trabalho, esforços, sacrifícios e imaginação. Foi uma luta heróica e corajosa!

Ao analisar o processo da Reforma Agrária, importa dizer que ela avançou, obteve grandes êxitos, foi defendida e resistiu 15/16 anos porquê foi um movimento de massas e teve na primeira linha do combate a

António Gervásio*

força do PCP. Sem a força do Partido, sem a sua luta organizada, a Reforma Agrária não teria avançado nem teria resistido meia dúzia de anos.

O processo da Reforma Agrária não foi um acto de «ocupações selvagens» ou de «roubo de terras» como os inimigos da Revolução de Abril têm gritado. A decisão de avançar foi um acto de justiça, progressista e generoso, no interesse do povo e do País. Os trabalhadores não ocuparam as terras para as dividir entre si mas para as pôr a produzir, aumentar a produção, assegurar emprego, servir o País. Os trabalhadores não tiveram medo da Reforma Agrária, não se assustaram com a Revolução. Só aqueles, na área do poder político e fora dele, que se opuseram ao avanço da Revolução, só esses tremeram de pavor!



O trabalho tem outro gosto, criando emprego e riqueza. Em cima, na Cooperativa do Mouchão do Inglês, em Alpiarça. Em baixo, o trabalho voluntário e solidário, numa jornada de 1975, na UCP Estrela Vermelha

A Reforma Agrária de Abril colheu um amplo movimento de simpatia e solidariedade em todo o País, ultrapassando as nossas fronteiras. Centenas de excursões dos meios urbanos e das zonas dos pequenos agricultores, nos fins-de-semana, deslocavam-se para visitar as UCP's levando a sua solidariedade e, em muitos casos, jornadas de trabalho voluntário.

Diversos países então socialistas e países capitalistas da Europa fizeram chegar a sua solidariedade activa à Reforma Agrária de Abril, com ofertas de máquinas, alfaias, sementes e outra solidariedade.

Os êxitos obtidos

Nos primeiros anos, ainda sem grande ofensiva, as UCP's alcançaram importantes resultados. Vejamos apenas algumas referências comparativas com a situação anterior à Reforma Agrária:



A terra a quem a trabalha. António Gervásio intervindo, em 1975, numa conferência de trabalhadores das herdades colectivas do distrito de Évora

res de alentejanos regressaram às suas terras para irem trabalhar nas UCP's;

— Criaram-se diversas estruturas unitárias, como os **Secretariados Distritais** (e alguns concelhios) das UCP's, organismos com um papel de primeira importância. As **Conferências da Reforma Agrária e Encontros de Culturas** foram outras estruturas de capital importância. Realizaram-se 12 Conferências entre 1976 e 1989. As Conferências faziam o balanço do trabalho realizado e das deficiências e apontavam as medidas e os planos de produção para o ano agrícola seguinte.

As Conferências da Reforma Agrária tinham uma participação massiva. Em geral participavam quatro a cinco mil delegados e convidados e muitas delegações de todo o País e de países estrangeiros. As Conferências encerravam com um grande comício, nos primeiros anos com 15 e 20 mil (e mais) pessoas de vários pontos do País, onde eram lidas as conclusões.

Interessa referir uma questão importante: nas UCP's não havia distribuição de lucros no final do ano. Se a UCP tinha lucros, esses fundos transitavam para o capital social da UCP, para comprar máquinas, sementes, gado, e para melhorar as regalias dos cooperantes. Os trabalhadores não ficavam à espera que o salário caísse do céu ou dos cofres do Estado. Para obter melhores salários e mais regalias era necessário produzir melhor, gerir melhor, valorizar a formação. Esta experiência fez aumentar o sentido de responsabilidade dos trabalhadores.

Os extraordinários resultados da Reforma Agrária, a sua força, a sua experiência, a solidariedade, a ampla onda de simpatia demonstrada por todo o País e no estrangeiro causaram pavor nas forças mais conservadoras e reaccionárias da sociedade portuguesa. A Reforma Agrária, mal deu os primeiros passos, começou logo a ser atacada pela ofensiva dirigida pelo poder político.

A ofensiva destruidora

A ofensiva violenta contra a Reforma Agrária foi programada e dirigida pelo poder político, pelos sucessivos governos de direita ou ligados à direita. Os seus responsáveis são o PS, o PSD, o CDS, coligados ou não. Foram eles, nos sucessivos governos, a seguir a 1976, que dirigiram a ofensiva destruidora. Para eles era impossível a entrada de Portugal na chamada CEE com uma Reforma Agrária avançada! Procuraram o caminho da sua destruição violenta. Sem a ofensiva do poder político, com armas, a Reforma Agrária não teria sido destruída. Os agrários, só por si, não tinham força para isso.

O PS, no I Governo Constitucional (1976), foi o primeiro a abrir guerra contra a Reforma Agrária. Ele anulou a Lei 406-A/75 e fez uma nova lei, a Lei 77/77, que ficou conhecida como a célebre Lei Barreto (nome do seu autor). Essa lei (e outra legislação) foi concebida para devolver as terras aos antigos donos através de engenharias jurídicas e técnicas, como as chamadas «reservas» e as pilhagens das melhores terras, máquinas, gado, culturas, instalações, cortiça e outros bens, assim como através da desorganização da vida das UCP's e da sua descapitalização, etc.

O poder político mobilizou poderosos meios militarizados, com centenas de GNR's e PSP's, com cavalos, metralhadoras, bastões eléctricos, viseiras, «chaimites», «jeeps», cães-polícias, helicópteros e outros meios repressivos como os julgamentos sumários (por desobediência).

Nos distritos foram criadas estruturas descentralizadas do aparelho de Estado, com quadros técnicos e políticos para dirigir a ofensiva. Eles mobilizaram agricultores contra a Reforma Agrária, incitando-os a pedir terra das UCP's (para mais tarde os agrários tomarem conta dessa terra).

A ofensiva estendeu-se por 15/16 anos, desde 1976, até por volta de 1990/91. Os anos mais duros da ofensiva foram entre 1977 e 1985/86 (7 a 8 anos), com os governos de Nobre da Costa, Mota Pinto, Maria de Lurdes Pintasilgo, Sá Carneiro, do Bloco Central (PS/PSD), Cavaco Silva. E os ministros (do MAP) António Barreto, Vaz Portugal, Luís Saia, Basílio Horta, Ferreira do Amaral, João Goulão, Alvaro Barreto, Cardoso e Cunha, Arlindo Cunha e outros ministros e secretários.

- Área semeada — mais 139,3%;
- Área de regadio — mais 126%;
- Cabeças de gado — mais 112%;
- Máquinas e alfaias — mais 169,6%;
- Postos de trabalho — mais 50.000 que no tempo dos agrários;
- Emprego assegurado e com direitos e aumento de salários;
- As UCP's obtêm importantes aumentos na produção, na produtividade, na mecanização, usando sementes seleccionadas, gado de raça e novas culturas, como as de estufa, o tabaco e outras;
- Constroem-se vacarias para ordenha mecânica, estábulos para engorda, novas barragens, «charcas» e «furos», oficinas mecânicas, lagares de azeite, adegas, talhos, padarias, cantinas, supermercados, creches, jardins de infância, centros de dia para reformados e outras estruturas ao serviço das populações, como transportes, etc.;
- Nasceram contactos e negócios entre as UCP's e os agricultores do Norte e do Centro do País. A Reforma Agrária atraiu a juventude. Milha-

Viva a

Destacaram-se na repressão e insultos contra os trabalhadores diversos graduados das forças policiais, designadamente os capitães Jerónimo Santos, Correia Dias, Matias, Garcia; os tenentes Miguel Santos e Ferro; os sargentos Ramos, Biléu, Maximino e outros.

Por altura de 1980/82, a ofensiva já tinha dado um forte golpe na Reforma Agrária. Vejamos alguns dados:

- 570 mil hectares roubados das melhores terras, cerca de 50% das terras das UCP's
- 40 mil postos de trabalho destruídos;
- 212 mil cabeças de gado roubadas;
- 110 mil máquinas e alfaias tiradas;
- Mais de 2 mil trabalhadores, homens e mulheres, espancados e feridos;
- Muitos milhões de contos de dívidas às UCP's, de bens pilhados;

- Em 27 de Setembro de 1979, no governo de Maria de Lurdes Pintasilgo, na UCP Bento Gonçalves, em Montemor-o-Novo, a GNR matou dois trabalhadores da Reforma Agrária quando defendiam bens da UCP. Esses trabalhadores chamam-se **António Casquinha** e **José Geraldo** (de Escoural). Até hoje, os responsáveis destes crimes não foram julgados!

Na defesa da Reforma Agrária travaram-se centenas de duras batalhas. Apenas um exemplo concreto para demonstrar a envergadura dessas batalhas: no dia 2 de Abril de 1980, na aldeia de Pias - Beja - 500 GNRs, com 80 «jeeps», cavalos, viseiras, bastões eléctricos, «chaimites» e cães-polícias atacaram a UCP Esquerda Vencerá. A batalha trava-se dentro da povoação, com correrias de rua em rua e até de casa em casa, pedradas, tiros, pancadaria e feridos dos dois lados. Depois de várias horas, a ofensiva não conseguiu os seus objectivos e a luta venceu.



A Reforma Agrária em festa. Uma foto de Maio de 1977, na Cooperativa 3 de Outubro, em Alvalade do Sado

reforma agrária

A resistência

Ao longo dos 15/16 anos de resistência e duros sacrifícios, de dia e de noite, com armas desiguais, os trabalhadores e técnicos agrícolas demonstraram grande coragem, imaginação, e um forte sentido do interesse nacional. Ao mesmo tempo que era preciso arranjar forças para defender as UCP's e os seus bens, era igualmente preciso reunir forças para continuar a produzir para melhor resistir. Ao mesmo tempo que era necessário apostar todas as forças na produção, era necessário fazer concentrações, manifestações, recolher centenas de milhares de assinaturas para abaixo-assinados, fazer marchas com milhares de trabalhadores, com centenas de máquinas, nos distritos e em Lisboa, exigindo o fim da ofensiva. Milhares de trabalhadores deram tudo da sua força, de dia e de noite, para defender a Reforma Agrária e as suas UCP's, por vezes com risco da própria vida, como **Casquinha** e **Geraldo**.

É necessário afirmar com clareza:

- Não foram os trabalhadores das UCP's que destruíram a Reforma Agrária; que devolveram a terra aos antigos proprietários; que reconstituíram de novo os latifúndios e destruíram a agricultura!
- Não foram os trabalhadores nem o povo que tiveram medo da Reforma Agrária de Abril!
- Não foram os trabalhadores das UCP's que indemnizaram os grandes proprietários com 60 milhões de contos, por terem sido expropriados pela Revolução de Abril!
- Quem destruiu a Reforma Agrária e a agricultura foram os mesmos que destruíram as nacionalizações e reconstituíram os grandes grupos monopolistas ligados ao imperialismo. Foram as forças políticas no poder que, depois de 1976, têm governado o nosso país!

25 anos depois...

Temos estado a falar da Reforma Agrária, mas essa Reforma Agrária de Abril já não existe, foi destruída, como já referimos. De novo, um por cento dos proprietários concentram 45 por cento da terra! De novo há mais de 700 mil hectares de terra inculta. De novo voltou o desemprego. As herdades dos agrários estão cheias de mato, cercadas de arame farpado, com coutadas de caça. Se algumas herdades têm rebanhos de gado é porque ainda existe o subsídio da União Europeia...

Não existe uma política agrícola nacional em defesa da agricultura. A agricultura portuguesa está votada à destruição! O Alentejo vive hoje uma situação de crise e de abandono como há muitos anos não vivia! 18% da população activa está desempregada, sobretudo mulheres. Não há praticamente emprego. Acentua-se a desertificação humana e o envelhecimento da população. O Alentejo perdeu em 10 anos (1981 a 1991) cerca de 40 mil habitantes. Desde 1950 que a sua população vem baixando. Em 1991, a população do Alentejo era igual à de 1920 (70 anos depois!). E prevê-se que no ano 2000 a sua população seja igual à de 1911 (80 anos depois!). De 1950 a 1991 (em 40 anos), o Alentejo perdeu 240 mil habitantes! Eis as marcas negras da ofensiva, da existência do latifúndio, da política de direita, do abandono e destruição do Alentejo!

25 anos depois, o povo português comemora os 25 anos da Revolução portuguesa, uma Revolução que trouxe profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais na sociedade. 25 anos depois importa fazer uma reflexão sobre os avanços e recuos, quem puxou pela Revolução e tem defendido as suas conquistas, quem se opôs ao seu avanço; o que foi destruído e quem destruiu; o que é preciso fazer para derrotar a política de direita; que tarefas se impõem para unir todas as forças progressistas do País no sentido de retomar o caminho que a Revolução de Abril abriu ao povo português.

25 anos depois, nós, comunistas, continuamos a afirmar: há que continuar a luta unida e organizada, sem tréguas.

25 anos depois, continuamos a lutar e a dizer: Portugal e o Alentejo precisam de uma nova Reforma Agrária, precisamos de uma verdadeira Lei da Reforma Agrária que ponha fim à estrutura latifundista da terra; que entregue a terra a quem a trabalha - aos trabalhadores, aos agricultores sem ou com pouca terra e ao sector privado que deseja fazer agricultura.

25 anos depois, coloca-se de novo ao povo português: é necessário unir forças, fazer convergir as vontades e a luta, não aceitar a política de direita e de abandono que destrói o Alentejo.

25 anos depois, a luta ensina-nos e confirma uma grande verdade: com a Reforma Agrária, com água, com investimentos produtivos no desenvolvimento, com emprego estável e com direitos, com o Poder Local Democrático, com a derrota da política de direita, criando condições para a formação de um governo democrático, com uma política de esquerda ao serviço dos trabalhadores e do povo português, podemos garantir que **Portugal e o Alentejo têm futuro!**

Notas

* Actual membro da Comissão Central de Controlo do Comité Central do PCP, o camarada António Gervásio foi durante muitos anos - e nomeadamente durante aqueles que viram a Reforma Agrária nascer, crescer e defender-se corajosamente - membro da Comissão Política do CC, com a responsabilidade da Organização Regional do Alentejo. O artigo que hoje o «Avante!» publica foi a base de uma intervenção do camarada em debates realizados em Espanha, na Casa da Cultura de Badajoz; e na Universidade da Estremadura, em Cáceres, em que participou nos dias 7 e 8 deste mês, a convite da Esquerda Unida.



As conferências da Reforma Agrária, momentos altos de debate sobre o trabalho feito e sobre as perspectivas, encerravam com grandiosos comícios. Évora, 1976. Álvaro Cunhal fala aos trabalhadores alentejanos



Resistência. A destruição da mais bela conquista revolucionária não se fez sem luta. Aqui, em Março de 1986, a GNR entrega o gado da UCP S. Brás do Redondo aos agrários

Nacionalizações

■ Fátima Messias (*)

Repór a verdade histórica

Nas comemorações dos 25 anos do 25 de Abril não há bicho careto que não venha fazer a sua interpretação do que foi, do que poderia ter sido o acto e o processo revolucionário de Abril, particularmente no que se refere às suas transformações e realizações. Restringindo os factos e o valor de Abril à conquista da liberdade, “esquecem-se” as transformações económicas e sociais ou lembram-nas como “excessos”, designadamente as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo de gestão.

No fundo, criar a ideia que Abril não foi feito contra nada nem contra ninguém, já que toda a gente está de acordo com o valor intrínseco da liberdade, salvo uns quantos pides e alguns saudosistas. Quanto ao papel opressor e explorador das grandes famílias monopolistas e dos agrários durante a ditadura fascista, as tentativas para sabotar a jovem democracia saída da revolução, através dos seus envolvimentos e financiamentos a conspirações e golpes, silêncio!

É claro, quando hoje vemos outra vez algumas dessas famílias, sozinhas ou aliadas ao capital estrangeiro, a tomarem conta de sectores básicos e estratégicos por resultado das privatizações, percebem-se as razões dessa rasura da história. Até os Mello ou Champalimaud podem comemorar... a sua liberdade!

Antes de Abril

Um dos aspectos essenciais da política da ditadura fascista de Salazar e Caetano, particularmente depois da 2.ª Guerra Mundial, foi a rápida formação de grandes grupos monopolistas que passaram a dominar a economia nacional graças à intervenção do Estado, obrigando à concentração industrial e bancária e à formação do capital financeiro. São célebres a lei da Reorganização Industrial de 1945 e do Fomento Industrial de 1972, autêntica bíblia do capitalismo monopolista do Estado.

As relações entre a indústria e os bancos foram-se estreitando. Os capitais bancários e industriais começaram a enlaçar-se e acabaram por fundir-se, surgindo o capital financeiro e, por sua vez, a oligarquia financeira. As principais vítimas desta concentração e centralização capitalistas foram as classes trabalhadoras, brutalmente exploradas, e parte significativa da pequena e média burguesia, arruinada pela absorção e liquidação das suas empresas. Há dados estatísticos que demonstram que entre o final da década de 50 e meados da década de 60, desapareceram 10 000 empresas e milhares de explorações agrícolas.

Associando-se posteriormente em sociedades anónimas, para as quais procuraram atrair pequenos capitalistas, iludindo-os com a mira dos lucros fáceis, a fim de utilizar os seus capitais económicos em proveito próprio.

Em 1961, das 697 sociedades anónimas, só 249 distribuíram dividendos. Em 1971, no conjunto da economia nacional, 168 sociedades, que correspondiam a 0,4% das 40 mil sociedades existentes, detinham 53% do capital social de todas as sociedades. 7 bancos do total de 17, detinham 83% dos depósitos e 83% da carteira comercial. Em 1973, sete grandes grupos monopolistas dominavam a economia nacional: CUF, Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges & Irmão, Nacional Ultramarino e Fonseca & Burney. Eram grupos donos de grandes grupos associados ao imperialismo estrangeiro que com eles participavam na exploração e opressão do povo português e dos povos das colónias portuguesas.

A fusão do poder dos monopólios com o poder do Estado surgiu com mais nitidez na década de 60 com os elementos típicos do capitalismo monopolista do Estado: na redistribuição do rendimento nacional através do Orçamento, nas isenções e vantagens fiscais, nas subvenções, financiamentos e créditos, na ampliação de um mercado privilegiado e garantido, no encargo com infra-estruturas não rentáveis, no reforço do sector da propriedade do Estado naquilo que dava prejuízo, foi um fartar vilanagem à custa da miséria, da exploração, do atraso, da guerra, da emigração.

O capitalismo monopolista do Estado não era apenas uma totalidade social e económica. Continha aspectos políticos e ideológicos que no seu conjunto tendiam a agudizar-se, a entrar em conflito e contradições, a chocar-se com os interesses do povo português e dos povos coloniais, a confrontar-se com a luta de todas as classes e camadas sociais antifascistas, antimonopolistas, anti-imperialistas e anticolonialistas.

Em 1974, a profunda crise interna que atingia o regime fascista fazia adivinhar o colapso. O ascenso da luta, o isolamento internacional, a guerra colonial, colocavam na ordem do dia o derrubamento da ditadura fascista. Coube essa tarefa ao Movimento das Forças Armadas que em 25 de Abril derrubou a ditadura e restituiu a liberdade ao povo português. Abril foi uma revolução! Não se

limitou a arrancar o poder político aos monopolistas e latifundiários, mas criou condições para lhes arrancar também o poder económico.

As nacionalizações, consagradas posteriormente como conquista irreversível na Constituição, a par da Reforma Agrária, a participação dos trabalhadores na vida das empresas através do controlo de gestão, constituíram alicerces e um vigoroso impulso para a democracia e o desenvolvimento.

A História haverá um dia de contar o insubstituível papel e a verdadeira importância das nacionalizações, inseparáveis da conquista da liberdade pelo povo português e tornará conhecidos os casos do benefício para as populações que representaram a abertura de balcões da banca nacionalizada em lugares recônditos do território nacional sempre desprezados pelos banqueiros privados, a electrificação generalizada do território e o investimento promovido pela EDP em muitos concelhos esquecidos do país, as transformações ocorridas em benefício de largos estratos da população nos casos dos Transportes, da Indústria e dos Serviços. Os trabalhadores passaram a ter mais direitos.

Todos os sectores estratégicos da nossa economia — a banca, os seguros, a energia, os transportes e as comunicações, as principais indústrias como o fabrico de cimento, adubos, siderurgia — ficaram sob a responsabilidade do Estado, podendo este definir, de facto, a política para o país, não só a nível interno, como externo, estabelecendo prioridades de cooperação e alargamento das relações económicas. Mas o grande capital nunca se conformou com o domínio perdido!

A política de destruição das nacionalizações e do Sector Empresarial do Estado foi iniciada em 1977, pelo PS, desenvolvida e concretizada de forma brutal e sistemática a partir de 1985, conhecendo hoje e novamente pelas mãos de um Governo PS, um novo e forte impulso, gabando-se o actual Executivo de privatizar mais e melhor que os seus antecessores.

A privatização em curso de empresas e sectores fundamentais, incluindo importantes áreas da Administração Pública, atinge os interesses das populações, dos trabalhadores, a nossa soberania e independência nacionais e insere-se numa política de classe ao serviço do grande capital, através da qual os grupos económicos e financeiros, as multinacionais e transnacionais têm vindo a adquirir paulatinamente um elevado controlo sobre a economia e a vida nacionais.

O processo privatizador, nas duas últimas décadas, constitui um dos mais graves atentados contra os interesses nacionais da nossa História recente, com profundas e negativas consequências para o regime democrático iniciado com a Revolução de Abril.

Contrariando argumentos falaciosos, torna-se cada vez mais evidente que as privatizações não são, nem nunca foram, simplesmente uma mudança da titularidade de determinadas empresas que passam de públicas a privadas, por “não serem rentáveis”, ou pela “necessidade de aumentar a competitividade”, como sempre pretenderam fazer crer os seus defensores e principais beneficiários.

Estes posicionamentos sempre pretenderam escamotear junto da opinião pública em geral a verdadeira essência da questão: o processo económico, político e social, que abre novos espaços à acumulação e lucro privado, à custa de uma ainda maior destruição das forças produtivas e da regressão social.

Afirmar que “o Estado não tem vocação para gerir empresas”, ou “as empresas públicas não têm dinamismo, são sem dúvida falsas verdades que servem de capa a orientações e acções de aparência tecnocrática que visam a reconstituição de um modelo económico similar ao que existia antes do 25 de Abril.

As verdadeiras razões e fundamentos das privatizações, sucessivamente denunciadas ao longo dos anos pelo PCP, pelo movi-

mento sindical, pelas CT's, pelos trabalhadores, foram também sistematicamente silenciadas pelos órgãos de comunicação social detidos pelos grandes grupos financeiros.

Para os trabalhadores, um dos aspectos mais gravosos do processo privatizador, para além da redução do emprego, tem a ver com o ataque aos direitos conquistados com Abril e com as nacionalizações.

Um dos problemas mais sentidos tem a ver com a contratação colectiva. Uma parte significativa dos trabalhadores do SEE têm sido abrangidos por contratação colectiva específica (Acordos de Empresa ou Acordos Colectivos de Trabalho), contratação que é socialmente mais avançada que a das convenções sectoriais. Esta contratação colectiva é hoje posta em causa em várias empresas com a intenção clara de a liquidar, quer remetendo para a lei geral através de contratos individuais de trabalho ou para contratos sectoriais, que num caso e noutro são menos favoráveis para os trabalhadores.

Por outro lado, se olharmos para algumas das empresas públicas a privatizar ou já privatizadas, sejam do sector industrial (por exemplo: Quimigal, Cimpor, EDP, Portucel, GDP, Siderurgia) ou de serviços (por exemplo: RN, CP), verificamos que foram desmem-

bradas sem que este processo tenha sido justificado do ponto de vista económico e financeiro.

Conclui-se, isso sim, que o objectivo a atingir foi e é o de tornar as empresas mais “vendáveis”, conseguir que se tornem mais atractivas para o capital, por um lado e por outro, enfraquecer as posições dos trabalhadores ao disseminá-los pelas diversas empresas do grupo.

As privatizações, sejam directas ou indirectas, graduais ou repentinas, “transparentes” ou não, toda a privatização supõe, em si mesma, uma agressão à classes trabalhadoras.

Mas são sobretudo os interesses da economia nacional que são afectados pela política de privatizações. Como referia um ex-ministro das Finanças: “as

privatizações foram utilizadas para fazer caixa e não para fazer economia e a factura dessa opção vai surgir no final dos anos 90”.

Nem a economia nacional se animou com este processo, nem os particulares retiraram benefícios reais, uma vez que adquiriram acções com o objectivo de as vender rapidamente procurando o lucro fácil. Para além disso, conhecem-se ainda casos, como o BESCL, em que os depositantes foram usados como falsos compradores ou como o BPA e a Cimpor, em que aos trabalhadores foram apresentadas / impostas regras de acesso a linhas de crédito especiais criadas na altura da privatização, visando também, limitar-lhes a margem de manobra e eventuais contestações.

Em nome do “fortalecimento da confiança dos mercados” e na ânsia de conseguir dinheiro fresco, esta operação de esbulho do melhor património público empresarial levará num futuro não muito longínquo a perdas irreparáveis para a economia nacional.

Hoje, e como resultado desta ofensiva, o Sector Empresarial do Estado perdeu parte substancial da sua capacidade para influenciar a economia nacional, quer em resultado da diminuição do peso global em alguns dos principais indicadores económicos, quer em resultado da perda de posições em sectores tão decisivos como o financeiro, o da energia, o das telecomunicações, ou o das indústrias básicas dos cimentos, dos adubos e da química.

A defesa de um Sector Público forte e dinâmico, o combate à sua destruição e venda ao desbarato, no respeito e cumprimento pela Constituição da República e pelo modelo de sociedade nela inscrito, são imperativos democráticos e nacionais.

Defender e projectar os valores e ideais de Abril, neste seu 25.º ano e nos anos que aí vêm, significa também defender o sector público da economia como base de garante da democracia que queremos participada e participativa como Abril perspectivou!

(*) Membro da Célula da Cimpor, a camarada Fátima Messias foi presidente do ISCAL. É Coordenadora da CT da Cimpor, membro da CIL e dirigente do Sindicato das Cerâmicas.



O Partido de Abril

O 25 de Abril não tinha data marcada, a não ser no coração da maioria dos portugueses. Em muitos deles, porém, não se tratava apenas de uma esperança, mas de uma porfiada luta para que um dia acontecesse. De que esperança se tratava? Do alvorecer da liberdade, certamente. Mas a esperança ia mais longe, na senda de muitas batalhas, da experiência delas recolhida, das aspirações mais fundas do povo. Liberdade, sim, mas também justiça. E paz.

Interpretando o sentido dessas aspirações populares, um partido revolucionário resistiu ao longo das quase cinco décadas de fascismo. Um único partido se mantivera porque muito justamente soubera não só interpretar esses anseios mas se organizara para a luta difícil e prolongada em que numerosos militantes deram a vida e muitos mais perderam longos anos de liberdade nos cárceres da ditadura. Porque, apesar de na clandestinidade, se não deixara transformar numa estéril sociedade secreta. Era um partido ligado às massas, um partido dirigido e composto na sua maioria por trabalhadores, que mergulhava as suas raízes na classe operária e com ela lutava por melhores salários e mais direitos, e que, no plano político, soubera com flexibilidade e sem abdicar da sua independência de classe e da sua ideologia revolucionária, fazer a unidade com as diversas sensibilidades políticas antifascistas, construir essa unidade sem sectarismo com todas as forças e organizações políticas que ao longo das décadas apareciam e desapareciam do panorama político português, ao sabor das vicissitudes e das vacilações de classe, do oportunismo e das vãs esperanças legalistas numa «abertura» do fascismo que agitavam as várias camadas antimonopolistas que se opunham ao terror salazarista.

Sem data marcada, mas definindo a via do derrubamento do fascismo através de uma Revolução Democrática e Nacional, o Partido Comunista Português aprovou no seu VI Congresso, realizado clandestinamente em 1965, um Programa que analisava a realidade política, económica, social e cultural do País, caracterizando o regime que o dominava, definindo o fascismo português

como a «ditadura terrorista dos monopólios, aliados ao imperialismo estrangeiro, e dos latifundiários». No Programa apontavam-se com clareza os objectivos a alcançar e definiam-se as tarefas gerais a levar a cabo. Eram oito esses objectivos fundamentais:

1.º - Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º - Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º - Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º - Elevar o nível de vida das classes trabalhadores e do povo em geral; 5.º - Democratizar a instrução e a cultura; 6.º - Libertar Portugal do imperialismo; 7.º - Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º - Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

Tais objectivos correspondiam, no essencial, às aspirações populares e às necessidades do País e do seu desenvolvimento harmonioso. E desde logo, no alvorecer de Abril, no processo de derrubamento do fascismo iniciado corajosamente pelos capitães do Movimento das Forças Armadas, contrariando as

revolucionário galvanizante, de grande parte dos objectivos enunciados pelos comunistas no seu Programa.

No VII Congresso Extraordinário do PCP, realizado em Outubro desse mesmo ano de 1974, em pleno processo revolucionário, os delegados aprovaram algumas alterações a esse Programa e também aos Estatutos do Partido, e uma Plataforma de Emergência, «com vista ao cumprimento das novas tarefas imediatas colocadas aos comunistas pelas profundas transformações políticas» já realizadas em apenas seis meses.

Com desvios, contradições e perigos, o processo revolucionário aprofundou-se e na sua direcção o PCP teve papel destacado e imprescindível. Não se substituindo às massas, organizou, dirigiu, deu o exemplo na construção de um novo País, esteve na vanguarda da luta pelas transformações progressistas e na sua institucionalização constitucional, na vanguarda das batalhas na defesa das conquistas alcançadas.

Quando, em 1976, se realiza o VIII Congresso, Álvaro Cunhal assinala: «Fazendo o balanço do caminho andado, podemos verificar que a vida comprovou a análise da situação, a caracterização da revolução e a definição dos objectivos constantes no Programa do Partido.» E sublinha mais adiante: «Pode afirmar-se que a maior parte dos objectivos indicados no Programa do Partido foram alcançados pela Revolução.»

Com efeito, derrubado o fascismo, haviam sido instauradas as liberdades democráticas; os monopólios haviam sido liquidados e, com as nacionalizações, retirara-se ao grande capital a sua principal base de apoio; promovera-se o melhoramento das condições de vida do povo; instaurara-se o «controlo operário» e a gestão dos trabalhadores; com a Reforma Agrária entregara-se a terra a quem a trabalha e libertara-se da exploração latifundista grande parte

do território e muitos milhares de trabalhadores; a descolonização fora levada a cabo, dando lugar ao nascimento de novas pátrias independentes; o País seguia uma política de paz, afirmando ao mesmo tempo a sua independência e soberania.

Foram estas, no essencial, as conquistas alcançadas por Abril. São estes os valores de Abril.

E se, ao longo dos anos, na dura batalha em sua defesa, tais conquistas foram destruídas pela política de direita, restando delas, no fundamental, as liberdades e direitos constantemente ameaçados, os valores de Abril continuam a ser aqueles por que gerações de comunistas se bateram. E continuam a bater-se.

Da Resistência à Revolução

No VII Congresso Extraordinário do PCP, realizado em pleno processo revolucionário, foi apresentado o Comité Central do Partido. Dirigentes da resistência do fascismo, os camaradas que o compunham – 23 membros efectivos e 13 suplentes – somavam, em conjunto, 308 anos de prisão. Os camaradas Álvaro Cunhal (Secretário-geral), Sérgio Vilarigues, Octávio Pato, Joaquim Gomes, Dias Lourenço, Jaime Serra, José Vitoriano, Blanqui Teixeira, Carlos Brito e Carlos Costa faziam parte dos organismos executivos do CC. Desse Comité Central, composto por homens e mulheres experimentados numa luta árdua e difícil contra o fascismo e nas exaltantes jornadas da Revolução, já alguns nos deixaram. Ao longo dos anos, faleceram os camaradas Pedro Soares, Pires Jorge, José Magro, Dinis Miranda, Ângelo Veloso, Alda Nogueira, José Bernardino, Octávio Pato e, há poucos dias, António Santo. Todos, porém, continuam ao nosso lado, a inspirar as lutas de hoje e de amanhã.

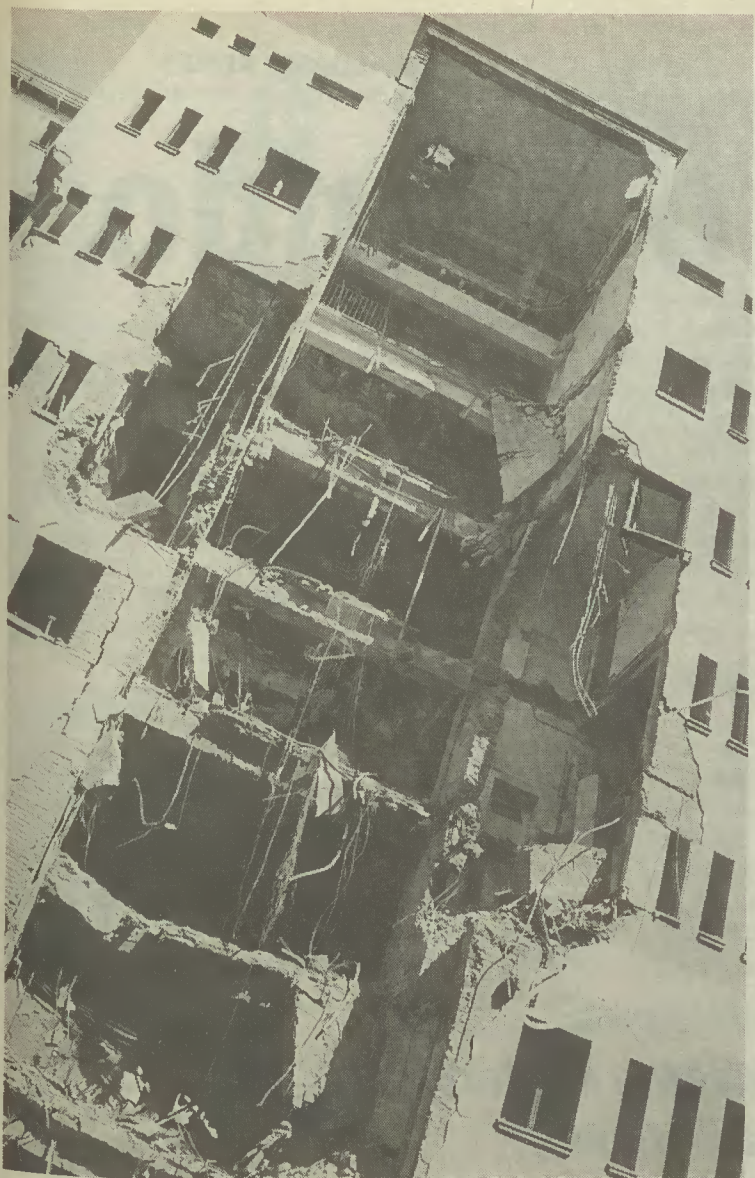
indicações que pediam a toda a gente para ficar em casa, o povo invadiu as ruas, decidido não apenas a comemorar a liberdade mas em fazer sua uma revolução democrática e nacional que poderia ter-se limitado a um golpe militar destinado a repor algumas liberdades.

A consonância entre o Programa do PCP e as linhas gerais do Programa do MFA (anunciando a intenção não apenas de democratizar, mas também de desenvolver o País numa estratégia antimonopolista e de descolonizar) facilitou grandemente a aliança que desde as primeiras horas se estabeleceu entre o Povo e o MFA. Essa aliança veio a possibilitar a concretização, num processo



Quem teve a ideia de os reunir a todos foi o nosso amigo EDUARDO GAGEIRO. Fotógrafo de Abril, convidou os nossos camaradas, que durante o período revolucionário dirigiam o Partido e eram membros dos organismos executivos do Comité Central do PCP, a reunirem-se para a fotografia. Foi no dia 15 de Outubro passado, no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, e todos os que aí se encontravam se dispuseram à foto que hoje publicamos. Da esquerda para a direita: de pé, Jaime Serra, Sérgio Vilarigues e Dias Lourenço; sentados, Octávio Pato, Álvaro Cunhal, José Vitoriano, Joaquim Gomes e Blanqui Teixeira.

EM FOCO



Belgrado resiste

As forças da NATO "vão destruir tudo aquilo a que Milosevic dê valor", afirmou há dias na Macedónia o muito humanitário comandante supremo da Aliança Atlântica na Europa, general Wesley Clark. Após um mês de bombardeamentos sem que se vislumbre uma saída para esta guerra que "a NATO não pode perder e não sabe como ganhar", a ameaça é levada muito a sério em Belgrado. Significa isso que os sérvios fogem como



Gente de todas as idades, de todos os credos políticos, de todos os estratos sociais enche diariamente as praças para afirmar a sua unidade na causa comum: a defesa da integridade da Jugoslávia e a condenação sem limites dos ataques da NATO. Ouve-se música rock, cantos tradicionais, velhas canções patrióticas, mas entre todas há uma que toca fundo o coração dos sérvios e em que qualquer um pode perceber no refrão as palavras "meu querido Kosovo"

coelhos assustados? De forma alguma. A hora é de resistência e em Belgrado resiste-se. Com dor, com medo, mas com determinação.

Muita gente abandonou a capital sérvia, naturalmente, e os hotéis a abarrotar em Budapeste, na Hungria, são bem o testemunho disso, mas a maioria dos que saíram estão apenas deslocados noutros pontos do país, em casa de familiares e amigos, em busca da segurança que deixou de existir no momento em que tudo e todos se transformaram num alvo das forças da NATO.

Muitos são ainda no entanto os que demandam a Sérvia, vindos de todos os pontos do mundo, preocupados com a família que ali deixaram quando pelas mais diversas razões empreenderam o caminho da diáspora. É fácil encontrá-los nos autocarros que diariamente fazem o percurso entre Budapeste e Belgrado desde que o aeroporto deixou de funcionar e o caminho-de-ferro se tornou demasiado perigoso. Quatro deles foram meus companheiros de viagem: um casal radicado na Suíça, uma mulher proveniente dos EUA e outra de Hong-Kong. Uma quinta passageira, residente em Belgrado, voltava de uma visita à filha radcada no Canadá.

A solidariedade que de imediato se estabelece entre todos chega a comover. O casal 'suíço' oferece bombons e batatas fritas que comem de forma compulsiva, a 'americana' dá massagens nas costas da 'asiática' extenuada pela longa viagem, a 'canadiana' dá largas aos seus protestos contra a NATO sem deixar passar em claro em tom de brincadeira que sou uma 'inimiga'.

A incompreensão dos motivos desta guerra não provocada irmana-os a todos, à mistura com uma enorme revolta e desilusão com o ocidente. Nenhum acredita nas barbaridades atribuídas aos seus compatriotas e difundidas pelos órgãos de informação dos "países livres" onde vivem. "Nós somos um povo civilizado, um povo culto, há anos que vivemos com outros povos. Temos problemas, como qualquer país, mas não somos bárbaros. Se houve abusos, se houve crimes, há que julgar e condenar os responsáveis, mas não acredito que fosse mais que casos pontuais", diz Iliana, vinda do Texas, traduzindo os sentimentos de todos. Tece críticas indiscriminadas a Clinton e a Milosevic, que acusa de não se preocuparem os povos, mas acima de tudo critica esta guerra "sem sentido, que não pode ser o meio de resolver problema nenhum".

A noite apanha-nos ainda longe de Belgrado, que em tempo de guerra são necessários muitos desvios da rota principal. Algures, os céus iluminam-se com a artilharia antiaérea a responder a um ataque e todos se calam; o silêncio é quebrado por um telemóvel: quem espera também está preocupado com quem viaja.

Belgrado é uma cidade quase deserta às onze da noite. Como me diria mais tarde Rade Drobac, responsável do Departamento de Informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, «os bombardeamentos fascistas da NATO» obrigaram os sérvios a voltarem a viver nas caves, como no tempo da II Guerra.

gas" não provocam êxodos nem espalham o terror na população, pelo que os ditos representantes dos bombardeados, oportunamente recatados longe dos bombardeamentos, clamam por mais bombas e mais destruição.

A fuga das populações das zonas bombardeadas, ensinam os novos conceitos, deve-se única e exclusivamente às acções do "inimigo" para quem a guerra não passa de um grande bacanal, já que ocupa os tempos livres a matar os homens e a violar as mulheres antes de os deixar atravessar as fronteiras para dar corpo à catástrofe humanitária que as bombas não provocam.

Finalmente, a "nova ordem" ensina que as minorias étnicas dos países não-alinhados têm legitimidade para lutar pela independência mas que o mesmo não sucede quando se trata de países alinhados, e que os alegados crimes de limpeza étnica nos países não-alinhados se combatem com a limpeza étnica da maioria e a sua confinamento a uma espécie de reserva no que sobejar dos despojos de guerra.

Neste novo mundo há que alinhar ou morrer. Desalinhados, o que será dos sérvios?

igualmente o conceito de "bombas amigas", que são aquelas que destroem casas e ceifam vidas sem olhar a etnias ou a credos políticos e religiosos, mas que o fazem em alegada defesa de uma determinada etnia e dos seus credos.

A guerra contra a Jugoslávia ensina ainda que as "bombas ami-



25 anos depois de Abril

■ ALBANO NUNES

Membro do Secretariado do CC

A Europa e o mundo

VINTE E CINCO ANOS após a revolução do 25 de Abril a guerra voltou à Europa e Portugal está directamente envolvido nessa guerra.

Trata-se de uma situação que diz bem dos retrocessos e regressões que se verificaram na Europa e no mundo neste último quarto de século. Que distância entre a dura realidade actual e as fundadas expectativas de um mundo mais seguro, mais justo e mais humano alimentadas pelo movimento operário e comunista na primeira metade da década de 70!

Quem, em Abril de 1974, poderia supor que o 25.º aniversário da nossa revolução libertadora viria a ser celebrado num contexto internacional tão negativo e perigoso, com o imperialismo procurando impor pela força bruta das armas uma "nova ordem" ao serviço do grande capital?

Quem poderia prever que em lugar dos reais avanços no sentido do desarmamento, prometidos pela Conferência de Desarmamento de Genebra e importantes acordos sobre limitação e redução das armas nucleares envolvendo a URSS, os EUA, a Grã-Bretanha, a França, e também a China, assistíssemos hoje ao relançamento do militarismo, com o aumento das despesas militares, a produção de armas cada vez mais destruidoras e sofisticadas, a recusa do imperialismo em liquidar as armas nucleares, a insistência dos EUA na "guerra das estrelas"?

Ou que, em lugar do desenvolvimento multifacetado da cooperação (económica, tecnológica, cultural) entre países e povos soberanos e iguais em direitos inscrito na Acta Final de Helsínquia assinada pelo General Costa Gomes em nome do Portugal de Abril, se assistisse hoje à cavalgada para Leste do imperialismo, com as imposições do FMI devastando países que haviam recusado o Plano Marshall, e a NATO aproximando-se ameaçadora das fronteiras da Rússia?

Quem poderia sequer admitir, naquelas jornadas de profunda unidade popular antifascista, que um dia teríamos um governo do Partido Socialista (e um Presidente da República) que arrastaria de facto o país para a guerra contra um país soberano com o qual Portugal mantém relações diplomáticas normais, sem a devida informação ao país e sem debate e decisão da Assembleia da República, desrespeitando, em suma, a própria Constituição da República?

A revolução de Abril foi em si mesma um acto corajoso de soberania, de afirmação do direito dos portugueses a decidirem eles próprios sobre o rumo do seu país; quem suporia que vinte e cinco anos depois, pela mão do "bloco central" que se apoderou do poder político, a política externa e de defesa nacional viria a ser decidida, no fundamental, em Washington e Bruxelas ou seja, no Pentágono, no Quartel-General da NATO, nas estruturas supranacionais da União Europeia?

Quem poderia acreditar que após tão entusiástica, criativa e revolucionária intervenção da classe operária e das massas populares na transformação da própria vida e na configuração das normas e instituições do novo Portugal democrático, o povo português viesse a ser confrontado com tanta arrogância e desprezo por parte do poder em relação a direitos democráticos tão duramente conquistados?

O que se passa é na verdade motivo de profunda inquietação. O envolvimento de Portugal na guerra, o desprezo pelos portugueses, o desrespeito da Constituição, o servilismo ante a NATO, os EUA e outras grandes potências, são aliás inseparáveis da brutal ofensiva do governo PS contra as conquistas e direitos dos trabalhadores, a delapidação do património público, a escandalosa política de centralização e concentração do capital e da riqueza, a destruição do tecido económico do país com a entrega do mercado nacional aos apetites das multinacionais.

O envolvimento de Portugal na guerra é afinal a expressão de uma política cada vez mais oposta aos interesses de Portugal e dos portugueses, cada vez mais afastada dos valores e ideais da revolução de Abril.

O que, longe de conduzir ao abatimento, ao baixar dos braços, deve pelo contrário servir de acicate para uma ainda mais ampla, massiva e combativa participação nas jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio. Com inquietação e mesmo algum desgosto, sem dúvida. Mas sobretudo com a convicção profunda de que, tal como a nossa própria revolução demonstra, lutar vale sempre a pena; será através da luta e da cooperação internacionalista dos comunistas, progressistas, trabalhadores e povos de todo o mundo que será possível conter a agressividade do imperialismo e inverter o perigoso rumo dos acontecimentos na Europa e a nível mundial.

Frente a uma tal situação, os comunistas portugueses não estão desarmados.

Particularmente, os documentos dos Congressos do PCP contém análises e orientações de capital importância para a compreensão da situação internacional complexa em que nos encontramos e para desvendar os caminhos da sua superação.

Insuficiências e atrasos no estudo e reflexão sobre importantes questões do desenvolvimento mundial? Sem dúvida. Mas no essencial, a vida confirmou teses fundamentais do PCP, algumas delas afirmadas a contracorrente, não apenas em relação à ideologia dominante do "pensamento único", mas no quadro das forças de esquerda, quando não do próprio movimento comunista e revolucionário.

Por exemplo, quanto à natureza exploradora e opressora do capitalismo; às nefastas consequências para a Europa e para o mundo do desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial; à natureza de classe e ao papel da social-democracia; às consequências da colaboração de classes e da "concertação social" no debilitamento do movimento operário e sindical; ao lugar central que ocupam os problemas do poder e da propriedade no processo de trans-

formação da sociedade; aos limites e contradições do capitalismo e às terríveis regressões impostas pela "globalização" imperialista neoliberal; à inevitável resistência dos trabalhadores e dos povos à "nova ordem" mundial preconizada por Bush; à necessidade dos partidos comunistas e da sua cooperação internacionalista.

Seria hoje possível a nossa revolução de Abril? Não seria ela imediatamente esmagada pela intervenção armada do imperialismo?

Como a História não se escreve no condicional, nunca sabemos o que aconteceria, salvo que o curso do processo revolucionário português teria sido bem diferente do que efectivamente foi.

Não que não tenha havido uma brutal ingerência externa nos assuntos internos de Portugal. Sob as mais diversas formas e em estreita articulação com a contra-revolução interna. E não foi só em termos de apoio político e financeiro do género da "Europa conosco", de sabotagem económica ou de chantagem política e diplomática. Foi o propósito e a preparação efectiva de intervenção militar estrangeira. Basta ler as "confissões" de protagonistas destacados do processo contra-revolucionário - como Spínola, Mário Soares ou Rui Mateus - para o compreender.

Entretanto, a correlação de forças no plano europeu e mundial era completamente diferente da actual.

Globalmente considerados, os factores de ordem externa eram

favoráveis ao triunfo da nossa revolução. Desde logo com a contribuição directa da luta libertadora dos povos das colónias portuguesas (factor da maior importância que, como internacionalistas, temos necessariamente de valorizar), mas também com o contexto global de desanuiamento na Europa, em vésperas da Conferência de Segurança Europeia de Helsínquia de 1975. Em tempos de avanço (ainda) económico, social e cultural da URSS e outros países socialistas da Europa, influenciando com as suas realizações a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. E

O envolvimento de Portugal na guerra é afinal a expressão de uma política cada vez mais oposta aos interesses de Portugal e dos portugueses, cada vez mais afastada dos valores e ideais da revolução de Abril.

de grandes transformações e vitórias por todo o mundo das forças de progresso social e do socialismo.

A década de 70 foi de facto uma década de grandes transformações revolucionárias onde avultam a derrota do imperialismo norte-americano no Vietnam, Laos e Camboja; a libertação e a instauração de regimes de orientação progressista nas colónias portuguesas; o fim das ditaduras em Portugal, Espanha e Grécia; a revolução popular e anti-imperialista no Irão, posteriormente terrivelmente subvertida; a revolução sandinista na Nicarágua; as transformações progressistas e revolucionárias na Etiópia, no Iemen do Sul, no Congo, no Zimbabwe e outros países, procurando corajosamente inovadoras vias de desenvolvimento anticapitalista que arrancassem os respectivos povos à miséria, subdesenvolvimento e opressão a que pareciam para sempre condenados.

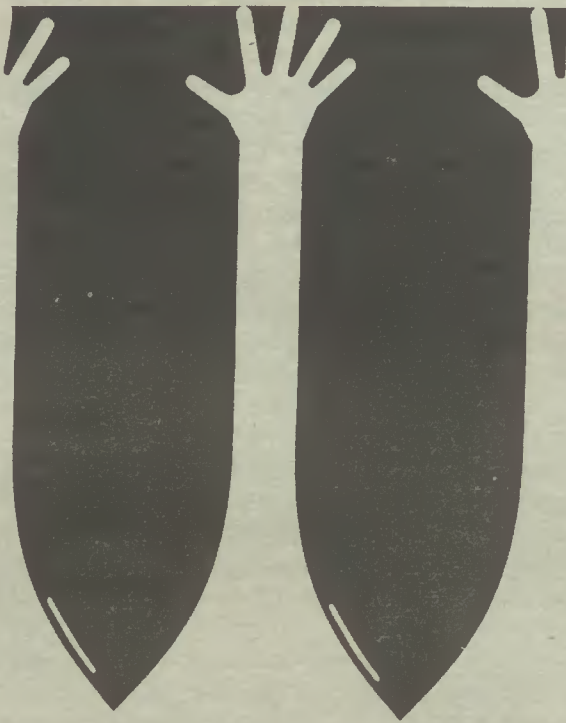
Esta situação favorável ao desenvolvimento do processo de emancipação nacional e social modificou-se radicalmente com a degenerescência da perestroika e a derrocada da URSS e de outros países socialistas do Leste da Europa. Por motivos que temos considerado e devemos continuar a aprofundar, pois têm que ver, não apenas com a radical e negativa modificação da correlação de forças em favor do imperialismo e da reacção, mas com experiências positivas e negativas que temos necessariamente de levar em conta no nosso próprio projecto de transformação socialista da sociedade.

Mas aquilo para que desde há anos alertamos é hoje uma realidade, uma dramática realidade: o imperialismo passou à ofensiva contra as conquistas históricas dos trabalhadores e dos povos, procura estender a todo o mundo o domínio do grande capital, pretende reconstituir as relações mundiais, o sistema jurídico e as instituições internacionais em função dos interesses dos EUA e do imperialismo em geral. A braços com insanáveis contradições estruturais e, desde há dois anos, com a crise económica e financeira deste capitalismo "globalizado", o imperialismo parece enveredar por um caminho ainda mais aventureiro e agressivo.

É isto que fundamentalmente está em causa na guerra contra a Jugoslávia, com cujo povo e cuja luta anti-imperialista somos activamente solidários.

É isto que temos que combater com energia, desenvolvendo um movimento o mais amplo possível contra a guerra, contra a participação de Portugal e pelo regresso dos soldados portugueses, pela dissolução da NATO.

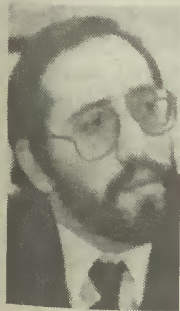
É necessário que as bandeiras da paz, da independência nacional, da luta anti-imperialista e da solidariedade internacionalista sejam bem visíveis nas acções populares do 25 de Abril e, sobretudo, do 1.º de Maio.



A Justiça e as prisões

T R I B U N A

Alguém terá dito que a verdadeira imagem de um país é dada pelas suas prisões. A forma como são tratados os cidadãos privados de liberdade é sempre, em cada país, o espelho do respeito com que são encarados os direitos fundamentais de todos os seus cidadãos. O respeito para com a dignidade dos reclusos e a preocupação com a função ressocializadora das prisões, são sinais de maturidade democrática e são questões essenciais quanto ao respeito pelos direitos humanos.



■ António Filipe

É com alguma frequência que se ouve o ministro da Justiça afirmar que nos últimos anos aumentou o investimento no sistema prisional, com a construção de mais prisões, com o alargamento de algumas das já existentes, com um esforço considerável no melhoramento das condições de reclusão. Não se nega que esse esforço tenha sido feito e que a situação do sistema prisional tenha melhorado nos últimos dois anos quando comparada com a enorme crise que atravessou nos anos de 1995 e 1996.

No entanto, a situação das prisões em Portugal continua a ser inquietante, não justificando juízos de satisfação. O sistema prisional português continua a ser mais punitivo que ressocializador. É um sistema que reflecte as disfunções da aplicação da

acaba objectivamente por reproduzir condições para a reincidência e para a consolidação de percursos criminosos.

Os dados conhecidos são preocupantes. A maioria da população prisional é jovem, iletrada e quase condenada à reincidência. Cerca de 45% dos reclusos têm menos de 30 anos. Mais de 70% não passaram do ensino básico, sendo que uma boa parte de entre eles não sabem ler nem escrever. 46% dos reclusos são reincidentes.

A sobrelotação

O primeiro problema que normalmente vem ao de cima quando se discute o sistema prisional é o da sobrelotação. Há, evidentemente, razões para isso. A lotação das cadeias portuguesas está muito acima do limite aceitável, com todos os problemas que daí decorrem e que são muitos. Mas este problema não se resolve, simplesmente, criando mais cadeias e aumentando a sua lotação. Esse investimento é necessário, mas não é suficiente para resolver os problemas de fundo. O problema de Portugal não é ter cadeias a menos, mas antes, ter presos a mais.

Ao contrário do que muitas vezes se diz, a verdade é que se prende muito, em Portugal. Temos hoje uma taxa de reclusão de 147 presos por cada 100 000 habitantes, quando em qualquer outro país da União Europeia essa taxa oscila entre os 60 e os 80.

E também não é verdade que as penas aplicadas em Portugal sejam brandas. Pelo contrário. Portugal tem a maior duração média de prisão efectiva de toda a União

são preventiva e da utilização das penas privativas da liberdade para além do que seria porventura estritamente necessário.

Mas o problema da população prisional não reside apenas no seu excesso, em termos quantitativos. O que acontece é que, enquanto nas prisões se amontoam os toxicod dependentes e outros autores de pequenos delitos, os criminosos de colarinho branco ostentam a impunidade e os sinais exteriores de riqueza. Enquanto a maioria dos toxicod dependentes não tem, nem maneira de se tratar, nem meios para se defender, nem um sistema de defesa oficiosa condigna, e sofre implacavelmente a acção da Justiça, os autores de crimes de corrupção, de fraudes de grande dimensão, de branqueamento de capitais de origem criminosa, escapam facilmente às malhas de um aparelho judiciário que nunca foi convenientemente preparado para os combater e eximem-se facilmente à aplicação da Justiça usando todos os meios que a própria acção criminosa lhes facultava. Numa palavra, a população reflecte fielmente as consequências de uma Justiça socialmente injusta.

Quando se verifica que dos cerca de 10 mil presos que cumpriam penas nas nossas prisões, em finais de 1997 cerca de 8 mil cumpriam penas por crimes contra o património ou por crimes relativos a estuprofacientes, sendo a sua maioria toxicod dependentes, facilmente concluímos que, em vez de mais prisões, do que precisamos é de mais CAT's, de mais comunidades terapêuticas, de uma legislação que encaminhe os toxicod dependentes para o sistema de saúde e não para o sistema prisional.

Também não é verdade, ao contrário do que por vezes se pensa, que a maioria

dos reclusos se limite a cumprir uma parte relativamente reduzida das penas a que foi condenada. Não só isso não é verdade como nos últimos anos tem diminuído a concessão de liberdade condicional. E pior. No caso de cidadãos estrangeiros a quem tenha sido aplicada pena acessória de expulsão após o cumprimento da pena de prisão, o que se verifica é que não só a pena é cumprida rigorosamente até ao fim, sem liberdade condicional e sem saídas precárias, como a expulsão é executada de imediato e sem dar sequer a possibilidade de um con-

tacto directo com a família.

O que verdadeiramente falta em Portugal são sistemas credíveis de medidas alternativas à prisão. A utilização das medidas de trabalho a favor da comunidade não tem expressão (em 1997 houve apenas 14 casos de aplicação destas medidas). Escasseia a utilização do regime aberto. Tardam as medidas de controlo que permitam substituir com vantagem o recurso à prisão preventiva. Não se verificam, na prática, casos de suspensão provisória de processos relativos a toxicod dependentes para tratamento, não obstante o

enorme efeito prático que esta medida poderia ter, pelo facto de não haver qualquer comunicação digna desse nome entre os tribunais e o sistema de saúde.

A situação da saúde

De facto, a saúde constitui um dos mais graves problemas com que se confronta o sistema prisional e para o qual só têm sido encontradas respostas precárias, pontuais e assentes em boas vontades.

A população prisional é, como se sabe, extremamente carenciada. Muitos reclusos entram na cadeia já com graves problemas de saúde ou pelo menos com grandes carências de assistência médica. É uma situação para a qual a prisão evidentemente não concorre, mas que não pode deixar de tentar resolver, tanto mais que esta situação se agrava e potencia no ambiente prisional.

Com uma população prisional em que avulta a presença de inúmeros toxicod dependentes, onde há uma enorme taxa de seropositividade, onde alastram doenças infectocontagiosas, é urgente encontrar respostas para as gritantes insuficiências que os serviços prisionais revelam e reconhecem a este nível.

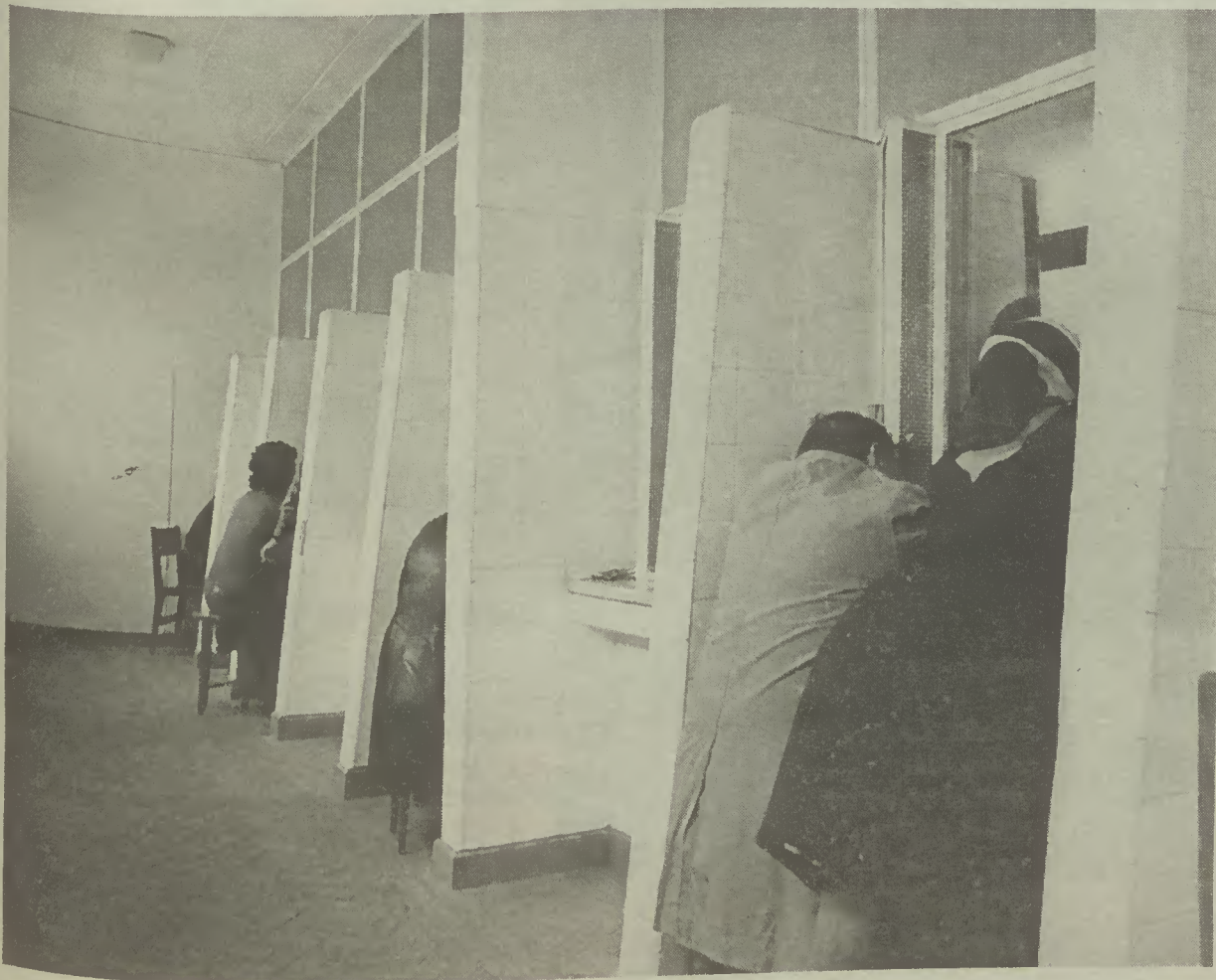
Dispondo apenas de um hospital prisional central (em Caxias), de algumas enfermarias criadas em estabelecimentos prisionais, de uma comunidade terapêutica em meio prisional (no EPL) e de algumas alas livres de drogas, e a braços com uma impressionante falta de meios humanos quanto a médicos e enfermeiros, os serviços prisionais têm procurado responder a este gravíssimo problema através de protocolos com o SPTT e com serviços regionais do Ministério da Saúde. Só que uma questão tão grave como é a da saúde nas prisões não pode ser resolvida apenas com base na boa vontade, embora ela seja, como em tudo na vida, indispensável.

É preciso que, para além do protocolo com o SPTT que permitiu iniciar a introdução de programas de redução de riscos em meio prisional e que importa intensificar, se desenvolva uma mais ampla cooperação entre os ministérios da Saúde e da Justiça que permita dotar as prisões com os recursos técnicos e humanos indispensáveis para assegurar condições aceitáveis de assistência médica nas prisões.

Pode dizer-se, em resumo, que os graves problemas do sistema prisional, estão muito longe da resolução. Dirá o Governo que investiu muito mais no sistema prisional do que os governos anteriores e que, em comparação com a situação existente há uns anos, as coisas melhoraram. Simplesmente, a comparação que tem de ser feita não é com as condições deploráveis que existiram no passado, mas sim com o mínimo que se exige para que sejam hoje respeitados direitos elementares dos cidadãos.

Como refere o Provedor de Justiça na introdução ao relatório que elaborou sobre o sistema prisional, «resulta do nosso ordenamento jurídico que a privação da liberdade não deve consistir no simples pagamento de uma dívida do delincente para com a sociedade. Antes, a prisão deve procurar alcançar os objectivos de uma assistência prisional e pós-prisional com vista a auxiliar os presos a prosseguir, uma vez recuperada a liberdade, uma vida de acordo com os princípios de uma sã convivência social dentro dos parâmetros da Constituição».

Falta ainda muito, porém, para que esse objectivo possa ser atingido.



Justiça. Está cheio de pequenos delinquentes, presos preventivamente, ou a cumprir sucessivas penas pela prática reiterada de furtos ou de crimes ligados à toxicod dependência, mas faltam lá os criminosos de colarinho branco e os poderosos, que a Justiça se revela incapaz de punir. É um sistema que se confronta com gravíssimos problemas quanto à assistência médica aos reclusos, sendo um meio de grande incidência e de propagação da toxicod dependência, da SIDA e de outras doenças contagiosas. É um sistema que, visando prevenir e combater a criminalidade,

Europeia, que aumentou aliás de 36 meses em 1994 para 44 meses em 1997.

Há evidentemente razões que conduzem a esta situação. A falta de condições para a prevenção da pequena criminalidade, a nula prioridade que durante muitos anos foi dada ao policiamento de proximidade, a criação de um clima de alarmismo entre a população gerador de naturais sentimentos de insegurança, que o Partido Socialista tanto usou como arma política quando se encontrava na oposição, contribuíram para criar uma pressão da opinião pública no sentido do uso e abuso da pri-

Eleições para o Parlamento Europeu

Um novo rumo para a União Europeia

O Encontro Nacional do PCP, realizado em 10 de Abril, sobre as eleições/99 aprovou por unanimidade uma declaração programática dedicada ao próximo acto eleitoral para o Parlamento Europeu, marcado para o próximo dia 13 de Junho. Devido à extensão do documento, extraímos algumas partes que focam as questões que estão hoje no centro do debate europeu, as suas repercussões para Portugal, bem como o projecto de Europa pelo qual os comunistas portugueses se batem.

A declaração salienta que «a vida política, económica, social e cultural em Portugal é hoje profundamente condicionada por orientações e decisões tomadas em instâncias da União Europeia», considerando que «o progresso do País e o bem-estar dos portugueses e das portuguesas, no respeito e salvaguarda da soberania e independência nacionais» passa por «um novo rumo da construção europeia em domínios essenciais – económico, social, político, militar».

Isto significa «uma União Europeia não orientada, no plano institucional, por um projecto federal. Não alicerçada, no plano económico, num neoliberalismo sem peias e incapaz de responder às necessidades do ser humano. Não perspectivada, no plano externo, para uma completa subordinação aos interesses estratégicos do imperialismo norte-americano, através da NATO».(...)

«Com o Tratado de Maastricht, confirmado e continuado em Amsterdão, a União Europeia aprofundou o caminho iniciado com o Acto Único, pelo qual foi consagrado o mercado interno, e com o qual foi posto termo a todas as barreiras à livre circulação de capitais e mercadorias». Este caminho, afirma a declaração, é «particularmente vantajoso para os interesses do grande capital e das principais potências económicas», mas tem «evidentes desvantagens para os aparelhos produtivos mais débeis, como o português, assim colocados de forma brusca e sem suficientes defesas, num mercado aberto e face a uma concorrência desigual».

Por outro lado, «acênou orientações anti-sociais, bem evidenciadas pelos cerca de vinte milhões de desempregados e cinquenta milhões de pobres e excluídos, hoje existentes no espaço europeu comunitário, e a subalternização da coesão económica e social».

«Foi aprofundado o projecto federal, através de mudanças qualitativas introduzidas nos tratados, determinantes de sistemáticas transferências de competências, até então exclusivas dos Estados, para o nível comunitário. Com a União Económica e Monetária (UEM) e, acima de tudo, com a criação do Banco Central Europeu (BCE). Mas também com a Política Externa e de Segurança e com a introdução de novas políticas comunitárias e a adopção de novas regras de funcionamento das instituições».(...)

«O neoliberalismo deu passos significativos, especialmente pela imposição de regras rígidas para a concretização da moeda única e de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização económica e social.»

Social secundarizado

A declaração recorda que a igualização no progresso das condições de vida e de trabalho foi consagrada logo no Tratado de Roma; a política comunitária de ambiente e a coesão económica e social no Acto Único Europeu; e o capítulo sobre a política social surge no Tratado de Amsterdão.

Contudo, trata-se de «um compromisso aparente e desigual» já que «tudo o que interessa ao mercado único e à moeda única tem prazos e regras definidos e é prontamente cumprido. Aquilo que mais interessa aos trabalhadores, aos povos, às pessoas e regiões mais desfavorecidas, é posto em segundo plano ou ameaçado».

Motivo da contestação dos povos são a «crescente transferência de competências dos Estados para o nível supranacional», assim como a consequente «governamentalização das decisões, a secundarização do papel dos parlamentos nacionais e o afastamento dos cidadãos dos centros de decisão».

«Crescente contestação merece igualmente o facto de, a coberto da instrumentalização da estabilidade monetária e cambial, através das diminuições drásticas dos défices orçamentais e da dívida pública, venha a proceder-se ao “emagrecimento” dos orçamentos nacionais. Na concretização deste objectivo destacam-se o ataque às despesas sociais, o desmantelamento de serviços públicos e as aceleradas privatizações de importantes empresas e sectores da economia pública, não só como estratégia de reconstituição dos grupos monopolistas, mas também como forma de arrecadar receitas e, assim, equilibrar os Orçamentos do Estado.

«Também o facto de a União Europeia pretender afirmar-se

como bloco político-militar, agravado pela subordinação sistemática relativamente aos Estados Unidos e à NATO – uma vez mais confirmado com a criminoso agressão à Jugoslávia – suscita naturais apreensões e contestações. São também consequência dessa política a subalternização e desvalorização do papel da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) nas questões

de segurança e da paz na Europa.»

As incidências em Portugal

Apesar das importantes transferências financeiras da União Europeia para Portugal, nomeadamente no domínio das infra-estruturas, o tecido produtivo nacional continua a confrontar-se com situações difíceis, afirma a declaração.

Com a mais baixa produtividade da União Europeia, Portugal mantém o predomínio de sectores de mão-de-obra intensiva e de baixas produtividades e, já com o sector público em larga medida desmantelado, registam-se grandes dificuldades em áreas relevantes da vida económica, como a agricultura, os têxteis, as pescas, a construção naval, o sector mineiro, a siderurgia, o comércio tradicional, entre outras.

As assimetrias de desenvolvimento entre litoral e interior não param de acentuar-se, ao mesmo tempo que aumenta o desemprego,



subestimado pelas estatísticas, e se degrada a qualidade de emprego.

A declaração chama a atenção para as importantes decisões nos próximos tempos serão tomadas na União Europeia e que poderão resultar em dificuldades acrescidas para Portugal. É o caso das reformas institucionais, a concretização do euro, o alargamento da EU e as negociações no âmbito Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nomeadamente, o documento sublinha que são previsíveis novas tentativas de aprofundamento da via federal, visando em especial a eliminação da regra da unanimidade para questões particularmente relevantes, e sua substituição por sistemáticas tomadas de posição por maioria, bem como a eliminação do direito de veto em questões de interesse vital.

Igualmente, o PCP rejeita propostas tendentes à reponderação dos votos dos Estados membros, nas votações por maioria, em benefício dos grandes países; limitação do número de membros da Comissão de tal forma que, na única instituição com poder de iniciativa legislativa, alguns países poderiam não estar nela representados; consagração das

«línguas de trabalho», com inevitável discriminação das que o não fossem; eliminação do princípio da rotatividade da presidência, actualmente assumida semestralmente por cada um dos Estados membros.

No âmbito da concretização do Euro, o Pacto de Estabilidade continuará a constituir um forte constrangimento às políticas orçamentais nacionais, condicionado «de forma mais acentuada os investimentos públicos e as despesas sociais, educativas, na saúde ou na habitação, sob o pretexto de eliminar por igual e por igual forma – sem atender às diferenças de desenvolvimento e às necessidades e prioridades nacionais específicas – os défices orçamentais e as dívidas públicas dos diferentes Estados».

Esta orientação é já visível no quadro financeiro de médio prazo adoptado em Berlim, que prevê para os actuais quinze Estados membros apenas 0,9% do PNB comunitário em 2006, o terá inevitavelmente reflexos negativos nas diferentes políticas comunitárias, afectará a coesão económica e social e, certamente, criará graves dificuldades a futuros alargamentos».

«Simultaneamente, o BCE, passando a definir autonomamente as políticas monetárias e cambiais, e orientado-se obsessivamente pelo controlo da inflação, tenderá a não atender à necessidade de tomar decisões geradoras de investimento e de emprego. Esse risco é particularmente preocupante na ausência de qualquer controlo de tal organismo.

«A previsível ocorrência dos chamados “choques assimétricos”, no contexto da actual crise internacional e da concretização da UEM, e na ausência de fundos específicos que os acaulem, prefiguram situações difíceis para os países de menor desenvolvimento, como é o caso de Portugal.»

Quanto ao alargamento da União Europeia a dez países do Centro e Leste europeus e a Chipre, o PCP salienta que «em caso algum poderão ser os países de menor desenvolvimento a pagar os custos do alargamento, para mais na certeza das vantagens económicas que outros – os mais poderosos – dele certamente retirarão».

Deste modo, os comunistas defendem que «a Comunidade deverá dotar-se de meios suficientes para efectuar os novos alargamentos, sem prejuízo da coesão nos actuais e futuros Estados membros».

O PCP manifesta-se igualmente preocupado com as negociações no âmbito da OMC, designadamente com as pressões americanas e das transnacionais no sentido de que se avance rapidamente na liberalização total do comércio mundial.

«A tentativa de instituir o Acordo Multilateral de Investimentos – verdadeira carta magna dos direitos das transnacionais que, nascida no seio das instâncias da OCDE, alguns pretendem agora transferir para a OMC – e a recente «guerra das bananas» pela qual, de forma simbólica mas profunda, os Estados Unidos puseram em causa tradicionais parcerias e acordos preferenciais da União Europeia com países de outras zonas do mundo, nomeadamente de África, Caraíbas e Pacífico, dão o sinal da importância e dos riscos destas negociações», já evidenciados nas alterações da Política Agrícola Comum (PAC), de que resultaram reduções dos preços de garantia aos agricultores.

Mais e melhor desenvolvimento

Salientando o «património de intervenção e de realização ímpares e inestimáveis» dos três deputados do PCP no Parlamento Europeu, em defesa dos interesses nacionais e populares, por um novo rumo para a União Europeia, a declaração define as várias vertentes de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, que passam designadamente por uma completa absorção dos fundos comunitários, pela participação mais activa das instituições democráticas nacionais, em especial da Assembleia da República e dos deputados do PE, das autarquias locais, das organizações de trabalhadores e outras de carácter social e dos agentes económicos e sociais.

O combate ao desemprego e a criação de emprego é considerada como «uma primeira prioridade da UE, o que pressupõe mudanças profundas na política económica e monetária, com o abandono das orientações neoliberais e restritivas e o aumento do investimento público e dos incentivos à produção e à dinamização do mercado interno.»

O PCP defende um Europa social, solidária e de coesão, uma Europa de cooperação, com mais respeito pela soberania dos Estados; uma Europa aberta ao mundo e de paz.

Os deputados comunistas continuarão empenhados no desenvolvimento da cooperação e convergência dos partidos comunistas, forças e partidos progressistas e de esquerda.

Uma grande votação na CDU será uma importante contribuição para uma efectiva viragem à esquerda na política portuguesa e para um novo rumo na construção europeia, assente na cooperação entre os povos e países iguais em direitos.

■ Ana Serrano

Recenseamento, assembleias e secções de voto

Mobilizados e atentos às novas regras

A pergunta: porquê votar para o Parlamento Europeu?, pode responder-se de diversas formas. A primeira e a principal é naturalmente a que está directamente relacionada com o muito trabalho desenvolvido pelos deputados, as questões colocadas, os relatórios feitos, os problemas levantados.

Em todo o caso, parece existir um hiato manifesto entre o trabalho realizado pelos deputados no quadro institucional que está criado, e a informação ao potencial eleitor, ao cidadão e por vezes às próprias organizações do Partido. Este défice de informação, de intervenção e de consciência em relação a este tipo de problemas resulta invariavelmente na alta percentagem de abstenção associadas à história das eleições para o Parlamento Europeu.

Estes problemas são ainda difusos na consciência do eleitor médio. Os aspectos jurídicos e económicos andaram bem mais depressa do que os aspectos empíricos sociais e materiais.

O desconhecimento e a distância relativamente ao Parlamento Europeu confirma que não basta eleger, por sufrágio universal e directo, para mobilizar activistas e eleitores.

A par da divulgação, debates, visitas e propaganda, os aspectos relacionados com o recenseamento eleitoral ou com a participação nas assembleias e secções de voto são parte integrante da actividade política. Fornecem informação e formam os seus intervenientes dotando-os de instrumentos fundamentais para a fiscalização e acompanhamento do processo eleitoral.

A nova lei que estabelece o regime jurídico do recenseamento eleitoral (já em vigor) e muitíssimo pouco divulgado por quem tem

As comissões recenseadoras, agora com carácter permanente, mantêm o seu funcionamento nas Juntas de Freguesia, e são compostas pelos membros das Juntas de Freguesia e por um delegado designado por cada partido político com assento na Assembleia da República, desde que recenseados naquela unidade geográfica.

Ninguém pode fazer parte de mais de uma comissão recenseadora, nem ser delegado de um partido numa comissão que funcione junto da entidade de que seja funcionário ou agente (ou seja, se é funcionário da Junta de Freguesia não pode ser delegado de um partido na comissão recenseadora correspondente).

Os delegados dos partidos exercem as suas funções por um ano, com início a 10 de Janeiro, podendo, no entanto, ser substituídos a todo o tempo. Nesta fase transitória do novo regime de recenseamento e se não foi dada nenhuma outra informação pelos partidos, consideram-se em funções, nas comissões recenseadoras, os últimos nomes de delegados indicados para este efeito.

nistração Interna de um computador a cada uma das freguesias. São conhecidos os casos em que por falta de meios financeiros ou de formação de pessoal o computador ainda está encaixotado.

Alguns anos vão ser necessários para que os bons resultados surjam, mas temos de considerar como parte integrante do nosso trabalho a necessidade de indicar delegados para as comissões recenseadoras que informem as populações do novo regime, e nas Juntas de Freguesia em que desenvolvemos actividade se reivindicarem os meios necessários para pôr em prática o que está aprovado no papel.

A actualização do recenseamento para o próximo acto eleitoral foi feita até 14 de Abril nos casos de mudança de residência ou de não inscrição e até 19 de Abril para os que tenham 17 anos e completem 18 anos até ao próximo dia 13 de Junho (dia em que se realiza a eleição dos deputados ao Parlamento Europeu).

Uma outra questão prende-se com o calendário eleitoral propriamente dito, tendo sido aprovada na Assembleia da República uma lei que alteraria alguns aspectos as datas que integram a lei em

vigor, devido a algumas peripécias a mesma não foi ainda promulgada e portanto manteve-se em vigor os prazos já tidos em conta no anterior acto eleitoral para o Parlamento Europeu.

Atenção aos prazos

Quanto ao calendário eleitoral, os prazos mais importantes e para os quais chamamos a atenção são:

- a indicação dos delegados e suplentes da Coligação às secções de voto que tem de ser feita até 24 de Maio;
- a reunião para a escolha dos membros das mesas e secções de voto é feita de 25 de Maio a 27 de Maio;
- a apresentação ao presidente da câmara municipal de nomes, no caso de não haver acordo, é feita nos dias 28 e 29 de Maio;
- o sorteio desses nomes realiza-se no dia 31 de Maio;

● até 2 de Junho afixam-se os editais nas juntas de freguesia com todos os nomes dos membros das mesas, sendo os alvarás passados até 8 de Junho;

● Cumpre lembrar que, para os casos de voto antecipado de eleitores em estabelecimento prisional ou hospitalar, os delegados devem ser indicados ao presidente da câmara até 30 de Maio, sendo esses votos recolhidos de 31 de Maio a 3 de Junho.

Uma última nota, embora já aprovada na Assembleia da República: a lei que regulamenta a bolsa de Agentes Eleitorais e que abre caminho à atribuição de um subsídio aos membros de mesa no dia da eleição não foi ainda promulgada, pelo que permanece ainda a incógnita sobre se é ou não aplicada já neste acto eleitoral.

O cumprimento de prazos e atenção às leis são, em regra, aspectos pouco simpáticos, mas o seu cumprimento relativamente à indicação dos delegados e membros de mesa e a denúncia de violação de princípios de neutralidade e imparcialidade, tratamento desigual, discriminação ou mesmo omissão da nossa candidatura, são essenciais para o nosso trabalho e resultado final.



As eleições livres e democráticas foram uma das principais conquistas de Abril. Em cima, a elaboração dos cadernos eleitorais da freguesia de Almada, em 1975. Em baixo, à esquerda, uma assembleia de voto em Vila Franca de Xira (1975). À direita, um dos primeiros comícios em liberdade, em Almada, onde é patente a exigência do direito de voto aos 18 anos

a competência e o dever institucional de o fazer, altera substancialmente o processo de recenseamento em Portugal, tendo em conta a importância que este assume quando realizamos um acto eleitoral.

Inscrição provisória

O recenseamento tem agora carácter permanente, não estando por isso limitado ao mês de Maio, como até aqui.

Qualquer jovem de 17 anos pode inscrever-se provisoriamente e vota em qualquer acto eleitoral desde que perfaça os 18 anos até ao dia da eleição. O recenseamento está agora informatizado através da base de dados do recenseamento eleitoral que tem por finalidade organizar e manter permanente e actual a informação relativa aos eleitores. Essa base deverá ser permanentemente actualizada através da informação proveniente dos ficheiros das diversas unidades geográficas de recenseamento e nas comunicações de eliminações.

Os partidos políticos, para além do direito de colaboração com as comissões recenseadoras, têm o direito de pedir informações e de apresentar por escrito reclamações, protestos e contraprotostos quanto ao processo em si ou relativamente a um acto em concreto.

Têm ainda o direito de obter cópia informatizada ou fotocópia dos cadernos de recenseamento, desde que ponham à disposição os meios humanos e técnicos adequados e suportem os respectivos encargos.

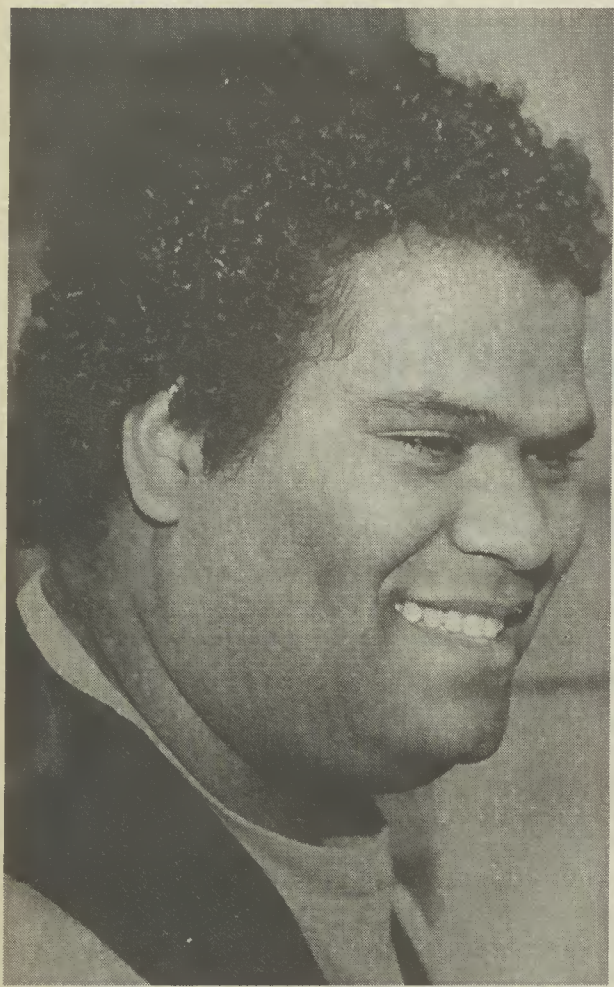
Faltam meios necessários

É por de mais conhecida a importância que assume o recenseamento eleitoral. A nova lei reforça a responsabilidade dos partidos políticos na condução e resultado de um bom recenseamento. O novo regime exige das Juntas de Freguesia um esforço e meios humanos e técnicos que muitas não têm e que de nenhuma forma se resolvem utopicamente com a mera distribuição feita pelo Ministério da Admi-

EM FOCO

**Libero Della Piana,
da Liga da Juventude Comunista dos EUA**

«O nosso país é completamente não democrático»



**Texto Isabel Araújo Branco
Fotos Sérgio Morais e arquivo**

Avante! - Podes falar-nos da situação social e política nos Estados Unidos?

Libero Della Piana - Não sei bem por onde começar... Em geral a política e a economia estão em crise. Ao mesmo tempo que as acções da bolsa sobem continuamente, os trabalhadores estão cada vez mais inseguros nos seus trabalhos, a pobreza está a aumentar, a crise no sistema educativo acentua-se...

Neste momento, o desemprego é baixo, mas se olharmos para regiões específicas a situação é muito má. É o que acontece no nordeste e nas antigas áreas industriais.

- As fábricas estão a fechar?

- Sim, as fábricas estão a fechar e está-se a fazer uma transição para a tecnologia da informação. As pessoas estão-se a mudar para oeste e para sul, para estados onde não há legislação que proteja os sindicatos e os direitos dos trabalhadores. Aqueles que antes trabalhavam na indústria e que eram sindicalizados, agora não o são e estão empregados no sector dos serviços, a receber ordenados mais baixos.

Nos últimos 30 anos, o nível de vida desceu substancialmente. As pessoas trabalham mais por menos dinheiro. Antes bastava uma pessoa trabalhar para pagar as despesas de uma família, agora são precisas três ou quatro pessoas. No entanto, sobrevive a ideia que a situação é estável, boa, próspera...

- Os EUA são o país do imperialismo. O que é que os americanos pensam disso? Acreditam nessas ideias ou não?

- Acho que acontecem as duas coisas. Por um lado, muita gente cresceu com a atitude de «somos os melhores, somos superiores, este é o melhor país do mundo, o nosso sistema é mais democrático»...

- Dizem que é mais democrático, mas a abstenção é enorme.

- Exacto. Aliás, o nosso país é completamente não democrático. Não há sistema parlamentar. Como nós dizemos, o vencedor fica com tudo. Trinta partidos não têm poder praticamente nenhum. A única forma dos partidos mais pequenos se implantarem é a nível local, nas eleições municipais.

Como disseste, muito poucas pessoas votam, menos de 40 por cento da população. E os jovens ainda votam menos. Esta alienação em relação à política beneficia apenas os capitalistas, em particular a direita e a extrema-direita, que estão a tomar o Partido Republicano.

Na Califórnia, nas últimas eleições, derrotámos um governador abertamente racista. Foi uma viragem sem precedentes dos eleitores negros que se deu por os afro-americanos reconhecerem a ameaça da extrema-direita. Nós sabemos que quanto mais trabalharmos, mais pessoas levamos às urnas, mais pessoas vão votar, mais pessoas saem à rua em manifestações.

- Voltando ao imperialismo...

- Um dos crimes do imperialismo americano é a arrogância. Muitos jovens - incluindo eu próprio - não aprendem línguas. Agora há este movimento racista para que o inglês prevaleça como língua oficial, excluindo

Libero Della Piana, representante da Liga da Juventude Comunista dos EUA, veio a Portugal para participar no VI Congresso da JCP. Em entrevista ao *Avante!*, fala da realidade de um país que nós pensamos conhecer através dos filmes e dos *media*, mas que não corresponde às informações que nos chegam.

Com 27 anos, investigador na área social, Libero

todas as outras. É horrível! É a ideia que todo o mundo deve falar inglês. O que eles dizem é: «o mundo é nosso, por isso deves aprender inglês. Se eu visito o teu país, tu tens de falar a minha língua». É uma outra forma de fazer com que americanos se sintam superiores.

- É curioso teres essa opinião, porque tens a vida muito facilitada.

- Mas a verdade é que os jovens que falam várias línguas são melhores na escola, a nível intelectual, na forma de pensar... Por isso defendemos que todos os jovens americanos devem saber mais do que uma língua.

- Quais são os principais problemas e reivindicações da juventude norte-americana?

- O grande problema é sem dúvida a crise na educação. Durante

Della Piana aponta como grandes problemas a educação, o desemprego e a droga. «A indústria da droga é vista por muitos jovens como a única alternativa à pobreza, por causa da falta de trabalho e do racismo. Ou a pessoa se torna jogador de basquetebol e ganha milhões de dólares, ou vende droga e faz dinheiro depressa. Estas são as únicas opções que são oferecidas aos jovens», afirma.

nalds!» Eles lá dizem: «Damo-lhes 10 mil dólares, se puserem um anúncio nosso no bar.»

Por outro lado, as escolas estão a ser vendidas. Em São Francisco, por exemplo, há escolas públicas dirigidas por empresas privadas. Contrataram firmas de administração que despediram os professores sindicalizados, trouxeram outros não sindicalizados e impuseram o seu próprio *curriculum*.

- Podem mesmo fazer isso?

- Sim. De facto, os responsáveis pelas escolas estão a contratá-los: «por favor, tomem conta das nossas escolas, porque isto é um desastre!». O argumento é: «tudo é melhor que isto». Eles pagam a estas empresas para destabilizar o sistema de ensino. Nas universidades, os serviços são cortados e os custos aumentam.

Voltando ao estado da Califórnia, onde eu vivo, nos últimos dois anos gastou-se mais dinheiro a construir prisões do que escolas. O que está a acontecer é que muitos jovens vão directamente para a prisão, sem passar pelo ensino. «Para quê construir escolas, se eles vão logo para a prisão?»: esta é a atitude dos capitalistas. Os afro-americanos, os latinos, os asiáticos, os nativos são quem vai parar às prisões.

- A educação é um problema, mas há outros como a droga, o crime e o desemprego.

- Falando na droga, a situação não é tão má como há 10 anos, mas mesmo assim continua muito grave.

Recentemente foi descoberto o papel da CIA na venda de droga, dentro dos Estados Unidos. Toda a gente conhece o escândalo «Iran-Contra», quando se trocavam armas por droga e dinheiro. Todos sabíamos que a CIA encorajava a venda de droga por causa dos lucros, mas o que foi revelado há pouco tempo

pela imprensa é que o FBI e a CIA vendem droga em Los Angeles e que foram eles que iniciaram a «epidemia» do *crack*, numa estratégia para ganhar dinheiro.

- Quando isso se tornou público, qual foi a reacção das pessoas?

- Revoltaram-se! Houve audições públicas, protestos... Havia quem dissesse isto há anos, mas ninguém acreditava, achavam que era ridículo! Quando se soube, o presidente negou as informações e despediram o jornalista que escreveu a história. Deu-se um instrumento às pessoas para elas verem que se trata de uma política de extermínio dirigida aos jovens, para destruir comunidades. Porque, com a droga, não são apenas vidas individuais que se perdem. É uma forma de tirar capital das comunidades.

Tudo isto faz parte do problema da pobreza e do desemprego. A indústria da droga é vista por muitos jovens como a única alternativa à pobreza, por causa da falta de trabalho e do racismo. Ou a pessoa se torna jogador de basquetebol e ganha milhões de dólares, ou vende droga e faz dinheiro depressa. Estas são as únicas opções que são oferecidas aos jovens.

As drogas são um problema social e, se não o virmos conjuntamente, não é possível fazer nada. O facto é que não há



muitos anos, os EUA tiveram um bom sistema de ensino. Nunca foi perfeito! Até aos anos 60, as escolas eram segregadas a nível de raças por lei.

Lutámos pela melhoria da educação, lutámos por que a Igreja saísse das escolas, lutámos para que o ensino público fosse obrigatório para todos até ao 12.º ano. Aos poucos estamos a perder o que conseguimos conquistar nos últimos 100 anos.

Neste momento, estão a ocorrer muitas privatizações em todo o país. Se visitares uma escola pública nos EUA, vês todos os tipos de anúncios de bens capitalistas nas paredes. Empresas de automóveis, Coca-Cola, até as Forças Armadas! Isto acontece, porque os estados e o governo retiraram os fundos às escolas. Quando é preciso construir um ginásio, o que é que se faz? «Vamos ao McDo-

“Se visitares uma escola pública nos EUA, vês todos os tipos de anúncios de bens capitalistas nas paredes. Empresas de automóveis, Coca-Cola, até as Forças Armadas! Isto acontece, porque os estados e o governo retiraram os fundos às escolas. Quando é preciso construir um ginásio, o que é que se faz? Vamos ao McDonalds! Eles lá dizem: Damo-lhes 10 mil dólares, se puserem um anúncio nosso no bar.”

EM FOCO



programas de reabilitação, não há educação, não há empregos - e assim não se pode resolver o problema da droga.

Há muitas formas de crime relacionadas com a droga. A violência está a aumentar na vida dos jovens. A primeira causa de morte em pessoas com menos de 24 anos é a violência, seguida pela SIDA. Os jovens estão a morrer novos.

Há muita violência nas escolas, criada pelo racismo e por ninguém querer saber. Se eu morrer, quem se interessa? As universidades estão a fechar, não se consegue entrar, há falta de emprego... Quem se interessa se alguém te dá um tiro na cabeça? A tua vida não vale nada! Se, de facto, fores tratado como se não valesse nada, tu ages como se assim fosse.

- Como prevê o futuro de alguém que tenha agora 20 anos? Provavelmente depende da classe social, da educação, da raça.

- Claro que sim, mas em geral as perspectivas são muito más. Mesmo nos filhos da burguesia, dos ricos, há um consumo massivo de droga e ocorrem muitos suicídios. Temos uma das mais altas taxas de suicídio do mundo, das mais altas taxas de assassinatos do mundo, das mais altas taxas de toxicod dependentes do mundo. E isto no país mais rico! Porquê? Porque mesmo para os ricos o sistema está mal e os jovens sentem-no.

A única esperança é mudá-lo. O que me dá alento é que os jovens sabem disso, sabem que é preciso mudar. Há cada vez mais pessoas a dizer que não querem viver assim. O que interessa se pudermos comprar mais CDs do que em qualquer outro país?

- Os EUA são um país tradicionalmente anticomunista. Quais são as dificuldades que os comunistas enfrentam?

- Temos crescido muito junto dos jovens. No último ano e meio, recebemos mil novos membros, na sua maioria alunos do ensino secundário.

O mais interessante é que alguém que tenha 16 anos agora tinha nove quando a União Soviética acabou. Quando eu estava a crescer, a União Soviética era o «império do mal» e constituía o perigo do holocausto nuclear. Agora os discursos anticomunistas desapareceram, como se a história tivesse terminado. Nas escolas não se aprende que o comunismo é mau, simplesmente não se aprende absolutamente nada sobre isso. Se falares com alguém com 15 anos sobre a União Soviética, perguntam-te o que é isso.

- Assim é mais fácil falar dos ideais comunistas?

- Sim, porque de certa maneira é uma vantagem para nós, porque começamos do zero, contamos a história do princípio. E a reacção é ótima: «Nós somos por isso!» Temos muita gente a juntar-se a nós por puro protesto, basicamente porque é uma ideologia contra o capitalismo.

É um desafio educar politicamente estes novos membros. Um dos problemas que temos de enfrentar são os conceitos individualistas. A ideia predominante nos EUA é: olha por ti, olha talvez pela tua família, mas nunca pela comunidade e muito menos pela tua classe. Esta atitude está em todos e naturalmente nos mais jovens. Ensinar a colectividade é um processo muito difícil.

Os meus pais eram membros de igrejas, organizações de direitos cívicos e sindicatos. Agora, os jovens pais nunca pertenceram a nada na vida, nem sequer a um clube social ou desportivo. Temos de começar do princípio, porque quando uma pessoa se torna membro é um começo, mas é mesmo apenas o começo. Os jovens não se apercebem disso, pensam que se inscreveram e pronto, está tudo feito. Ao contrário, agora é que está tudo a começar!

- A atitude em relação aos comunistas mudou, mas mesmo assim é difícil, não é? Na mentalidade das pessoas, o comunismo continua a ser mau.

- Não é nada fácil. Muita gente continua a ter atitudes anticomunistas, nomeadamente a população emigrante porque muitos emigrantes chegam a partir de países que eram socialistas.

A propaganda anticomunista ainda existe, não só na extrema-direita (nazis, Klu Klux Klan...) mas também nos liberais. Nos EUA, o espectro é tão distorcido... Lá chamam a

“Os ataques à Jugoslávia começaram na semana em que as universidades fecharam para as férias e isso não foi uma coincidência. Os estudantes sempre foram uma força contra a guerra. Aconteceu o mesmo em Dezembro, com os ataques ao Iraque.”

Bill Clinton socialista e dizem que implementam medidas socialistas.

O nosso partido vive com o legado do «maccartismo», a altura em que a nossa direcção foi presa e perseguida. Esse medo ainda existe. Agora somos legais, agimos publicamente, mas está sempre presente o medo do que pode vir a acontecer. «Se me tornar militante, o que me pode acontecer? Se for emigrante, posso ser deportado?» Até há poucos anos, o partido era muito... íntimo, por causa do medo do que podia acontecer. Temos de ir para a rua e isso é assustador para pessoas que estiveram presas.

Tenho de falar de um dado positivo. Há dois anos, a Federação do Trabalho dos EUA e o Congresso dos Industriais retiraram a cláusula que dizia que um comunista não podia fazer parte de um sindicato. Foi uma grande vitória, uma coisa por que o Partido trabalhou durante muitos anos, uma coisa importante também para o movimento dos trabalhadores, que se isolou de toda a esquerda.

- Concretamente qual é a implantação da Juventude Comunista?

- Temos cerca de 2100 membros. Crescemos muito no último ano, especialmente através da internet. Recebemos 60 novos membros por semana por e-mail.

- Como são esses pedidos de inscrição? Limitam-se a preencher o formulário e não fazem mais nada?

- Esse é apenas o princípio. Temos muitos novos membros em áreas onde não estamos organizados. Um jovem numa cidade pequena decide inscrever-se e pergunta como é que começa. Nós preparamo-lo, pedimos que recrute mais dez militantes e eles começam a organizar-se.

No Verão, promovemos viagens de autocarro para diversas zonas do país para visitarmos novos membros e para ajudar a formar grupos. O maior crescimento dá-se no sul, tradicionalmente muito conservador e racista, onde quase não tínhamos presença. Temos poucos recursos, somos uma organização pequena, mas os jovens estão a bater à nossa porta e nós temos de responder.

- Como é um militante típico?

- Metade dos nossos membros são alunos do secundário, 30 por cento são universitários e o restante são trabalhadores. Há muita

“Muita gente nos Estados Unidos nunca se apercebeu como é ser rico, por isso é difícil para eles pensar que há outras maneiras de viver diferentes da deles. Eu vi como os ricos vivem e fiquei tão zangado por viver num bairro com crime e lixo nas ruas, que ficavam só a dez minutos de distância de grandes mansões!”

gente nova, o que constitui um desafio. Racialmente somos muito diversos, mas a maioria dos novos militantes são latino-americanos ou negros. Temos mais mulheres que homens. A maioria dos jovens vem de famílias da classe trabalhadora, mas também temos filhos de sectores liberais.

Procuramos ser representativos no comité nacional, com pessoas de todas as raças e religiões, mulheres, homossexuais, gente de origens geográficas diferentes. A própria organização está a crescer e a mudar. O nosso país é enorme e não nos podemos encontrar todos com facilidade. Temos de ser criativos, usamos a internet e outros meios.

- Qual é a tua história? Como é que vieste para a Juventude Comunista?

- Eu cresci numa zona rural, numa pequena cidade nas montanhas, no Utah, um estado muito conservador. Vivi as dificuldades de uma família de trabalhadores, vi com os meus olhos as diferenças entre as classes.

- A tua família também é comunista?

- Não, o meu pai é anarquista e a minha mãe lutou sempre pelos direitos cívicos. Eles influenciaram-me muito. Os meus pais eram trabalhadores, mas eu frequentei uma escola privada e vi de perto os ricos, os privilégios, a forma como me tratavam.

Muita gente nos Estados Unidos nunca se apercebeu como é ser rico, por isso é difícil para eles pensar que há outras maneiras de viver diferentes da deles. Eu vi como os ricos vivem e fiquei tão zangado por

viver num bairro com crime e lixo nas ruas, que ficavam só a dez minutos de distância de grandes mansões! A ironia dos EUA é que temos os mais ricos e os mais pobres a pequenas distâncias entre si.

- Também te inscreveste através da internet?

- Não, na verdade comecei numa organização trotskista, mas tive uma péssima experiência. Quando fui para a faculdade, conheci a Liga da Juventude Comunista. Filiei-me por ser a única organização que abarca as experiências de todos os membros. No ano em que me tornei militante, entrei para o comité nacional.

- Rápido...

- Muito rápido... Provavelmente, nos EUA deve ser mais fácil tornarmo-nos dirigentes comunistas do que em qualquer outro país. Se és bom, agarra-mos-te logo!

Para mim o processo está sempre a mudar, está sempre a

crescer. Estou continuamente a aprender como ser um comunista melhor. Aprendo imenso com miúdos de 15 anos e tento trazer esse conhecimento para a organização. É por isso que conhecemos a realidade e não ficamos colados a ideias preconcebidas.

- Qual é a vossa posição em relação à política exterior dos EUA?

- Essa é uma das áreas mais importantes no nosso trabalho, porque estamos no coração do imperialismo. Sabemos que o mundo espera muito de nós. Os EUA são militar e economicamente um agressor perigoso, por isso somos contra as intervenções americanas, em particular as militares.

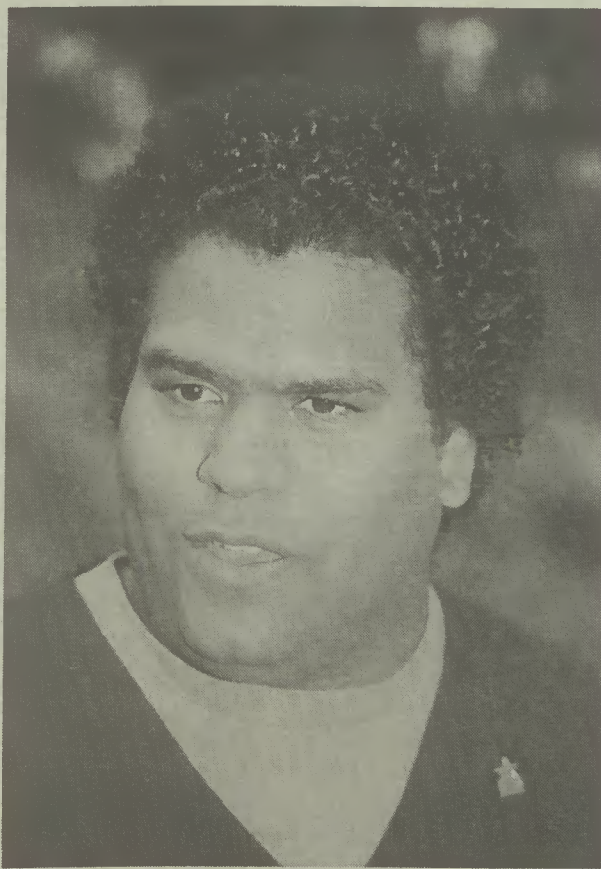
- O que pensas da guerra na Jugoslávia?

- É completamente criminosa. Os ataques começaram na semana em que as universidades fecharam para as férias e isso não foi uma coincidência. Os estudantes sempre foram uma força contra a guerra. Aconteceu o mesmo em Dezembro, com os ataques ao Iraque.

A política dos EUA não representa os jovens e os trabalhadores. A maioria dos americanos opõe-se a este tipo de agressões. Um dos nossos objectivos é dizer às pessoas o que se passa no mundo.

- E em relação ao bloqueio contra Cuba?

- Acabar com o bloqueio é um dos nossos fins. Isto é algo com que todos concordam, até os jovens republicanos. Mesmo que não concordemos com a política de Cuba, todos dizemos que o bloqueio tem de acabar. Os EUA têm muito que aprender com Cuba. Veja-se a saúde, a educação, a luta contra o racismo.



Trabalhadores exigem um travão para a ABB

Da salvação apregoada à destruição continuada

A reestruturação levada a cabo na metalomecânica pesada pela ABB mais não foi do que a destruição de várias empresas, a alienação de grande parte do património e a redução da capacidade produtiva, apesar de o responsável da multinacional em Portugal se ter apresentado como o salvador daquele ramo de actividade.

A denúncia foi feita na semana passada, pelas estruturas representativas dos trabalhadores, que se concentraram frente à sede da empresa, em Alfragide, para reclamar uma intervenção dos órgãos do poder e da opinião pública face à ameaça de um novo despedimento colectivo.

Antes da ABB

Nos documentos que distribuíram aos jornalistas, os representantes dos

A Sorefame (fundada em 1943) ligou-se tecnologicamente a Neyrpic, a qual deteve uma posição accionista significativa. Os seus produtos estão espalhados por quase todos os continentes onde adquiriram um prestígio muito importante. O capital accionista foi predominantemente estatal (IPE).

A ABB nasceu em 1988, fruto da fusão da ASEA com a BBC. Em 1990, entra em força no País, começando por deter 40 por cento do

Foram alienados ou abandonados os interesses das empresas nacionais no Brasil, Angola, Moçambique e África do Sul, porque foram considerados mercados de pouco interesse.

A reestruturação, salientam os representantes dos trabalhadores, mais não foi do que a destruição de várias empresas do sector, a alienação de grande parte do património das empresas constituintes do grupo Senete — nomeadamente, a ex-Mague e a ex-Sorefame — e, consequentemente, a redução da capacidade produtiva, de tal forma que **podrá pôr em causa a viabilidade da execução do projecto da Barragem do Alqueva nas actuais fábricas da Amadora e de Setúbal**, apesar de, na altura, o responsável da ABB em Portugal, eng. Carlos Dias, ter afirmado que «salvou a metalomecânica pesada nacional».

Este processo de reestruturação dividiu a Sorefame em dois blocos: a **ABB Hidro** (Hidrosorefame) e a **ADtranz** (responsáveis, respectivamente, pela produção de equipamentos para centrais hidroeléctricas e para sistemas ferroviários).

Em consequência dos alinhamentos internacionais de capital, a ADtranz está actualmente separada da ABB.

A ABB Hidro, a ex-Mague e as restantes empresas integradas na ABB, SA sofreram um atrofamento acelerado, através do seu espalhamento e reestruturações sucessivas, que não visaram senão a redução de efectivos, a alienação de património e a redução da capacidade produtiva, no intuito óbvio de eliminar uma capacidade

produtiva concorrente e monopolizar o mercado, desviando a sua tecnologia e produção para outros países, onde a mão-de-obra é ainda mais barata.

Quem pára a ABB?

Apesar do clima de terror que tem sido denunciado nas empresas da ABB Portugal, os trabalhadores têm manifestado as suas preocupações e o seu descontentamento, quer através de greves e manifestos à opinião pública, quer junto dos órgãos do

Poder, nomeadamente, primeiro-ministro, Presidência da República, Provedor de Justiça, ministro da Economia, Ministério do Trabalho e Solidariedade e grupos parlamentares do PCP, PS, PSD e CDS, a quem foi entregue um memorando e uma moção aprovados pelos trabalhadores e solicitada uma audiência urgente.

Aos órgãos da Comunicação Social foi feito na semana passada mais um apelo, no sentido de sensibilizar os responsáveis do Governo e exigir a tomada de medidas que salvaguardem

os interesses da indústria nacional e a manutenção dos postos de trabalho.

Perante o exposto, os delegados sindicais e membros das CTs dizem que pretendem, tão-somente, denunciar a forma como a multinacional ABB tem vindo impunemente a destruir as empresas da metalomecânica pesada, desviando o seu mercado, desactivando a sua capacidade produtiva, despedindo ilegalmente trabalhadores e implantando nelas um autêntico



Mais exploração menos direitos

A ABB Portugal facturou em 1998 cerca de 200 milhões de dólares, o que corresponde a 80 milhões de contos, o dobro da facturação realizada em 1997 (40 milhões de contos).

No entanto, com total desprezo pelo livre direito à negociação, cortou o diálogo e impôs aumentos salariais considerados ridículos (2 por cento) e que foram de imediato repudiados, pois não tiveram em linha de conta a inflação verificada, nem sequer contemplam todos os trabalhadores.

Aos membros dos organismos representativos dos trabalhadores e do Comité Europeu de Empresas são restringidos os direitos de exercício da actividade para que foram eleitos, havendo mesmo repressão, com o levantamento de um processo disciplinar a um membro da comissão de trabalhadores. Aos jornalistas foi ainda denunciado o desrespeito dos direitos de reunião dos trabalhadores, consagrados na legislação portuguesa, não são respeitados. No estabelecimento de Alfragide, onde existem cerca de 300 trabalhadores, a administração proibiu a realização de um plenário.

Nos documentos divulgados dia 17, refere-se que, progressivamente, a ABB Portugal tem vindo a reduzir drasticamente o número de trabalhadores, pois passou de cerca de 6 mil, em 1988, para 1100, em 1998. Não satisfeita, a administração continua ainda actualmente a pressionar dezenas de trabalhadores, nos estabelecimentos da Areosa, Sá da Bandeira (Porto), Alfragide e Amadora, e ex-Sepsa.

para que aceitem a rescisão dos seus contratos de trabalho, e ameaça com um novo despedimento colectivo.

Em 1995, a Hidrosorefame, para além das rescisões forçadas, levou à prática um despedimento colectivo de 154 trabalhadores, o qual foi considerado ilegal, entre outros aspectos formais, por falta de fundamento económico que o justificasse. Os trabalhadores ganharam o pedido de suspensão deste processo de despedimento. Contudo, a administração da ABB, SA recorreu a todas as instâncias possíveis e, ainda hoje, passados 4 anos, não foi dada a sentença final.

Contra o estipulado na Lei do Trabalho Temporário, passou a haver centenas de trabalhadores que, apesar de exercerem funções em postos de trabalho permanentes, estão na empresa através de empresas de aluguer de mão-de-obra. Actualmente, os trabalhadores alugados são mesmo em número muito superior aos efectivos das empresas (como, por exemplo, na ABBMSET em Setúbal e na ABB, SA — ex-Hidrosorefame, Mague e Sepsa).

Não são cumpridas as leis, nem os contratos colectivos, nomeadamente quanto a situações como a retirada abusiva de diuturnidades, a transferência de trabalhadores para outros locais de trabalho (sem que sejam pagas as indemnizações inerentes a essa deslocação e não observando a exigência de parecer prévio da CT). Verifica-se falta de informação sobre os complementos de reforma dos trabalhadores oriundos das ex-Sorefame e ex-Sepsa.

■ José Machado

Para acabar com a discriminação profissional, salarial e de sexo

Acção com êxito nas empresas de material eléctrico

Após mais de um ano de difíceis negociações, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal concluiu com a associação patronal da fabricação de material eléctrico e electrónico um acordo que acaba com o Grau 10-A, que existia no contrato colectivo de trabalho do sector desde 1977 e onde estão enquadrados mais de 18 mil trabalhadores, esmagadoramente mulheres, criando uma carreira profissional automática até ao Grau 8, na base de um perfil profissional positivo e sem polivalência.

A criação da nova carreira profissional, resultante do acordo entre a FSTIEP/CGTP-IN e a ANIMEE (Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico e Electrónico), irá permitir, de imediato (com efeitos a partir de 1 de Abril de 1999), ganhos salariais entre 2 e 3 por cento para 9 mil trabalhadores com determinada antiguidade, que estavam estagnados no Grau 10-A, garantindo no futuro ganhos para todos os demais trabalhadores, que irão integrar a nova carreira profissional.

O acordo alcançado, que consideramos globalmente positivo para os trabalhadores envolvidos e que abrange fundamentalmente trabalhadores dos maiores grupos multinacionais da electrónica instalados em Portugal — designadamente, Siemens, Philips, Delphi, Yazaki, Uta, Grundig — foi particularmente duro, tendo alcançado um objectivo com 20 anos de idade, que era a eliminação da discriminação profissional, salarial e de sexo de milhares de mulheres trabalhadoras do sector FMEE, constituindo, sem dúvida, um passo firme na dignificação profissional e salarial deste importante grupo de trabalhadores.

A luta pela igualdade profissional e salarial neste sector, entre homens e mulheres, teve uma vitória importante. Há que consolidá-la no futuro com novos passos.

Negociação apoiada na acção

A experiência recolhida deste processo negocial, conforme orientações da CGTP-IN no que se refere à luta pela igualdade e contra a discriminação profissional e salarial, confirma que a luta das mulheres trabalhadoras por este objectivo tem sucesso, se as principais interessadas, as próprias mulheres, nela participarem numa perspectiva de acção reivindicativa ao nível de empresa, permitindo que, na negociação sectorial, essas reivindicações sejam consagradas na contratação colectiva, como foi o caso.

Nos últimos 20 anos, houve milhares de mulheres que, estagnadas profissionalmente no Grau 10-A do contrato colectivo (CCTV/

patronato), procurou, sem êxito, dividir os trabalhadores.

Podemos afirmar que o divisionismo saiu completamente derrotado deste processo, já que, sem qualquer intervenção na negociação, vê o seu «acordo» de há 3 anos com a ANIMEE ser substituído, no essencial, por este, agora negociado pela FSTIEP.

Como sempre, quando os divisionistas perdem, ganham os trabalhadores.

Em resumo, pode-se afirmar que o resultado negocial alcançado só foi possível com uma luta muito prolongada, que desde sempre ligou a acção reivindicativa à mesa negocial. É necessário, para perceber a importância desta movimentação de trabalhadores no resultado negocial, dizer que as propostas negociais iniciais da ANIMEE eram provocatórias e arrogantes, já

Vamos prosseguir

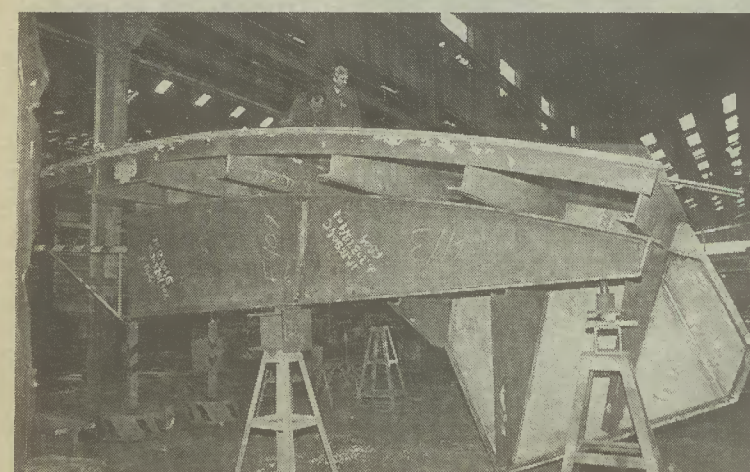
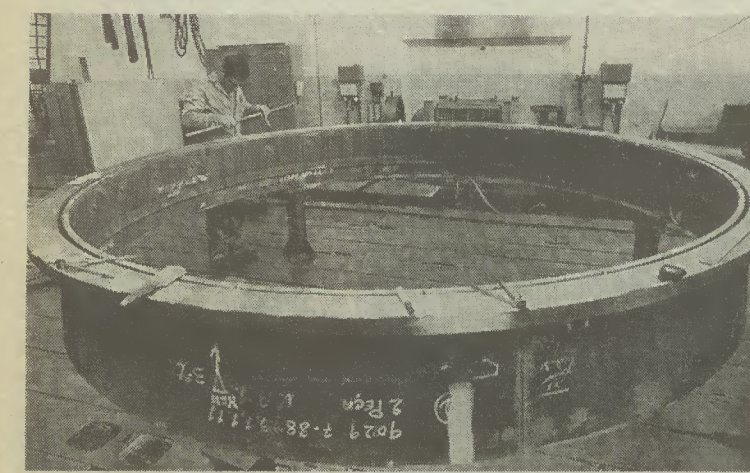
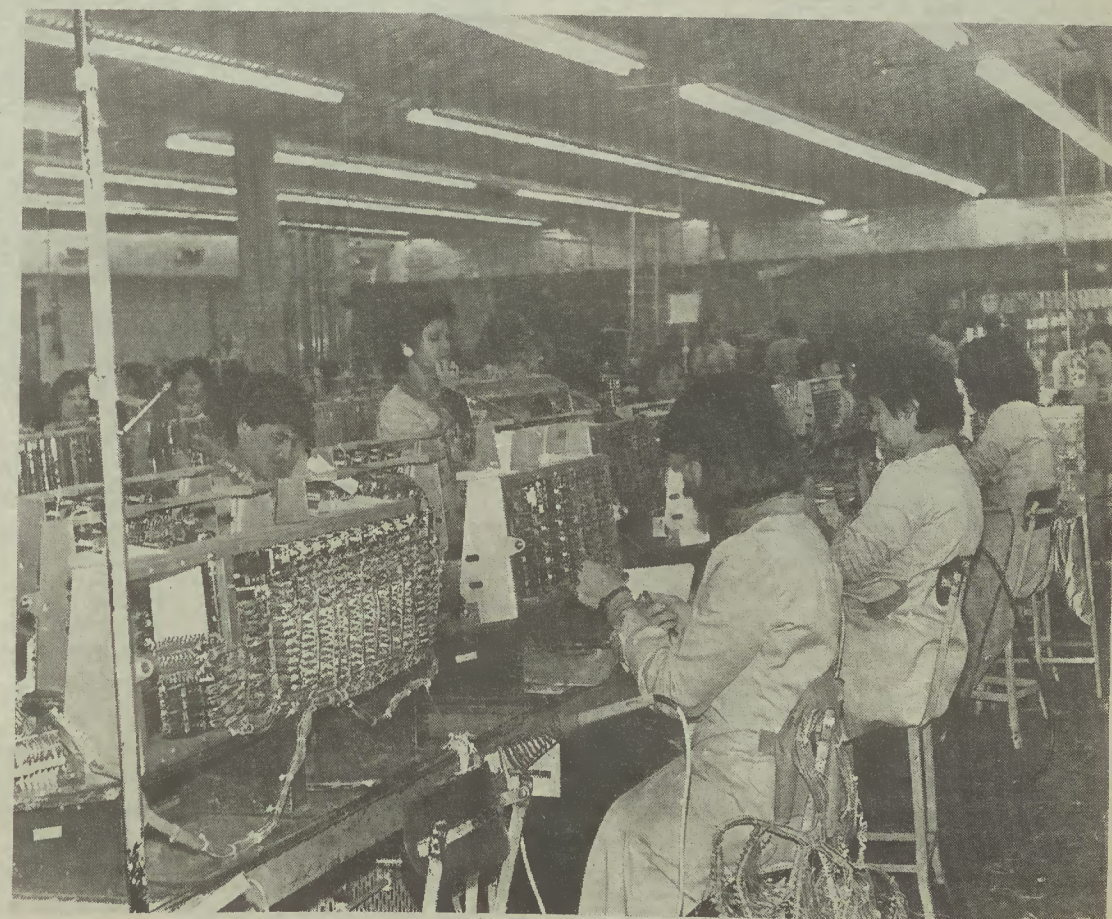
É necessário não parar. A negociação vai continuar.

Esta fase da negociação, agora concretizada, é só uma peça da negociação global do conjunto do clausulado do CCTV/FMEE de 1977 (onde o Grau 10-A surgiu através de uma Portaria Regulamentadora de Trabalho). Temos a consciência de que o êxito desta negociação, que se irá iniciar muito brevemente, depende do envolvimento de todos os trabalhadores (e não só das mulheres) do sector dos fabricantes de material eléctrico e electrónico, na luta pela defesa e melhoria do seu contrato colectivo. A ligação da mesa negocial à acção sindical nos locais de trabalho é a condição básica para obtermos bons resultados negociais no clausulado.

Justamente, os trabalhadores do sector consideraram o CCTV/FMEE como um contrato que, necessitando de aperfeiçoamentos, consagra um importante conjunto de direitos que têm de ser defendidos.

Da parte do patronato e dos divisionistas, já sabemos qual vai ser a receita. Enquanto a ANIMEE pre-

“A ligação da mesa negocial à acção sindical nos locais de trabalho é a condição básica para obtermos bons resultados.”



trabalhadores da ABB recordam que a metalomecânica pesada assumiu uma importância relevante na estrutura industrial portuguesa. Integrava as empresas Sorefame, Mague, SMM, SGM, Metalsines, Sepsa, Sermague e Induplano, as quais geravam volumes de investimento muito avultados, dispunham de grande capacidade tecnológica e concentravam um elevado volume de emprego (a Mague e suas associadas empregavam 2400 pessoas e a Sorefame, Metalsines e SMM empregavam 2500; em 1989, realizavam um volume de negócios, respectivamente, de cerca de 19 e 12 milhões de contos).

Passos para o monopólio

A reestruturação levada a cabo na metalomecânica pesada e que teve um desfecho tão favorável para a ABB tinha como objectivo, declarado pelos responsáveis políticos de então, coordenar e modernizar as empresas para enfrentar a concorrência no mercado único. Na prática, reforçou-se apenas a posição da multinacional no mercado mundial.

"Ano Zero"

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, afirmou recentemente o problema do Processamento Computacional da Língua Portuguesa (PCLP) tem paralelo com o das Ciências do Mar: «grandes ambições, pequenos resultados». «A nossa situação nesta área [do PCLP] é de ano zero», disse o ministro, advertindo que «é preciso ir mais longe nesta área e, mais do que isso, mudar de escala». «Numa lógica de Estado», acrescentou, «é preciso uma atenção nova relativamente à utilização das tecnologias da informação pela generalidade das pessoas.» Ao contrário de outros domínios, «esta é não só uma oportunidade mas uma ameaça, a de excluir grande parte dos cidadãos, já para não falar das empresas», considerou o ministro, advertindo ainda que «não existirá língua portuguesa se a produção de conteúdos em português em formato digital não estiver profundamente enraizada nas oportunidades de negócio». Falou que nem um livro aberto, o ministro Mariano Gago. Só que o problema está a montante, numa governação que não apenas privilegia o abocanhamento da economia pela voracidade da grande «iniciativa privada»,

PONTOS CARDEAIS

como nem sequer impõe que esta, ao menos e no seu próprio interesse, invista na formação, neste sector tão estratégico. É claro que o grande patronato encolhe os ombros e diz, com granítico discernimento: «o Estado que trate disso»...

Bota fora

Finalmente, Mendes Bota confessou-se! e explicou à LUSA, nos seguintes termos, a verdadeira razão por que se demitiu esta semana da liderança do PSD/Algarve: «Não tendo sido renovada a confiança do PSD na minha continuidade no Parlamento Europeu e mantendo a minha palavra de que não estou interessado em continuar como deputado à Assembleia da República, nem em qualquer outro cargo, resolvi deixar a liderança do PSD/Algarve.» Recorde-se que Mendes Bota foi atirado por Durão Barroso para o 13.º lugar na lista do PSD às Europeias, o que, automaticamente, lhe retiraria qualquer hipótese de eleição. Lançado na confissão, o deputado-cantor não se ficou por este assomo de alma. Proclamou

que «eu, e todos aqueles que por este Algarve, e por esse país, não desertaram do PSD após o desaire de Outubro de 1995, comemos o pão que o diabo amassou» e que nos últimos três anos fez «de tudo um pouco, no partido», desde presidente a secretário, tesoureiro, contabilista, telefonista, homem de limpeza, financiador e angariador de fundos». Todavia, apesar de tanta abnegação, Bota revela-se igualmente muito susceptível em matéria de prestígio, e diz também: «A minha influência política nacional ficou afectada com o insucesso da estratégia da AD, que defendi calorosamente, e com a demissão de Marcelo Rebelo de Sousa, que desde a primeira hora apoiéi leal e estreitamente.» Pelo que se vê, o talentoso deputado-cantor não foi apenas ostracizado pelo actual chefe laranja. O anterior - o inefável Marcelo Rebelo de Sousa a quem Mendes Bota, confessadamente, sempre apoiou «leal e estreitamente» -, já lhe fizera a cama, por assim dizer, ao empurrá-lo para a presidência da Câmara de Loulé (pelos vistos, um cargo desprestigiante, segundo Bota) e ao amordaçá-lo

nos seus ímpetos regionalistas, que ele engoliu para «não afrontar a posição oficial do partido». Agora, é o partido que o afronta. E Bota, apesar de abnegado, é muito susceptível...

Contente descontente...

O vice-presidente do PS/Açores, José Contente, acusou esta semana o líder regional do PSD, Manuel Arruda, de tomar a Câmara Municipal de Ponta Delgada - à qual preside -, na «sede dos social-democratas açorianos». E acrescentou que este presidente da maior autarquia da Região «tudo faz para aparecer na Comunicação Social» nomeadamente inaugurando escolas, construídas pelo Governo, «sem sequer dirigir um convite» ao presidente do executivo açoriano. Afinal, o problema está em o presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada «inaugurar escolas para aparecer na Comunicação Social» ou em não convidar o Governo Regional para... também aparecer na Comunicação Social?!

... e César tonitroante

Entretanto, o presidente do Executivo/PS açoriano, Carlos César, anunciou - na mesma altura em que o seu correligionário José Contente zurgia o presidente da Câmara PSD de Ponta Delgada - que «está em curso a reparação de 80% das 900 salas de aula do ensino básico» do arquipélago dos Açores, novidade que anunciou durante o lançamento da primeira pedra numa escola da freguesia das Furnas (miraculosa, esta capacidade em transformar o lançamento da primeira pedra de uma escola que nem sequer está construída, em 900 salas de aula a construir). Mais: segundo César, o Governo Regional já aprovou candidaturas para fundos que permitam a grande reparação de 566 salas de aula em 160 edifícios escolares e construção de mais 49 em 32 escolas. Por outro lado, e ainda segundo César, a grave degradação no parque escolar açoriano pré-primário e primário «é, em boa parte, resultado da desresponsabilização das autarquias».

Em resumo: quando o PS/Açores inaugura, ainda que apenas promessas, estamos perante uma obra espectacular; quando as obras prometidas dependem de financiamentos exteriores ao Governo/PS açoriano, é legítimo este apropriar-se da sua concretização, e se os outros partidos fizerem o mesmo, isso é demagogia «para aparecer na Comunicação Social»; se as escolas primárias se degradam, isso não é por falta de verbas a descentralizar para as autarquias pelo Governo Regional PS, mas «resultado da desresponsabilização» destas. Tudo isto dito ou escondido, conforme as conveniências do PS/Açores, perante os órgãos de Comunicação Social...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Diário de Abril

A hora

O mar invadiu as ruas. Milagre, então. Se não, o que podia ser?

Foi o tempo em que os próprios deuses se interrogaram e disseram:

– Como pôde isto ser sem terem dito nada à gente?

– Lá teriam as suas razões disse outro Deus que por acaso sabia o que a casa gastava.

Muito pessoal

Diante da Fortaleza de Peniche. Disseram: anda ver. Agora é um museu.

Museu. Um acto cultural. A memória, etc. Certo. Mas não entrei. Nem sequer fui capaz de olhar. Doem-me ainda as mãos de as encostar ao parlatório.

Dói-me o rosto do lado de lá.

Pois era

O coronel Marcelino reuniu em sua casa os conjurados.

O poema acaba aqui, pois lhe parece que já disse tudo.

Não liguem. É um poema jovem a quem nada contaram como foi. Depois, como é que ele ia perceber o perigo que era simplesmente às vezes abrir a nossa porta.

À porta daquela tasca

Estava sentado na tasca da Júlia. Almoçava carapaus de escabeche pão e um copo de vinho. – Filho – disse o homem em voz baixa – aquele além é um capitão de Abril.

O menino ficou à espera de o ver levantar-se sair voando sobre as casas com uma capa vermelha pelos ombros. Não viu. O pai estava com pressa e no prato ainda havia uma porção de carapaus de escabeche.

Poema operário

Estou aqui há que tempos evitando escrever «madrugada».

A madrugada é aquela madrugada. Não mais se falará em madrugada que não seja aquela.

Escrever «madrugada» hoje não dá sequer nem para animar um verso. É preciso inventar outra maneira de dizer madrugada.

Este poema vai trabalhar até de madrugada. Se encontrar o tal verso, então será madrugada a tal (ou igual) e só e só por ter nascido um verso.

XADREZ

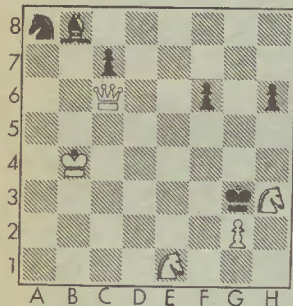
DCCIV - 22 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X15

Por: Miroslav Havel

«Československi Sach» - 1955

Pr.: [6]: Ps. ç7, f6, h6 - Ca8 - Bb8 - Rg3

Br.: [5]: Pg2 - Cs. é1, h3 - Dç6 - Rb4



Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X15 [M.H.]

1. Rb3! [Ameaça: 2. Df3+, Rh4; 3. g4!; 4. Cg2#], Rh2; 2. g4!, Rh3; 3. Dg2+, Rh4; 4. Cf3#
1.... f5; 2. Dg6+, Rh2; 3. Cf3+, Rh1; 4. Cf2#

A. de M. M.

DAMAS

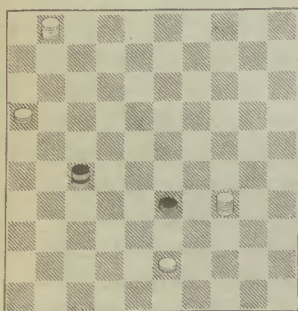
DCCIV - 22 DE ABRIL DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D15

Por: Georges Post [F.]

«L'Effort n.º 59», [F.], II-IV, 1957

Pr.: [2]: (27)-33

Br.: [4]: (1)-16-(34)-43



Branças jogam e ganham

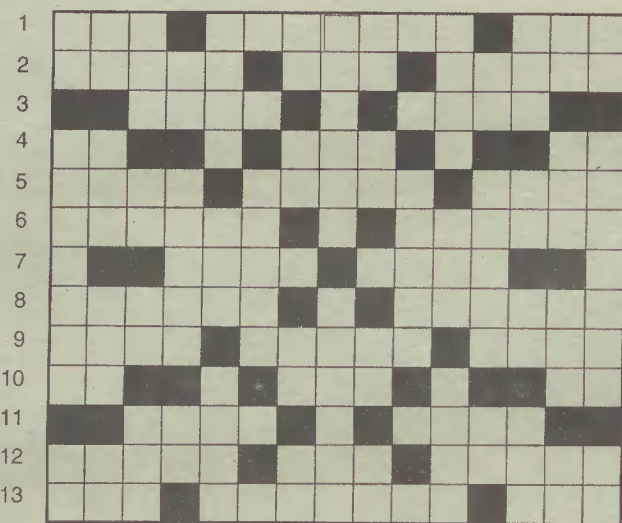
SOLUÇÃO DO N.º 1999D15 [G.P.]

1. 34-39! (27x49); 2. 39-22! (49-35); 3. 22-17 (35x49); 4. 17-21! (49-44*); 5. 1-6, (-); 6. 9-6-44 (35/40x49); 7. 21-27 e 8. 16x27+3... (35-2); 4. 17-26... (2-13...); 5. 26-8... (49-43...); 5. 50x48... +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Espécie de sapo da região do Amazonas (bras.); material de construção, formado de cimento e amianto, próprio para isolar do calor e da humidade; rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodó. 2 - Tiras de pano encanadas (pl.) (fig.); o tio americano; guarda na mala. 3 - Brisas; abaladas. 4 - Pedra de moinho; altar cristão; Sódio (s.q.). 5 - Lavram; rua estreita; estímulo. 6 - Varinha com que os maestros regem as orquestras ou os coros; qualidade do que é belo. 7 - Risonho; vestimenta de mulher indiana. 8 - Revestia com laca; chá ou infusão de ervas medicinais. 9 - Patrões; cércio; paixão. 10 - Apelido; o bagaço de que se faz a água-pé; rio costeiro de França. 11 - Semelhante; habitação pequena e pobre (fig.). 12 - Enrubescentem; adv. assim; fragmentos de loiça quebrada (pl.). 13 - Dirigiu-se (fig.); face interna do costado do navio que vai da popa à proa e onde se fixam as amurais; unidade das medidas de capacidade para secos, usada em Damão.

VERTICAIS: 1 - Prefixo que designa intensidade, separação, oposição, etc.; árvore africana cuja madeira se emprega em construção e de cujas folhas os indígenas tecem barretes (pl.); Califórnia (s.q.). 2 - Nome da décima sétima letra do alfabeto grego; discursa; estima muito; o sono dos meninos. 3 - Interj. que designa admiração, cansaço; Astatino (s.q.); Cobalto (s.q.); apelido de poeta português. 4 - Érbio (s.q.); monte de sal em forma de prisma triangular e terminado em dois meios cones (pl.); nota musical. 5 - Empregues; possuir; instrumento de aço com asperezas para desbastar. 6 - Processo de detecção e localização de objectos através das ondas de rádio emitidas a partir de uma antena. 7 - Campeão; Ouro (s.q.); artigo antigo; a tua pessoa. 8 - Mistura de substância resinosa com uma matéria corante, para fechar garrafas, cartas, etc. (pl.); temperar com anis. 9 - Forma derivada do prefixo in, que acontece quando a palavra seguinte começa por b ou p; o mais (ant.); basta; nota musical. 10 - Matança. 11 - Poeta primitivo entre os gregos; elemento de composição, o mesmo que ere; variedade de café muito apreciado. 12 - Nociva; amacia; cálcio (s.q.). 13 - Pano de arrás; tamborzinho árabe; Amerício (s.q.); mau cheiro (bras.). 14 - Sufixo nominal, de origem latina, que forma topónimos e também substantivos diminutivos; fruto da noqueira; hora canónica; suf. de agente. 15 - Divindade solar dos antigos egípcios; guamecera com arames; apelido.

SOLUÇÃO:
Am; aca. 14 - El; noz; noa; or. 15 - Rá; aramara; Sá.
- Im; al; lá; lá; 10 - Abate. 11 - Aedo; cri; moa. 12 - Mát; alisa; Ca. 13 - Rás; lé.
Eri; mulas; fá. 5 - Uses; ter; lima. 6 - Usas; ter; lima. 6 - Usas; ter; lima. 6 - Usas; ter; lima.
VERTICAIS: 1 - Ab; mabelas; Cf. 2 - Ró; orat; ama; oa. 3 - Ufa; At; Co; An. 4 - 13 - Fot; amurada; ara.
na. 9 - Amos; rente; amor. 10 - Sá; há; Ha. 11 - Fim; toca. 12 - Coram; tal; cacos.
Mo; ara; Na. 5 - Aram; rueta; abor. 6 - Batura; beleza. 7 - Ledo; sarf. 8 - Lacara; tisa -
HORIZONTAIS: 1 - An; uraher; rer. 2 - Bofes; Sam; enala. 3 - Ares; idas. 4 -

AGENDA

● ABRANTES

Debate com José Casanova: "25 Anos Depois Abril por Cumprir".
Dia 22 às 21h, na Junta de Freguesia de S. Vicente.
Almoço em Pego, Restaurante Bertolina: dia 25 às 13, com Jorge Cordeiro

● ALENQUER

Jantar no Sporting de Alenquer: dia 24 às 20h, com Sérgio Ribeiro

● ALMEIRIM

Jantar no Restaurante Moinho de Vento: dia 23 às 20h

● ALPIARÇA

Almoço no Pavilhão da Feira: dia 25 às 13h, com Francisco Lopes

● ARRUDA DOS VINHOS

Jantar no Restaurante O Transmontano: dia 25 às 20h, com Rosa Rabiais

● BAIÃO

Almoço CDU no Restaurante Almocreve: dia 25 a partir das 12h30,
com a participação de Ilda Figueiredo

● BARCARENA

Almoço comemorativo no Centro de Trabalho e Tercena: dia 24 às 13h,
com a participação de José Fidalgo

● BARCELOS

Exposição comemorativa, inaugurada dia 17: até dia 25 às 12h
no Centro de Trabalho (Sexta-feira das 18 às 19h30 e das 21 às 23;
Sábado das 15 às 19 e 30 e das 21 e 30 às 23)

● BENAVENTE

Jantar no Restaurante Miradouro: dia 24 às 20h, com a participação
de Duran Clemente

● BRAGA

Jantar CDU na Casa do Rio (Ponte do Bico): dia 23 às 20h,
com a participação do Alm. Rosa Coutinho e do prof. Carlos Silva
Romagem às sepulturas dos lutadores antifascistas Dá Mesquita, Humberto
Soeiro, Lopes Pereira e Luís Fernandes: dia 24, com concentração
às 11h no Cemitério de Monte d'Arcos
Zona do Basto - Jantar em Gandarela: dia 24 às 20h

● CAMINHA

Debate com Carlos Plácido e Branca de Carvalho no Auditório da Biblioteca
Municipal: dia 23 às 21h30
Jantar com Agostinho Lopes: dia 24 às 19h30 no Restaurante "O Encontro",
em Vilar de Mouros

● ENTRONCAMENTO

Almoço promovido pelas Coordenadoras da CDU de Entroncamento
e Barquinha no Salão da Coop. COFERPOR: dia 25, 13h, com Sérgio Ribeiro

● ESPOSENDE

Jantar no Restaurante Bem-Estar: dia 24 às 20h, com a participação
de Jorge Matos

● FAFE

Jantar-festa-convívio no Restaurante D. João (junto ao Estádio Municipal):
dia 24 às 20h, com Jerónimo de Sousa

● FELGUEIRAS

Jantar no Restaurante S. Pedro (junto à Cooperativa Agrícola de Felgueiras),
com a participação de Henrique de Sousa: dia 24 às 20h30
Romagem à campa de A. Garibaldi, antifascista e fundador
da "Gazeta de Felgueiras": dia 25 às 10h30

● GUIMARÃES

No Centro de Trabalho: Exposição (patente ao público desde o dia 17);
no dia 24, passagem de um filme com imagens inéditas do 1.º de Maio de 74
em Guimarães e Braga.
Jantares comemorativos nas freguesias de Gondar, S. Cristóvão de Selho
e Briteiros S. Salvador: dia 24
Almoço de democratas na freguesia de Guardizela: dia 25.
Festa popular na freguesia de Candoso S. Martinho

● LISBOA

Lisboa, Arte e Liberdade - debate no Vítória/Espaço Cultural,
com a participação de Filipe Diniz, Maria Helena Seródio, José Peixoto,
João Abel Manta, Rui Mário Gonçalves: terça-feira, 27, às 21h

● MAFRA

Jantar no Restaurante "O Petisco": dia 24 às 19h30, com Luísa Araújo

● MARCO DE CANAVEZES

Inauguração da Sede do PCP (Largo Sacadura Cabral, junto à CM)
com festa-convívio: dia 24 às 16h30, com a presença de Ilda Figueiredo

● MARINHA GRANDE

Dia 24: às 20h, jantar volante no Centro de Trabalho. Poemas de Abril.
Emissão Livre "Rádio Liberdade": às 23h30, desfile para a Praça Stephens;
no final da festa na Praça, continuação do convívio no CT.
Dia 25: Emissão Livre "Rádio Liberdade" das 9 às 13; às 10h30,
romagem aos cemitérios, de homenagem a comunistas e demais democratas
falecidos; às 13h, almoço CDU em Vieira de Leiria

● ODIVELAS

Almoço-convívio no Centro de Trabalho de Odivelas, antecedendo a partida
para o Desfile 25 de Abril em Lisboa: a partir das 12h30,
com Francisco Pereira (Inscrições: tels. (01)9314153 - 0936.5647843)

● OEIRAS

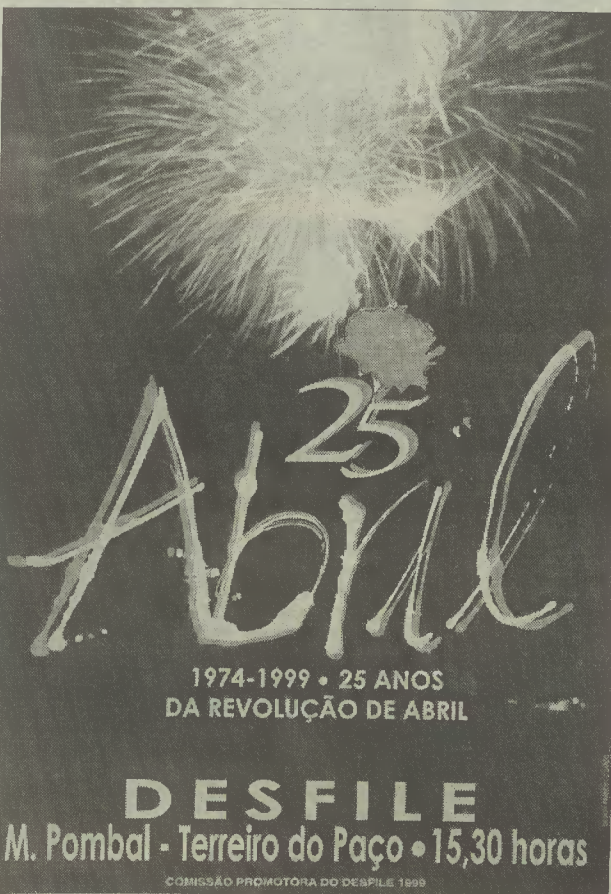
Convívio no Centro de Trabalho de Porto Salvo: dia 24 a partir das 21h30

● QUELUZ

Almoço no Restaurante O Mirante de Belas, em Belas
(Bairro Tomar das Chaves): dia 24 às 13h

● SANTO TIRSO

Jantar no Restaurante Tirsense, com Ilda Figueiredo: dia 24 às 20h



PCP/Cascais - Excursão em camioneta:

13h40 - Sassoeiros; 13h50 - Parede; 14h - Rana;
14h10 - Tires; 14h20 - Manique; 14h30 - Alcoitão;
14h40 - Alcabideche; 14h45 - Cascais.
Regresso do Marquês de Pombal às 19h

Parlamento Europeu

Ilda Figueiredo com Sérgio Ribeiro
hoje, 22 de Abril no Vale do Ave

Visitas a empresas têxteis e ao SIDAVE • Almoço com autarcas do Vale do Ave em Pevidém
Jantar com sindicalistas no Restaurante Jordão, Guimarães

Debate às 21h30 no CT do PCP de Guimarães:

“Ambiente e Desenvolvimento do Vale do Ave”

● SETÚBAL

Encontro de Democratas - Jantar-convívio no Restaurante O Quintal:
dia 24 às 20h. Participação do Grupo Coral da Coopinhil (Pluricoop)
Núcleo da Assoc. Amizade Portugal-Cuba - Dias 23 de Abril e 1 de Maio,
às 21h30: dramatização do poema "A Invenção do Amor", de Daniel Filipe.
Canções por Fernando Batista

● TORRES VEDRAS

Jantar no Restaurante O Voluntário: dia 24 às 20h, com Vítor Dias

● VIANA DO CASTELO

Homenagem aos antifascistas da região: dia 24 às 18h, no Auditório do Hotel
Viana Sol, com a participação de Agostinho Lopes.
Jantar distrital na Residencial Compostela, em Afife,
com Agostinho Lopes: dia 25 às 19h
Debate com Aurélio Santos no CT de Viana: dia 22 às 21h30
Exposições 25 de Abril - No CT de Viana do Castelo de 22 de Abril

LISBOA

Dia 23 às 20h
Grande jantar
na Gare Marítima de Sta. Apolónia

Participação de
Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo

Espectáculo
“Guitarra Portuguesa...
Carlos Paredes”

com Luísa Amaro, João Courinho
e João Bengala

CARTAXO

Debate

«O PCP e o 25 de Abril»

com Álvaro Cunhal

Dia 23 às 21h30

no Auditório Municipal
da Quinta das Pratas

COUÇO

Dia 25 às 12h

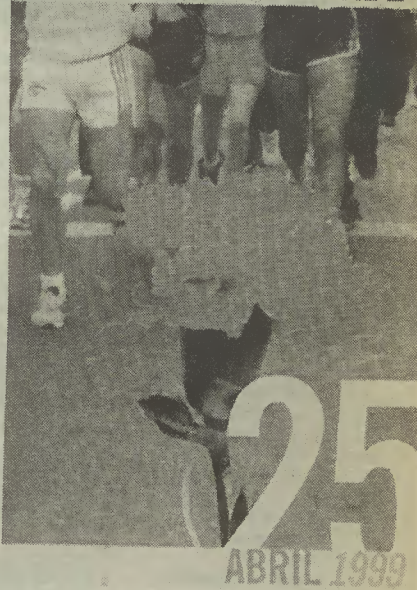
Inauguração do Monumento
de Homenagem ao Povo do Couço
no local da antiga Praça de Touros
Estará presente Álvaro Cunhal

Domingo,
25 de Abril

Locais
de partida,
sempre às 10 h:

Quartel
da Pontinha,
Largo do Carmo,
Sampaio e Pina,
Fontes Pereira
de Melo
(Hotel
Eduardo VII),
Alexandre
Herculano
(junto à estátua)
Meta nos
Restauradores

CORRIDA DA LIBERDADE



a 1 de Maio; no CT de Caminha de 23 de Abril a 1 de Maio;
na Galeria Municipal de Ponte de Lima nos dias 24, 25 e 26 de Abril

● VIEIRA DE LEIRIA

Almoço CDU no Restaurante O Triângulo: dia 25 às 13h

● VILA NOVA DE FAMALICÃO

Jantar em Oliveira S. Mateus: dia 24 às 20h, com José Evangelista
Inauguração do Espaço JCP na R. José Azevedo Menezes, n.º 200, 3.º,
com um convívio e um filme sobre o 25 de Abril: dia 24 a partir das 21h30.

● VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Festa-convívio da JCP "25 de Abril ao Rubro".
Exposição: Dia 24 a partir das 21h30, na sede da JCP

● VILARINHO

Jantar-convívio no Restaurante das Agrad: dia 24 às 20h. Música ao vivo

TELEVISÃO

Quinta, 22

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 As Lições do Tonceas
- 21.40 Grande Entrevista
- 00.15 Liga dos Campeões
- 00.50 24 Horas
- 01.35 A Balada da Praia dos Cães (de José Fonseca e Costa, Port./Esp./1986, com Raúl Solnado, Assumpia Serna, Patrick Bauchau, Carmen Dolores, Henrique Viana. Ver Destaque)

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Herbie no Rallye de Montecarlo (de Vincent McEvety, EUA/1977, com Dean Jones, Don Knotts, Julie Sommars. Comédia)

Sexta, 23

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.00 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.05 Uma Casa em Fancios
- 22.10 Conversas de Mário Soares
- 23.15 Conde Monte Cristo
- 00.25 24 Horas
- 01.15 NBA

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.45 Bonanza
- 16.30 Encontros Imediatos
- 17.30 Euronews
- 18.00 Programa Religioso
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 O Negócio de Modelos
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2

Sábado, 24

RTP 1

- 08.00 Infantil/Juvenil
- 12.00 Companhia dos Animais
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Top+
- 15.00 Espelho Meu
- 15.40 Antigos Orfeanistas de Coimbra
- 16.55 Futebol: Mundial Sub-20 (Final)
- 19.00 Santa Casa
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Miguel Ângelo ao Vivo - Especial 25 de Abril
- 22.30 Entrevista com Melo Antunes
- 23.30 24 Horas
- 00.15 Ciclismo
- 01.55 Especial Comemorações do 25 de Abril
- 04.00 O Tempo

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Cidade Louca
- 13.00 Contos Assombrosos
- 13.30 Dinheiro Vivo
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto 2
- 19.30 Blake e Mortimer
- 20.05 2001
- 20.35 Onda Curta

Domingo, 25

RTP 1

- 08.00 Infantil / Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Made in Portugal
- 14.50 Quem Tramou Roger Rabbit (de Robert Zemeckis, EUA/1988, com Bob Hoskins, Christopher Lloyd, Joanna Cassidy. Ver Destaque)
- 17.15 Ferro e Fogo
- 18.25 Anúncios de Graça
- 18.50 GLX
- 19.30 Domingo Desportivo I
- 20.00 Telejornal
- 21.20 Jet 7
- 21.50 Débora
- 22.30 Atlântico - Com Elba Ramalho e Vitorino
- 23.30 Domingo Desportivo II
- 01.00 Perigo Iminente
- 02.20 24 Horas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.30 Missa
- 11.30 Animação

Segunda, 26

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.00 País País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Nós os Ricos
- 21.35 Canções da Nossa Vida
- 23.00 Guerra Fria
- 00.05 24 Horas
- 00.55 Máquinas
- 01.30 Amigos

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.40 Rumo ao Sul
- 16.35 O Nosso Charly
- 17.30 Madeira
- 18.00 Informação Religiosa

Terça, 27

RTP 1

- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 18.15 País País
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Futebol: Portugal-Rússia
- 23.00 Herman 99
- 24.00 Liga dos Campeões
- 01.00 24 Horas
- 01.50 Seaquest, Brigada Submarina

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 15.50 A Lei da Terra (Longa-metragem)
- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.10 Birds of Paradox (Documentário)
- 21.00 Portugalmente

Quarta, 28

RTP 1

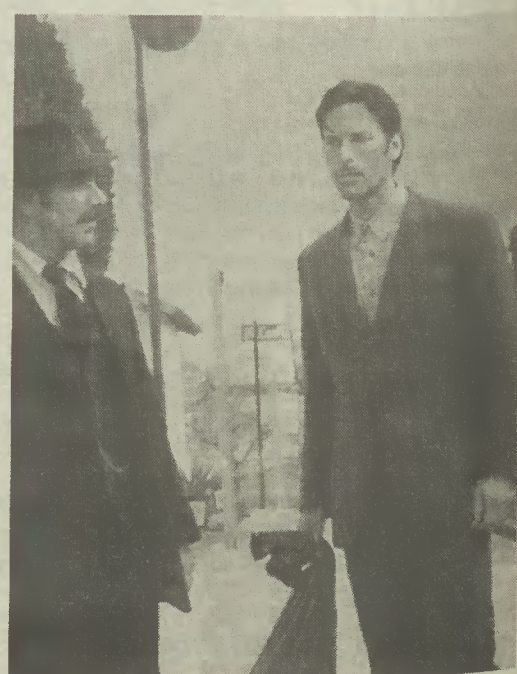
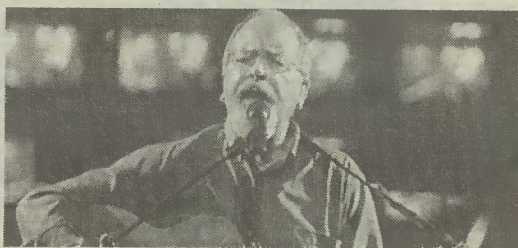
- 08.00 Infantil
- 10.00 Praça da Alegria
- 11.40 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Consultório
- 14.45 Nas Asas do Destino
- 15.40 Malha de Intrigas
- 16.30 O Amigo Público
- 17.30 País País (inclui Ciclismo - Volta ao Alentejo)
- 19.05 País Regiões
- 19.15 Os Lobos
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Diário de Maria
- 22.10 Eraser (de Charles Russell, EUA/1995, com Arnold Schwarzenegger, Vanessa Williams, James Caan, James Coburn, Robert Pastorelli. Acção)
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Ciclismo: Volta ao Alentejo

RTP 2

- 15.00 Informação Gestual
- 16.45 O Homem Sombra
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 20.05 Os Transatlânticos



25 de Abril: imagens, memórias, filmes, canções da Revolução preenchem inúmeros momentos da programação das televisões neste fim-de-semana (excepção é a TVI, que ainda vai com certeza emendar a mão). Algumas prometem mesmo documentos inéditos. Fazer zapping é pois a alternativa para quem não puder sair para a rua, onde a verdadeira Festa se faz



- 17.30 Euronews
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 19.55 Desporto - Basquetebol
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.55 Caso de Vida ou de Morte (de Michael Powell e Emeric Pressburger, Gr.Br./1946, com David Niven, Roger Livesey, Raymond Massey. Ver Destaque)
- 00.40 Documentário

SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 O Bom Baião
- 10.30 Juiz Decide
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 14.40 Malucos do Riso
- 15.10 Fátima Lopes
- 17.00 Malucos do Riso
- 17.50 Meu Bem Quer
- 18.50 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 25.º Aniversário do 25 de Abril
- 21.05 Um Sarilho Chamado Marina
- 21.35 Conversa da Treta
- 22.05 Suave Veneno
- 23.05 Esta Semana
- 01.15 Médicos sem Fronteiras
- 02.20 Último Jornal
- 03.25 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.00 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 A Lenda de Guilherme Tell
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 Os Desaparecidos (de Peter Mackle, EUA/1998, com Christopher Meloni, Marcia Cross, John C. McGinley, Melinda Culea. Ficção Científica)
- 24.00 Terra: Conflito Final
- 01.00 Doido por Ti
- 01.40 Desporto

- 22.35 Acontece
- 22.50 Noites Brancas (Tema: 25 Anos do 25 de Abril. Documentário: Bom Povo Português, de Rui Simões - Destaque)

SIC

- 08.00 Buérré
- 10.30 Juiz Decide
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 14.40 Malucos do Riso
- 15.10 Fátima Lopes
- 17.00 Malucos do Riso
- 17.50 Meu Bem Quer
- 18.50 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
- 21.10 Malucos do Riso
- 21.40 Ponto de Encontro
- 22.45 Suave Veneno
- 24.00 Os Senhores da Guerra (Longa-metragem)
- 02.05 Último Jornal
- 02.40 Chucky, o Boneco Diabólico III (de Jack Bender, EUA/1991, com Justin Whalin, Perrey Reeves, Jeremy Sylvers, Peter Haskell. Terror)

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.00 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 A Lenda de Guilherme Tell
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 21.45 Os Reis da Música Nacional
- 24.00 Paixão Até à Morte (de David Greene, EUA/1997, com Tracey Gold, Tom Irwin, Michael Dorn, Mark Camacho. Drama)
- 02.00 Doido por Ti
- 02.30 Ponto Final

- (Curtas Metragens)
- 21.05 O Caminho das Estrelas
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 O Lugar da História - 25 de Abril, Retratos de Uma Revolução
- 23.35 Allô, Allô!
- 00.05 Big Train
- 00.35 Absolutamente Fabuloso
- 01.05 O Clube dos Poetas Mortos (de Peter Weir, EUA/1989, com Robin Williams, Robert Sean Leonard, Ethan Hawke, Josh Charles. Ver Destaque)

SIC

- 08.00 Buérré
- 11.55 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Major League II - O Regresso dos Campeões (de David S. Ward, EUA/1994, com Charlie Sheen, Tom Berenger, Corbin Bernsen. Comédia)
- 16.00 Big Show SIC
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 25.º Aniversário do 25 de Abril
- 21.00 Futebol: Benfica-Porto
- 22.53 A Hora da Liberdade
- 23.10 Mulher
- 00.10 O Sexo e a Cidade
- 00.20 A Hora da Liberdade
- 00.40 Chucky, O Boneco Diabólico - I (de Tom Holland, EUA/1988, com Catherine Hicks, Chris Sarandon, Alex Vincent. Terror)
- 01.30 A Hora da Liberdade
- 02.30 Último Jornal
- 03.00 A Hora da Liberdade
- 03.30 Vietnam, As Imagens Proibidas
- 04.30 A Hora da Liberdade
- 04.40 Vietnam, As Imagens Proibidas
- 06.00 A Hora da Liberdade
- 06.10 Memórias de um Cão de Fronteira
- 07.30 A Hora da Liberdade

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.50 Animação
- 12.40 Top Rock
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.00 Billy Bathgate (de Robert Benton, EUA/1991, com Dustin Hoffman, Nicole Kidman, Steven Hill, Loren Dena, Bruce Willis. Drama)
- 17.15 Papá (de Michael Miller, EUA/1991, com Patrick Duffy, Lynda Carter, Kate Mulgrew. Drama)
- 19.00 Encontro com a Filha do Presidente (de Alex Zamm, EUA/1997, com Dabney Coleman, Will Friedle, Elizabeth Harnois. Comédia Dramática)
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 O Homem dos Milagres (de Larry Pearce, EUA/1998, com John Ritter, Meredith Baxter. Drama)
- 24.00 O Policia Gladiador (de Nick Rotundo, EUA/1995, com Lorenzo Lamas, James Hong, Gary Robbins. Acção)
- 01.50 A Esquadra de Brooklyn

- 14.00 Desporto 2
- 18.00 Comemorações do 25 de Abril
- 19.40 Bom Bordo (de Peter Weir, EUA/1989, com Robin Williams, Robert Sean Leonard, Ethan Hawke, Josh Charles. Ver Destaque)
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Comemorações do 25 de Abril
- 23.30 Olhos nos Olhos (Documentário: «Discurso do Poder»)

SIC

- 08.00 Buérré
- 09.30 A Hora da Liberdade
- 09.40 Buérré
- 11.00 A Hora da Liberdade
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Academia de Polícia II (de Jerry Paris, EUA/1985, com Steve Guttenberg, Bubba Smith, David Graf. Comédia)
- 14.30 A Hora da Liberdade
- 16.10 Buffy, Caçadora de Vampiros
- 16.30 A Hora da Liberdade
- 17.50 Na Pele de Uma Loira (de Blake Edwards, EUA/1991, com Ellen Barkin, Jimmy Smits, JoBeth Williams, Lorraine Bracco. Comédia)
- 18.30 A Hora da Liberdade
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 25.º Aniversário do 25 de Abril
- 21.10 Fura Vidas
- 21.40 Chuva de Estrelas
- 22.50 Hilda Furacão
- 23.50 Oficial e Cavalheiro (de Taylor Hackford, EUA/1982, com Richard Gere, Debra Winger, David Keath, Robert Loggia. Ver Destaque)
- 01.30 A Hora da Liberdade
- 02.20 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
- 11.00 Programa Religioso
- 11.10 Missa
- 13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
- 14.00 A Longa Caminhada (de Geoff Murphy, EUA/1994, com Mickey Rourke, Dermot Mulroney. Acção)
- 16.00 Amizade Mortífera (e James Contner, EUA/1996, com Lynda Carter, Colleen Winton, Josh Taylor. Drama)
- 17.40 Comédia dos Inféis (de George Huang, EUA/1995, com Kevin Spacey, Frank Whaley, Michelle Forbes. Drama)
- 19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
- 21.15 Directo XXI
- 22.00 Culpado ou Inocente
- 23.00 Crime de Menores (de Michael Cohn, EUA/1994, com Ally Walker, Martin Sheen. Drama)
- 01.15 Henrique V (de Kenneth Branagh, Gr.Br./1989, com Emma Thompson, Kenneth Branagh, Deek Jacobi, Brian Blessed. Ver Destaque)

- 18.30 Hugo
- 19.00 Um, Dó, Li, Tá
- 21.00 Portugalmente
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Jogo Falado
- 23.50 Novos Heróis

SIC

- 08.00 Buérré
- 10.30 Juiz Decide
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 14.40 Malucos do Riso
- 15.10 Fátima Lopes
- 17.50 Meu Bem Quer
- 18.20 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 Suave Veneno
- 21.35 Roda dos Milhões
- 23.00 A Hora da Liberdade
- 00.30 Duetos Improvistos
- 01.10 Último Jornal
- 01.45 O Homem Tranquilo (de John Ford, EUA/1952, com John Wayne, Maureen O'Hara, Ward Bond, Barry Fitzgerald, Victor McLaglen. Ver Destaque)
- 04.30 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.00 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 A Lenda de Guilherme Tell
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 A Justiceira
- 23.00 Amante de Sonho (de Nicholas Kazan, EUA/1994, com James Spader, Mädchen Amick, Bess Armstrong, Frederic Lehme. Drama)
- 01.00 Doido por Ti
- 01.30 Ponto Final
- 01.40 Desporto
- 02.30 A Esquadra de Brooklyn

- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.55 A Coroa e o País
- 23.20 Ler para Crer
- 00.20 À Noite com Jools Holland

SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 O Bom Baião
- 10.30 Juiz Decide
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 14.40 Malucos do Riso
- 15.10 Fátima Lopes
- 17.50 Meu Bem Quer
- 18.50 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Médico de Família
- 22.20 Suave Veneno
- 23.20 Casos de Polícia
- 00.40 Balada de Nova Iorque
- 01.40 Toda a Verdade
- 02.45 Último Jornal
- 03.50 Vibrações

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.00 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 A Lenda de Guilherme Tell
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 22.00 O Assassino das Duas Armas (de Greg Yaitanes, EUA/1997, com Heather Locklear, Kelin Cage, Petre Greene. Drama)
- 24.00 Anatomia do Golpe (de Stephen Frears, EUA/1990, com Anjelica Huston, John Cusack, Annette Bening. Ver Destaque)
- 02.00 Doido por Ti
- 02.40 Desporto

- 21.00 Portugalmente
- 22.00 Jornal 2
- 22.35 Acontece
- 22.50 Zoom ou Sinais do Tempo
- 23.45 Carlos Cruz
- 00.45 24 Horas para a Morte

SIC

- 08.00 Buérré
- 10.00 O Bom Baião
- 10.30 Juiz Decide
- 11.00 Sic 11 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 Juiz Decide
- 14.40 Malucos do Riso
- 15.10 Fátima Lopes
- 17.50 Meu Bem Quer
- 18.50 Pecado Capital
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Jornalistas
- 22.20 Suave Veneno
- 23.20 Causa Justa (de Arne Glimcher, EUA/1995, com Sean Connery, Laurence Fishburne, Kate Capshaw, Blair Underwood. «Thriller»)
- 01.25 Último Jornal
- 02.00 Noites Longas (Tema: «Músicos contra o Poder»)

TVI

- 09.00 A Bela e o Monstro
- 09.45 TVI Jornal
- 10.00 Animação
- 12.30 Pérola Negra
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Serras Azuis
- 15.00 Mulher Perigosa
- 16.00 Animação
- 18.00 A Lenda de Guilherme Tell
- 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
- 20.00 Marés Vivas
- 21.00 Directo XXI
- 21.35 Quero Justiça! (de Damian Harris, EUA/1991, com Goldie Hawn, John Heard, Amy Whight, Tom Irwin. «Thriller»)
- 00.10 Os Vigilantes
- 01.10 Doido Por Ti
- 02.00 A Esquadra de Brooklyn

Nata: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Caso de Vida ou de Morte

(Quinta, 22.50, RTP2)

Quando se fala deste filme pensa-se imediatamente numa sinfonia de cores inesquecível: o mundo real, tratado em notável Technicolor, o mundo imaginário tratado em delicados tons pastel, por vezes aproximando-se da monocromia. Nesta autêntica obra-prima do cinema fantástico, estamos perante um argumento fortemente original, ilustrado por cenários soberbos, que se transformam, pelo grande virtuosismo dos autores, em autênticos achados. E esta confrontação entre o irreal, o imaginário e o presente faz-nos aproximar (se possível, de forma consciente!) de tudo o que a sétima arte nos pode proporcionar em termos de sonho e evasão. Com David Niven e Kim Hunter.

A Balada da Praia dos Cães

(Quinta, 01.35, RTP1)

Aqui está, mais uma vez, um dos filmes de José Fonseca e Costa nos quais a narração cinematográfica se revela mais eficaz. Baseado no célebre romance homónimo de José Cardoso Pires, o filme tem em Raul Solnado o intérprete principal, esforçado e talentoso, embora numa composição nem sempre adequada à personagem que o romance original nos deixa imaginar.

O Clube dos Poetas Mortos

(Sábado, 00.15, RTP2)

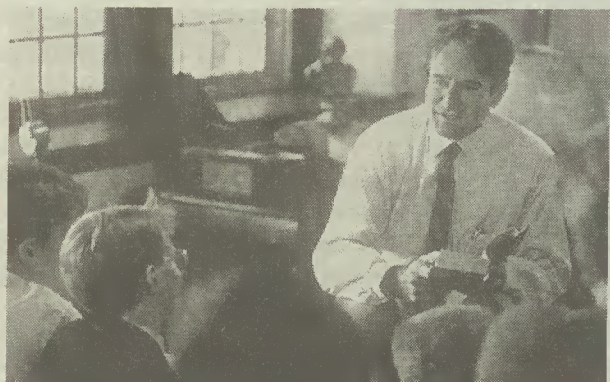
Imagine-se uma produção dos Estúdios Disney a desafiar as próprias convenções de Hollywood! É o que sucede com este filme insinuante (embora, por vezes, demasiado óbvio do ponto de vista dramático e esquemático e previsível quanto à encenação) realizado pelo australiano Peter Weir, com um argumento de Tom Schulman considerado pela Academia merecedor de um Oscar. Estamos em 1959: um heterodoxo professor de poesia inglesa revoluciona de alto a baixo o conservadorismo de um liceu de New England e transforma por completo os seus bem comportados alunos em seres abertos à vida. Com consequências inesperadamente trágicas, porém. Um grande papel de Robin Williams, não isento de alguns tiques que às vezes o prejudicam, mas alternando com a vontade entre a comicidade da caricatura de John Wayne no papel de Macbeth e o dramatismo e a contenção das cenas finais, e, ainda, os primeiros assomos de talento de um punhado de jovens actores.

Quem Tramou o Roger Rabbit?

(Domingo, 15.00, RTP1)

Uma fabulosa mistura de animação e de actores iguais a qualquer um de nós, embora num filme para «adultos com sólida formação moral»... Os Toons, personagens de desenhos animados, vivem perto de Beverly Hills, em Hollywood. E Roger Rabbit, o coelho vedeta, tem dúvidas sobre a fidelidade da sua esposa, a bela Jessica, tendo o produtor Marron contratado um detetive privado para investigar... A par-

tir daí, é um não mais acabar de peripécias, num filme realizado com mão de mestre por Robert Zemeckis. Um espectáculo vertiginoso, com a nostalgia dos cartoons a ser-nos devolvida por uma técnica de trucagem altamente evoluída e com Bob Hoskins no principal papel.



Robin Williams é o actor principal em «O Clube dos Poetas Mortos», de Peter Weir



Kim Hunter e David Niven em «Caso de Vida ou de Morte», de Michael Powell e Emeric Pressburger

resultado final do filme, pretendendo, ao contrário do de Olivier, afastar-se da fórmula do «teatro filmado», não consegue escapar à contradição de não conseguir chegar a ser sempre grande cinema, com a inclusão de cenas em que é patente um esforço, que acaba por ser inglório, para a exarcebada movimentação da câmara, lá onde a palavra e a quietude do «ponto de vista» era o essencial. Mas, independentemente desta particular observação, sem dúvida que Branagh soube rodear-se dos dispositivos técnicos que lhe permitiram transmitir grande realismo a certas sequências, como é notório nas cenas de batalha, particularmente violentas.

O Homem Tranquilo

(Segunda, 01.45, SIC)

Obra-prima de John Ford, grande clássico do cinema, uma comédia notável acerca das relações

Oficial e Cavaleiro (Domingo, 23.50, SIC)

Erguer ao mesmo tempo um grande êxito comercial e de público e um filme com qualidades não negligenciáveis, é obra de que nem todos os cineastas se podem gabar - mas é o que aconteceu a Taylor Hackford ao transpor para o cinema um argumento de Douglas Day Stewart que se debruça, à boa maneira de Hollywood, sobre um tórrido melodrama entre dois inadaptados - um estudante rebelde, oficial da marinha, e uma jovem operária farta de uma vida sem perspectivas. A interpretação do grande actor negro Louis Gossett, Jr., valeu-lhe um Oscar para os «secundários», mas o filme acabou por consagrar definitivamente Richard Gere que é aqui excelentemente acompanhado por Debra Winger.

Henrique V (Domingo, 01.00, TVI)

Já 45 anos antes, um compatriota de Kenneth Branagh, que dava pelo nome de Laurence Olivier, fizera uma primeira adaptação ao cinema da obra de Shakespeare. Tinha ele, na altura, trinta e sete anos e dizia que Henrique

Vera o tipo de papel impossível de representar quando se é muito novo: «Quando se é jovem, é-se demasiado tímido para representar um herói; acaba-se por desiludir.» Agora, Branagh, como vinte e oito anos, resolveu arriscar e acabou por não petiscar completamente, pelo menos enquanto realizador. O



Emma Thompson e Kenneth Branagh no filme deste último «Henrique V»



Um fotograma de «Um Homem Tranquilo», de John Ford



Annette Bening, John Cusack e Anjelica Huston, intérpretes principais de «Anatomia do Golpe», de Stephen Frears

es sentimentais e amorosas e da sua complexidade numa sociedade apegada às tradições e de costumes bem arregaçados. O invulgar sentido dos grandes espaços e dos mais pequenos pormenores de um grande cineasta com um férreo espírito irlandês, traduzido em sequências de antologia como é a da célebre e interminável luta entre os dois protagonistas masculinos principais. E atenção à cena final desta sequência em que Victor MacLagen (com a câmara a esperá-lo cá fora!) voa positivamente através das portas do pub na fase final desta luta e vem estatelar-se no chão, após um tremendo e definitivo muro de John Wayne de que o espectador está à espera, mas não vê. Depois de tantas cenas iguais, copiadas sem cessar no cinema, nenhuma se compara certamente a esta.

Anatomia do Golpe (Terça, 24.00, TVI)

Primeiro filme realizado nos EUA pelo cineasta britânico Stephen Frears, certamente que o lado do humor negro britânico ficou a assinalar a realização desta história de três vigaristas (um jovem e a sua mãe, para além da namorada do primeiro) que é uma adaptação (feita por um escritor policial, Donald E. Westlake) a partir de um romance de outro excelente escritor policial - Jim Thompson. Uma história impagável em que cada uma das personagens se quer impor à outra na arte da vigarice e do baixo, num filme inteligentemente encenado em que o espectador secretamente se vê confrontado (como acontece tantas vezes) com a necessidade de tomar partido pela regra e pela ordem... e, no fundo, deseja ardentemente que tudo corra pelo melhor aos prevaricadores. Anjelica Huston, John Cusack e Annette Bening têm, aqui, três excelentes criações.

CABO & SATÉLITE

Uma obra-prima de Minnelli

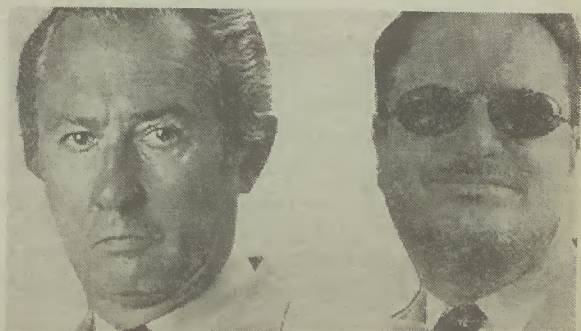
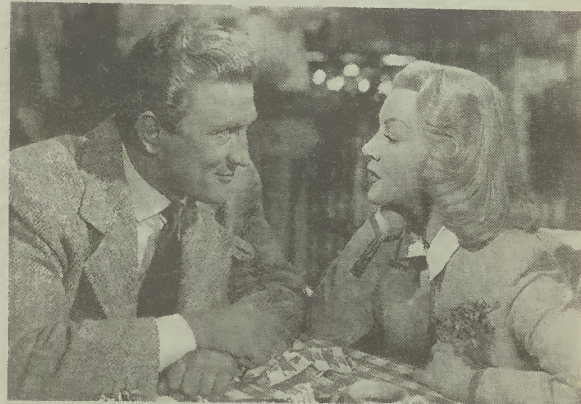
Filme centrado sobre a dura realidade que é Hollywood e desmistificando a fábrica de sonhos através das relações de dominação e hipocrisia entre um produtor cinematográfico, uma actriz alcoólica e algumas personagens que giram à volta destes dois seres, «The Bad and the Beautiful» (1952) é uma obra maior de Vincente Minnelli que nunca (ou raramente) terá sido transmitida por qualquer dos nossos quatro canais nacionais. Com uma espantosa fotografia a preto e branco de Robert Surtees, excelentes interpretações de Lana Turner e Kirk Douglas e uma banda sonora de primeira água (na qual a música do genérico «explica» o ambiente dramático, logo à partida), eis uma bela obra cinematográfica a não perder. Versão original, sem legendas. (TNT, Quinta-feira, das 19.00 às 21.00)

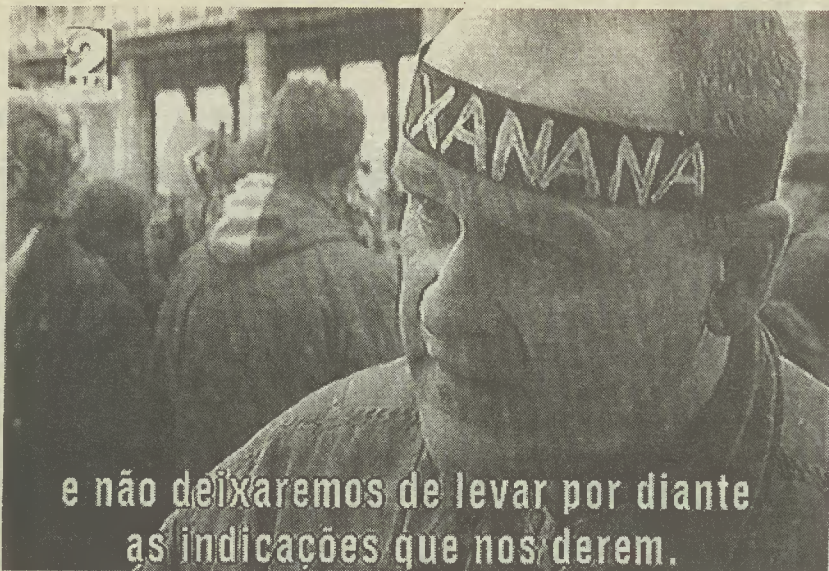
Ambiguidades argentinas

Numa semana em que o canal franco-alemão dedica quatro espaços da sua programação à Argentina e às ambiguidades da sua História recente, este documentário será porventura um dos mais insólitos de entre eles. Realizado por Frédéric Compain, o

filme, cujo título é «Montoneros, uma história argentina» (1998, 95 minutos), debruça-se sobre o caso de um dos maiores herdeiros do maior império económico do país, Jorge Born, o qual, raptado em Setembro de 74 pelos

Montoneros (movimento guerrilheiro, armado, da juventude peronista), é libertado apenas após nove meses de cativeiro e o pagamento de um resgate de 60 milhões de dólares e, 20 anos mais tarde, acaba por fundar uma sociedade de marketing com... Rodolfo Galimberti, chefe do grupo responsável à época do seu rapto! (Arte, sexta-feira, das 21.15 às 23.00)





e não deixaremos de levar por diante as indicações que nos derem.

O silenciar de Timor

Muito gostaria eu que este título servisse para lamentar, apenas e acima de tudo, o silêncio hipócrita que, mesmo nestes dias de tragédia, massacre e extermínio que afligem o povo de Timor, perpassa crimosamente pela indiferente generalidade da comunicação social de todo o Mundo, sempre atenta às ordens e às prioridades ditadas por Washington ou por Bruxelas – ou seja, neste caso, pelo Pentágono ou pela NATO.

Mas silêncio não pode deixar de ser também a expressão que nos vem aos lábios a propósito da autêntica situação de «clandestinidade» que marcou a transmissão pela RTP 2, na passada quarta-feira 14, de um documentário a todos os títulos notável que apenas teve a oportunidade de apanhar, em meio de um desesperado *zapping*, passados que eram talvez já os seus primeiros dez minutos de emissão.

O facto é que nada constava sobre tal programa nas fontes habitualmente consultáveis sobre a programação da RTP: por exemplo, o próprio boletim de programas dessa semana, regularmente enviado para a imprensa pelo Gabinete de Relações Externas, onde a rubrica em que o filme foi transmitido, «Sinais do Tempo», até era apresentada como tratando-se da rubrica «Zoom»...

Mesmo viajando pelo site da RTP na Internet, um meio expedito por excelência, absolutamente nada era desenvolvido sobre tal transmissão.

No fundo, apenas quem dispusesse de Teletexto no seu televisor poderia, afinal, ler algumas poucas linhas minimamente informativas sobre o programa – o que, convenhamos, constitui criminosa negligência ou inaceitável expressão de desinteresse pela programação do nosso serviço público de televisão, tratando-se, até, como depois se perceberia, de um programa co-produzido pela própria RTP!

Começando por situar o dito documentário, tenho então de partilhar convosco as tais poucas linhas do Teletexto desse dia:

«Um condutor irlandês de autocarros em Dublin sentiu-se tão comovido com o drama do povo de Timor que abandonou a sua profissão para se transformar num activista a tempo inteiro pela causa do povo timorense. Quando uma empresa irlandesa de produção de TV, a «Esperanza Productions» decidiu em meados de 1998 fazer um documentário sobre o sofrimento do povo de Timor centrado na história do activista irlandês, a RTP aceitou participar na produção.»

Espantoso! A RTP «aceitara» participar na produção do filme e nada fizera para dele dar conta aos seus espectadores portugueses...

Escrito e produzido por Anne Daly e realizado por Ronan Tynan, o filme em questão dá-nos conta da actividade de Tom Hyland, um ex-condutor de autocarros da carreira 10, em Dublin, que, após ter assistido em 92 à projecção do documentário «Morte de Uma Nação», do jornalista John Pilger, passou a dedicar-se de alma e coração à causa do povo timorense,

como promotor e activista principal de um movimento irlandês, nascido na sua cidade de Ballyfermot, zona de forte implantação operária, e que foi crescendo em amplitude e militância, a ele agregando milhares de pessoas de todas as classes e convicções políticas, levando a cabo manifestações, organizando apelos e petições a nível nacional e internacional e assim se transformando numa das mais importantes organizações lutando pelos direitos humanos em Timor-Leste.

A reportagem que nos mostra a actividade deste homem e dos seus companheiros de ideal é impressionante pela cópia de informações que, num espaço de tempo reduzido, nos proporciona, fazendo, até com o apoio de material de arquivo da RTP, uma história objectiva da tragédia do povo timorense desde a anexação da ilha pela Indonésia em 75 até aos nossos dias e do cortejo de atentados aos seus direitos, massacres e genocídio que ultrapassa já em muito o número de 200 mil mártires.

Mas o filme denuncia, igualmente, o desprezo de governos e instâncias internacionais perante a dramática situação do território e dos seus habitantes. Por exemplo, no que se refere à Austrália, em particular, são realçados pelo veterano de guerra Paddy Kennelly factos menos conhecidos e relacionados com o período da II Guerra Mundial, quando 60

mil timorenses morreram nas montanhas de Timor às armas do exército japonês por terem servido solidariamente de escudo protector aos militares australianos, assim impedindo o agressor de prosseguir a sua ofensiva até Darwin, do outro lado do mar.

A mesma Austrália de que eram nacionais cinco jornalistas – Greg Shackleton, Malcolm Rennie, Tony Stewart, Garry Cunningham e Brian Peters – executados em Balibó pelos militares indonésios quando faziam a cobertura dos acontecimentos de 75, perante a total indiferença dos profissionais da comunicação social da época! A mesma Austrália cujo primeiro-ministro de então, Gough Williams, afirmava em 82 na Assembleia Geral da ONU: «a questão de Timor-Leste deve ser retirada da agenda das Nações Unidas para deixar de perturbar e dispersar as nações do Sudeste Asiático e Pacífico»!

É por isso que, em flagrante contraste com esta posição de hipocrisia, Tom Hyland, este desconhecido irlandês de origem simples, veio com a sua abnegação iluminar a noite televisiva da passada quarta-feira, tal como Pasquela Barreto, essa refugiada timorense de Lisboa, que com os olhos húmidos mas cheios de esperança, assim encerrava o filme: «Quando os timorenses conseguirem a independência, convidamos Tom Hyland, vocês todos e todos os nossos amigos, irlandeses, portugueses, ingleses e de todo o mundo, a visitar o nosso país! É um país pobre, pequeno, mas com um grande coração para vos acolher a todos!»

Até breve, Pasquela!

TVISTO

Francisco Costa

EM FOCO

Balcãs Onde trincar é ganhar...

Vivemos uma época de todas as surpresas – tão imprevisível ela é.

Imagine-se Pacheco Pereira a descrever e a invectivar, diante de centos de alunos de uma escola de Viseu, o poder manipulador dos directores dos telegornais.

Aconteceu no passado domingo, e a voz off da SIC não resistiu a produzir alguma ironia sobre o assunto.

O que surpreende é que este verdadeiro *strip tease* do marketing político – comunicacional, bem próprio dos jograis da corte, que em tempos idos diziam as mais cruas verdades com um sorriso desarmante, parte de um candidato ao Parlamento Europeu, de um dos partidos do Poder, actualmente na oposição.

Naturalmente, Pacheco Pereira sabe do que fala. Ele está por dentro. Nos tempos triunfantes do cavaquismo faziam-se telefonemas para retirar ou colocar notícias nos telegornais, e o enxame de assessores de imprensa, entretanto nomeados, agenciavam “fazer o serviço”, obter entrevistas, antecipar estudos, sondagens, estatísticas favoráveis, colocar notícias, que não eram notícias mas sim parágrafos de pura propaganda, com inaugurações à pressa e boas intenções ministeriais à vista.

Métodos que o PS criticou na oposição e, apanhando-se no governo, reproduziu e aumentou, o que deve tornar-se insuportável a Pacheco Pereira.

O candidato do PSD fala, com fluidez retórica e uma costela irreverente, que lhe ficou de outros tempos, de um meio que, afinal, conhece bem. Mas vai, entretanto, desvendando os processos desvirtuadores da verdade informativa que tem reinado na imprensa nacional de maior difusão.

Será, então, interessante determo-nos um pouco sobre esta teia manipuladora.

Mas não falemos agora da realidade nacional. Teríamos, aliás, de lembrar menos dos jornalistas e mais de outros protagonistas. Como Cavaco Silva, a reclamar, tonitruante, os votos da maioria absoluta em largo comício, transmitido em horário nobre, sob pena de os reformados “deixarem de poder comprar frigoríficos”. Ou o eng. Guterres, aparecendo no domingo de Páscoa, a dirigir-se aos portugueses com aquela sua fala beata e voz compungida, do imperativo “humanitário” desta guerra aventureira em que metem o país sem consultas nem esclarecimentos.

Falemos antes, não deste ofício hoje corrente de trincar imagens e oferecer espaços para agradar aos detentores do poder e aos lobbies de ocasião, à escala doméstica, mas da gigantesca intoxicação mediática, impulsionada pelos Estados Unidos, que controlam 2/3 de todo o fluxo informativo mundial. Ensaçada, com êxito, nas guerras das Malvinas e do Golfo, e praticada plenamente na guerra dos Balcãs.

Operações mediáticas conduzidas a par das operações militares, políticas e diplomáticas, numa progressão destinada a obter ganhos no terreno.

Definidos os campos, aliados e inimigos, é possível apresentar, por exemplo, o bombardeamento do mercado de Sarajevo, ocorrido em Fevereiro de 94, e atribuí-lo aos sérvios. Provocou 68 mortes civis inocentes, em vésperas da Cimeira de Londres, destinada a vergar a

parte sérvia. As imagens chocantes de crianças mortas nos braços das mães causaram uma onda de indignação em todo o mundo. Muito mais tarde, investigadores independentes apuraram que o obus foi disparado pelos muçulmanos e não pelos sérvios. Mas o efeito estava obtido.

No Kosovo, em Outubro de 98, já durante a caminhada que levou a Rambouillet, os media ocidentais revelaram a existência de valas comuns, como prova de massacres dirigidos por Belgrado. Tempos depois, o inquérito de medicina legal concluiu tratar-se de cadáveres que remontavam à 2.ª Guerra Mundial...

Fala-se de “limpeza étnica” com base na deslocação maciça de refugiados kosovares,

MOTES & VOLTAS

Jorge Sarabando

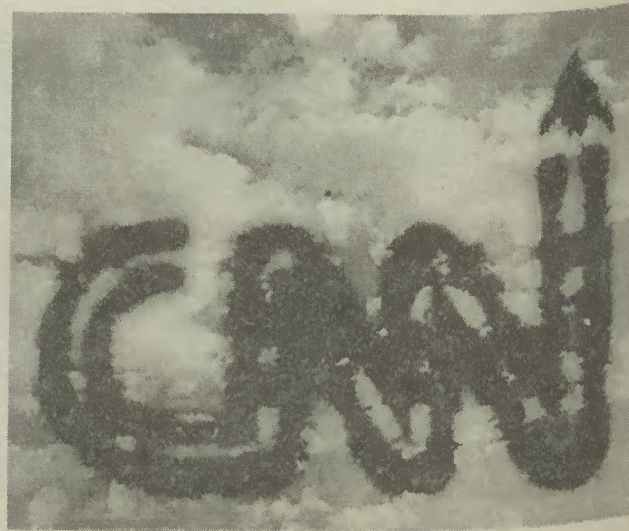
com causas ainda não inteira e objectivamente determinadas. As cadeias de televisão cobrem diariamente os acontecimentos.

Mas há dois anos, na guerra-relâmpago da Krajina, conduzida pelo Exército Croata, centenas de milhares de sérvios foram obrigados a abandonar as suas terras e casas e a fugir para a Bósnia e a Jugoslávia, num dos maiores êxodos deste século. Uma verdadeira “limpeza étnica” que não mereceu, então, a atenção dos media, fosse em horário nobre ou pobre.

A instrumentalização dos meios de comunicação social para causar ondas de choque emocionais, condicionar a opinião pública e criar factores de pressão nos processos negociais é um facto que os cidadãos mais atentos podem facilmente reconhecer.

A diabolização dos jugoslavos e do seu Presidente faz parte integrante do programa bélico da Nato.

Para compreender esta guerra, supostamente humanitária, valeria a pena acompanhar as actividades da empresa “Military Professional Resources Inc. (MPRI), formada por antigos oficiais do Pentágono, que reorganizaram



os exércitos da Croácia e da Bósnia aliada, e agora os bandos armados do “Exército de Libertação do Kosovo”.

Empresas como esta, ou como as que produzem armamentos, precisam de guerras, de preferência “regionais”, para aliviar *stoks* e gerar mais lucros.

Como cinismo supremo desta tragédia, cujos efeitos se não prolongam por gerações, os norte-americanos baptizaram os helicópteros, com que pretendem aterrorizar o inimigo, de “Apaches”. Justamente o nome de um daqueles povos vítimas, no século passado, de uma real “limpeza étnica”. Hoje, esses índios vivem em reservas e fabricam umas cerâmicas, belas e coloridas, muito apreciadas pelos turistas...

ESCAPARATE

Por todo o lado 25x25 de Abril!

Para além dos desfiles comemorativos e de outras sessões mais ou menos solenes que marcarão a data da Liberdade, não têm conta as iniciativas, espectáculos e manifestações de índole cultural que, por todo o país, vão realizar-se até ao próximo fim-de-semana em comemoração do 25.º aniversário do 25 de Abril de 74. E aquelas de que aqui se dá conta – e que, neste caso, abrangem sobretudo a Área Metropolitana de Lisboa – dão uma pálida ideia do muito que haveria para destacar.

Começando, por exemplo, por Almada, já hoje à noite é homenageado um grande cantor da Resistência e de Abril, Adriano Correia de Oliveira, num espectáculo a realizar às 21.30 no Fórum Municipal Romeu Correia e intitulado «Cantar a Liberdade». Sempre no mesmo local, as noites de 23 e 25 de Abril, serão paleo para as actuações de Manuel Freire ou do grupo Realejo, respectivamente. Mas o destaque vai ainda para o espectáculo que, a partir das 22 horas e passando para além da meia-noite, assinalará a passagem de 24 para 25, na Praça São João Baptista, com a participação dos grupos de General D e Rui Veloso.

Também na noite de 24 para 25, no Seixal, no Largo 1.º de Maio, o espectáculo «25 Anos 25 de Abril», assinalará a data com as actuações, a partir das 22 horas, de José Mário Branco, Amélia Muge, os Gaiteiros de Lisboa, o grupo Canto Novo e o grupo de percussões «Tocá Rufar», dirigido por Rui Júnior.

Em Loures, são inúmeras as exposições comemorativas do 25 de Abril actualmente patentes ao público, como por exemplo as de Luís Ralha (no Centro Cultural Malaposta), de Artes Plásticas e Documentais (no CAO' s – Centro de Arte e Ofício), de «Cartazes da Revolução» (no Gabinete de Atendimento à Juventude de Odivelas) ou, ainda, «A Liberdade Conquista-se Sempre», de 26 a 30 de Abril, no Pavilhão Paz e Amizade, acompanhada de espectáculos de teatro, ateliers de escrita criativa, colóquios e uma homenagem a José Carlos Ary dos Santos. Entretanto, com o mesmo título genérico, realizar-se-á um Concerto Comemorativo no mesmo local, na noite de 24 às 22 horas, com a colaboração de José Fanha, Pedro Barroso, Lúcia Moniz, Camané, Grupo Coral da Liga dos Amigos da Mina de São Domingos, Ana Ester Neves, Fátima Fernandes, Jorge Lomba, Francisco Fanhais e a Banda da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures.

No Município da Moita, por entre uma série de iniciativas organizadas e descentralizadas por várias Juntas de Freguesia (Alhos Vedros, Moita, Sarilhos Pequenos, Baixa da Banheira ou Vale da Amoreira) um acto especialmente relevante destas comemorações será a inauguração no dia 25, às 15 horas, na Rotunda Augusto Gil (junto à Escola Básica 2, 3, D. João I), de um Conjunto Escultórico da autoria da escultora Maria Morais.

Nas Vendas Novas, para além de torneios desportivos, colóquios, exposições, actuações de grupos folclóricos e outras realizações, o destaque vai para dois espectáculos, ambos no Centro Sociocultural: em 24, às 21.30, actuarão o grupo Cantos D'Aurora e o cantor Paulo de Carvalho; em 25, à mesma hora,

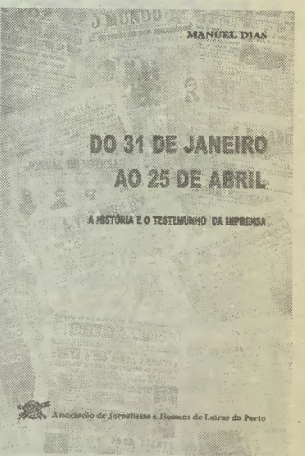


será a vez de Grupos de Cantares e Música Popular, de Vendas Novas, Landeira, Piçarras e do convidado especial, o Grupo Folclórico «Karutsa» de Kishinev (Moldávia).

Finalmente, em Sintra, no Palácio Valenças, em 24 às 17 horas, haverá uma «Evocação de Abril com 25 Poemas e 25 Canções», uma antologia poética com textos de António Gedeão, Armindo Rodrigues, Daniel Filipe, David Mourão-Ferreira, Eugénio de Andrade, José Gomes Ferreira, Jorge de Sena, Manuel da Fonseca, Miguel Torga, Natália Correia e Sophia de Mello Breyner. Leitura de poemas por Luís Machado, canto de Cristina Gonçalves e música de Rui Seródio.

Mas muito mais fica aqui por realçar!

LIVROS



Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril

Não é apenas em retribuição às páginas que o autor muito justamente dedica ao nosso jornal, neste muito oportuno livro, que saudamos a sua edição. Manuel Dias é um conhecido jornalista, e não só entre os membros da sua profissão. E dá-nos, com o livro *Do 31 de Janeiro ao 25 de Abril* o que, em subtítulo, realça – *A História e o Testemunho da Imprensa*. Construído a partir de uma vasta bibliografia e de um aturado estudo que se estende entre um longo período de mais de oito décadas, entre o 31 de Janeiro de 1891 e 25 de Abril de 1974, duas datas «que balizam importantes mudanças políticas, económicas e sociais operadas na História de Portugal», o autor, que aproxima estes dois acontecimentos sublinhando as semelhanças entre a Revolta dos Sargentos e a Revolução dos Capitães e a adesão popular que ambas suscitaram, traz a lume o esforço que a imprensa, embora amordaçada durante o fascismo, sempre fez, contribuindo para a divulgação das lutas progressistas no País. «Com especial destaque» para o «Avante!», o que não é muito comum reconhecer. Edição da Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Matos Maia

Aqui Emissora da Liberdade

Rádio Clube Português
04.26 25 de Abril de 1974



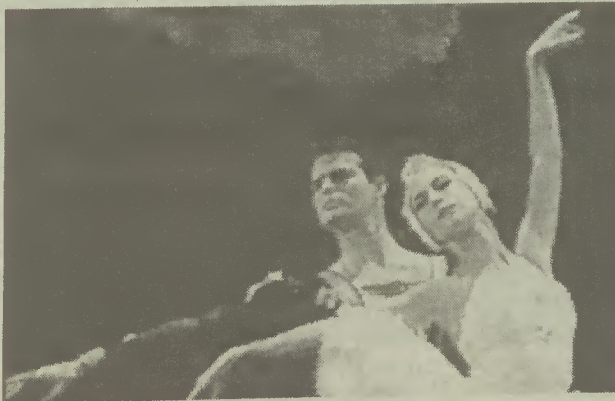
Aqui Emissora da Liberdade

E também, hoje que o nosso jornal inicia as comemorações de Abril, destaque para a segunda edição do livro *Aqui Emissora da Liberdade*. Um livro que conta uma história muito cara aos que saudaram a liberdade conquistada e que começa, precisamente às 4 horas e 26 minutos de 25 de Abril de 1974, no então Rádio Clube Português, que desde logo se passou a chamar Emissora da Liberdade. «O relato pormenorizado da ocupação deste emissor pelos militares, os pequenos e grandes acontecimentos que preencheram essas horas decisivas e as que se lhes seguiram, a actuação dos profissionais da rádio neles envolvidos, os episódios que ninguém esqueceu», são aqui contados por um profissional bem conhecido – Matos Maia. Edição da Caminho, na colecção *Nosso Mundo*.

BAILADO

Ballet Nacional de Cuba, no Coliseu

Está de visita a Lisboa (e actuará também no Porto a 27) o famoso Ballet Nacional de Cuba, sob a direcção de uma grande coreógrafa, Alicia Alonso. Os espectáculos, que se realizarão no Coliseu dos Recreios (Lisboa) hoje à noite e ainda em 23 e 25 às 21.30 (e no dia 25 também às 16.30), serão preenchidos com o célebre bailado «O Lago dos Cisnes», com música de Tchaikovsky.



TEATRO

Teatro de Moçambique na Malaposta

Com dois únicos espectáculos (anteontem, 23, e no próximo Sábado, 24, às 21.30) apresenta-se entre nós, no Centro Cultural Malaposta, a Companhia de teatro moçambicana Gungu. Aproveitando a passagem do bicentenário do nascimento de Almeida Garrett, esta companhia apresenta a peça «Chowane a Frei Luís de Sousa», com concepção, texto e encenação de Gilberto Marques, cenografia e figurinos de Cândida Bila e interpretação de Paulo Sérgio,

Cândida Bila, Vasco Condo, Imelda Marcos, Joanett Rombo, Ilda Bila e Gilberto Mendes. Trata-se de «uma incursão ao livro escrito por Garrett, transportando a estória para a realidade moçambicana, com as suas raízes, crenças e mitos».

Saramago levado ao palco no Porto

Estreou-se no passado dia 19 e continuará em cena até 26 de Abril, a peça «A Noite», de José Saramago, numa produção da companhia amadora TIPAR – Teatro Independente de Paranhos. Com representações na Cooperativa do Povo Portuense (à Rua de Camões), o enredo desta peça passa-se na Redacção de um jornal na madrugada de 24 para 25 de Abril de 74.



FESTIVAL

America Latina America, na Culturgest

É sob este título que arranca já amanhã, 23, pelas 21.30, no Grande Auditório da Culturgest, um importante festival que nos vai fazer contactar com múltiplas faces da cultura e da arte contemporâneas da América Latina – e do qual voltaremos a falar, aqui, em «Escaparate». Para já, durante os dias abrangidos por esta edição, sublinhamos as presenças da voz de Lila Downs (23) numa recuperação da música tradicional mexicana e das brasileiras Ana Vitória e de Lia Rodrigues com a sua Companhia de Danças (27), ao mesmo tempo que é inaugurada, depois de amanhã, a exposição «Das Vanguardas ao Fim do Milénio», com mais de 200 obras.

ATAQUE DE FOICE

Ao lado

No seu programa televisivo da passada terça-feira, Herman José convidou o grupo dos «Despe e Siga» e, ao ouvir o jovem vocalista da banda afirmar-se «contra a guerra do Kosovo», decidiu mudar o registo do festivo para o correctivo e deu, ali mesmo, uma lição ao impertinente. Após submeter o jovem a perguntas e sarcasmos de inquisidor policial, o anfitrião, sem admitir réplica e após decretar que «foi com esses teus argumentos que se deixou um senhor chamado Hitler invadir tranquilamente a Polónia», soterrou o convidado no patriótico escárnio de que «é assim que continuamos quietinhos e contentes a deixar passar o mundo ao lado». Se o nosso brilhante humorista fosse menos intuitivo, talvez a necessidade de cultura lhe mitigasse a pesporrência e o abrigasse de figuras tristes. Na verdade dos factos, que até estão registados e abundantemente documentados, não foram «argumentos pacifistas, como os que imputou ao jovem vocalista dos «Despe e Siga», que deixaram Hitler prosseguir impune e irreversivelmente o seu projecto de barbárie. O que abriu caminho à monstruosidade nazi foi a indiferença – quando não cumplicidade – com que todas as chancelarias da democrática Europa deixaram a bestialidade hitleriana evoluir num longo caminho de atrocidades, primeiro armando o regime contra as proibições do próprio Ocidente, a seguir chacinando toda a oposição interna, a começar pelos comunistas e as organizações dos trabalhadores e prosseguindo em tudo o que cheirasse a democracia burguesa, como a da agora tão celebrada social-democracia, depois bombardeando a República espanhola e, finalmente, invadindo a Polónia, a Checoslováquia, os Balcãs (esses mesmo), e por aí fora...

A tudo isto, a sofisticada Europa e o democrático mundo Ocidental assistiram acovilados, não num impávido «pacifismo» mas num calculado anticomunismo, jogando com o projecto de açular a besta contra a União Soviética e matar, assim, dois coelhos de uma só cajadada.

Ora o que se está a passar na Jugoslávia, ao contrário do que a propaganda da NATO afirma, no essencial não se distingue do que se passou no ascenso nazi, repete-o tragicamente.

A frieza aquiescente e ocidental com que se assistiu ao bombardeamento nazi da República espanhola e à invasão da Polónia é a mesma que, agora e também no mesmo Ocidente, assiste à destruição metódica da Jugoslávia. De diferentes, temos apenas os pretextos e os protagonistas.

A Alemanha nazi invocava a solidariedade fascista e o alargamento do «espaço vital» para justificar a agressão a países terceiros que em nada a hostilizaram. A NATO e quem nela manda – os EUA – invocam os «direitos humanos» e a «acção humanitária» para bombardear um país soberano que não ameaçou qualquer dos seus membros.

Hitler pretextou a «extirpação» de um regime – a República Popular em Espanha, eleita democraticamente – para bombardear um país e um povo. A NATO elegeu uma liderança – a de Milosevic, por sinal também eleito democraticamente – para arrasar à bomba um país e um povo.

A bestialidade nazi arrogava-se o direito de instaurar uma nova ordem mundial e, para o exercer, desencadeou um holocausto na Europa. Os EUA imaginam-se os polícias do mundo e, para o demonstrarem, abriram as portas à hecatombe no mesmo continente e na mesma região.

A lei do mais forte ditou, com Hitler, os discursos ominosos das chancelarias ocidentais perante a cavalgada da barbárie. A lei do mais forte dita, com os EUA, o atrelamento servil dos governos europeus a uma agressão covarde e imensamente perigosa para o próprio mundo.

Não ver isto, meu caro Herman, é que é «deixar passar o mundo ao lado»... e a caminho do abismo. Como aconteceu nos anos 30.

■ Henrique Custódio

FNSFP acusa e apela à luta Funeral da JAE

para apagar responsabilidades

A reestruturação da JAE é uma operação de branqueamento da incompetência e ocultação de responsáveis, considera a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que desconhece quaisquer estudos económicos que justifiquem a extinção da Junta Autónoma das Estradas.

A Federação recorda que há cerca de dez anos, à excepção dos trabalhadores, ninguém questionava a gestão da JAE, porque o dinheiro da União Europeia «ia escondendo todos os processos menos claros, quer na execução dos projectos e organização dos concursos públicos, quer na execução das obras e sua fiscalização».

Contudo, afirma a nota de imprensa, «ninguém no poder político desconhecia que as cumplicidades eram muitas e os responsáveis políticos nunca tiveram a coragem» para pôr termo à «gestão da JAE ao serviço dos interesses privados».

A situação agravou-se de tal modo que nos últimos três anos quatro pessoas passaram pela presidência da Junta, uma das quais, o General Garcia dos Santos, pelas denúncias que fez levantou «uma onda de inquéritos e processos de averigua-



Os inquéritos e averiguações na JAE não apontaram os responsáveis e extinção da Junta parece ser uma forma de fazer esquecer as denúncias de corrupção

ções», da qual, até ao momento ninguém fez ainda uma avaliação completa de modo a serem apontados os responsáveis pela gestão ruínosa.

Curiosamente, como foi lembrado na conferência de imprensa da FNSFP realizada na passada segunda-feira, antes

de Garcia dos Santos, já a Federação tinha solicitado uma auditoria à gestão da JAE, pedido a que ninguém deu importância, tendo sido «perdido pela secretária de Estado da Administração Pública». Esta audito-

JAE e pôr na prateleira os seus trabalhadores».

Por outro lado, a versão aprovada pelo Conselho de Ministros não é igual à que foi apresentada aos sindicatos, nomeadamente quanto aos direitos

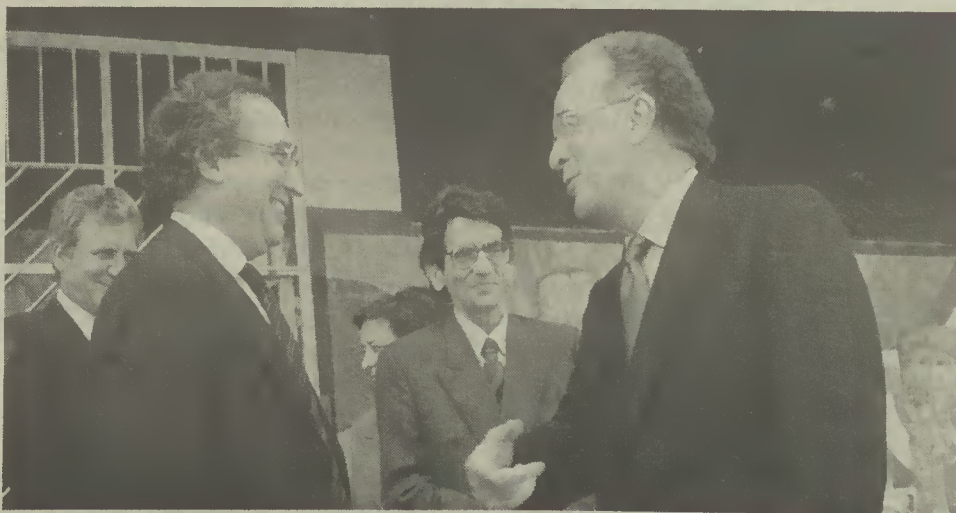
ria acabou por ser accionada mas os resultados não são conhecidos.

A referida reestruturação, que extingue a JAE e a JAE – Construção SA e cria três novos institutos públicos, é entendida pela Federação como «a forma ideal para se deixar de falar da

laborais, como é o caso da aposta e manutenção dos vínculos laborais. A federação sublinha que os trabalhadores irão lutar pelos seus direitos, nomeadamente a manutenção do vínculo e a continuidade do desempenho das suas funções.

Para hoje, quinta-feira, está já marcada uma vigília junto à residência oficial do primeiro-ministro, com a participação dos trabalhadores da JAE de Setúbal.

Jorge Sampaio na sede do PCP



No âmbito das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, o Presidente da República, Jorge Sampaio, visitou ontem a sede do PCP na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, onde foi recebido por uma delegação do PCP constituída por Carlos Carvalhas, Vítor Dias, Jerónimo de Sousa, Fernanda Mateus e Rosa Rabiais. Ao encontro seguiu-se um breve convívio em que se brindou ao 25 de Abril

Esquerda Unitária reúne na Madeira

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL) do Parlamento Europeu, do qual fazem parte os deputados do PCP, via estar reunidos na Região Autónoma da Madeira, nos próximos dias 27 e 28 de Abril, para discutir as regiões ultraperiféricas da UE, a Agenda 2000 e as próximas eleições.

A reunião terá lugar no Hotel Savoy, no Funchal, e a abertura dos trabalhos será assinalada com

uma intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Durante a sua estadia, os deputados europeus efectuarão vários contactos com as estruturas locais do PCP e representantes de órgãos institucionais regionais e procurarão conhecer melhor a realidade social da ilha.

Na reunião estará ainda presente Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu.

Greve na Auto-Sueco

Os trabalhadores da Auto-Sueco iniciaram na terça-feira uma série de greve por períodos de meia hora de manhã e à tarde, que prosseguirá até 30 de Abril, caso a administração não satisfaça as suas reivindicações, designadamente um aumento salarial de dez mil escudos por trabalhador.

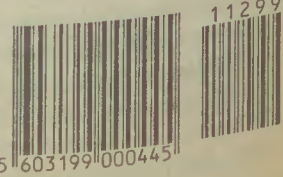
A paralisação teve uma adesão de 95 por cento nos ligeiros e de 90 por cento no sector dos pesados, o que revela bem a disposição de luta por melhores condições de vida e de trabalho, refere na sua nota o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Norte.

Dar voz à paz

A JCP promove hoje, quinta-feira, a iniciativa «Voz à Paz», no âmbito da qual se realiza um concerto, pelas 22 horas, no jardim de S. Pedro de Alcântara. Os jovens comunistas vão divulgar um apelo subscrito por numerosas organizações juvenis progressistas da Europa e dos Estados Unidos, que procuram assim desencadear um amplo movimento contra a guerra na Jugoslávia, coincidindo com a reunião da NATO em Washington, nos dias 23, 24 e 25 de Abril.

As organizações subscritoras exigem o fim dos bombardeamentos, a retirada das forças da ONU da região e que nenhum soldado dos seus países participe no massacre.

Para sexta-feira, em Évora, está previsto um desfile de associações de estudantes, enquanto no Algarve, se realiza uma vigília à porta do Governo Civil de Faro, onde será entregue um apelo à paz.



11299